

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**SORAYA MAGALHÃES PELEGRINI DE OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO/A  
ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS DE GUAXUPÉ/MG: o olhar do usuário**

**FRANCA**

**2017**

**SORAYA MAGALHÃES PELEGRINI DE OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO/A  
ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS DE GUAXUPÉ/MG: o olhar do usuário**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nayara Hakime Dutra Oliveira**

**FRANCA**

**2017**

Oliveira, Soraya Magalhães Pelegrini de.

Reflexões sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS de Guaxupé/MG : o olhar do usuário / Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira. –Franca : [s.n.], 2017.

183 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Nayara Hakime Dutra Oliveira

1. Serviço social. 2. Bem-estar social. 3. Centro de Referência de Assistência Social. I. Título.

CDD – 361.2

# **SORAYA MAGALHÃES PELEGRINI DE OLIVEIRA**

## **REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO/A TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS DE GUAXUPÉ/MG: o olhar do usuário**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade. Linha de pesquisa: Serviço Social: Formação e Prática Profissional.**

### **BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Profª. Drª. Nayara Hakime Dutra Oliveira**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_  
**Profª. Drª. Adriana Giaqueto – UNESP – Franca-SP**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_  
**Profª. Drª. Edméia Correa Netto – IMESB/ Bebedouro-SP**

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.**

*Dedico este trabalho à minha família pelo  
apoio e incentivo de sempre.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecer a contribuição do outro para o processo de aquisição e de aprendizagem. Por isso, tenho muitas pessoas a ser grata que muito contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Quero agradecer a todos do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, campus Franca que muito contribuíram para o meu aprimoramento intelectual e por ter me proporcionado construir e aprofundar conhecimentos sobre a profissão de assistente social.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nayara Hakime Dutra Oliveira, que me aceitou como sua orientanda e, principalmente, por ter contribuído para a realização da minha pesquisa, sendo sempre carinhosa, atenciosa e incentivadora do processo investigativo.

Gostaria de agradecer ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Famílias (GEPEFA), pois conviver em grupo é um desafio o qual aprendemos diariamente. Cada membro do GEPEFA contribuiu de alguma forma com os conhecimentos partilhados para a realização da minha pesquisa.

Agradeço também Desirée Biasoli pela oportunidade que me foi confiada ao lecionar em um Centro Universitário no Curso de Serviço Social, pois proporcionou-me avançar enquanto pessoa, profissional e pesquisadora.

À querida Fumiê Eto, deixo aqui meus agradecimentos por ter me recebido tão bem em Franca e pelo incentivo para prestar o processo seletivo para o mestrado, sendo sempre uma pessoa de referência na UNESP e na cidade.

À querida amiga Meire Neves, pois desde minha graduação vem me conduzindo pelas trilhas da pesquisa, pela profissional que é e na qual me espelho, pelas vindas a Franca, partilhando de momentos de estudo e amizade.

Às minhas amigas do mestrado, Carla, Taciana e Adriana Pereira, com as quais pude partilhar momentos de estudo, discussão e aprendizado constante, mas principalmente, pela amizade verdadeira que construímos. À casa das Marias, na qual fiquei hospedada por várias vezes, muito obrigada, vocês estão no meu coração, sempre!

Aos meus colegas de trabalho do CRAS, em especial, a assistente social Renata, pois partilhamos de muitas angústias do exercício profissional e estamos sempre crescendo juntas.

À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, na pessoa da diretora Beca, quem sempre me apoiou nos estudos e também facilitou minhas vindas à Franca.

Às famílias do CRAS, pois foram as grandes motivadoras da realização da minha

pesquisa, mas principalmente, aquelas pessoas que muito solícitamente atenderam ao meu pedido para participar da pesquisa de campo, através do grupo focal.

Ao Núcleo de Assistentes Sociais de Guaxupé e Região, o qual permite que o Serviço Social esteja vivo tanto no cotidiano profissional quanto dentro de nós por enfrentarmos contextos tão adversos para a profissão.

À minha família, meus pais e irmãos, que sempre me incentivaram a estudar e de alguma forma contribuíram para a minha formação humana.

Ao meu marido Wilson, companheiro de sempre, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, pelo incentivo aos estudos, pela compreensão da ausência, pois muitos momentos que poderíamos estarmos juntos, dediquei-me à pesquisa do mestrado.

Às tantas pessoas amigas que passaram pela minha vida e que de alguma forma torceram por mim e deixaram sua contribuição para me tornar quem sou.

Enfim, agradeço a Deus, querido Pai, a quem devo minha vida e esta oportunidade reencarnatória, por ter me permitido chegar até aqui e concluir mais essa etapa da minha vida.

OLIVEIRA, S. M. P. **Reflexões sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS de Guaxupé/MG: o olhar do usuário.** 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

## RESUMO

O estudo que ora se apresenta tem como objetivo compreender a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS do município de Guaxupé/MG, sob o olhar do usuário da política de Assistência Social em acompanhamento pelo referido equipamento público. Este estudo traz para a discussão a metodologia de educação popular como uma importante estratégia para a realização do trabalho com famílias, especialmente na área da Assistência Social. O interesse pelo tema se deve, pois, a pesquisadora trabalha como assistente social do referido CRAS e busca perceber como o usuário vê o trabalho realizado e se a dimensão socioeducativa está contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias, dada a intervenção do Serviço Social no campo da ideologia. Assim, os usuários que participaram do estudo buscaram contribuir com o desvelar da dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social. Outros objetivos do presente estudo foram: verificar a materialização do trabalho socioeducativo no CRAS; investigar a educação popular como metodologia de trabalho com famílias e entender a política de assistência social como espaço para efetivação de direitos, passando pelo conhecimento do perfil das famílias referenciadas no CRAS de Guaxupé/MG. Para tanto, o método utilizado foi o materialista histórico-dialético, pois considera-se que este método possibilita o conhecimento da realidade em sua totalidade com as contradições que lhes são inerentes. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, sendo qualitativa e para a recolha dos dados buscou-se o recurso do grupo focal, como forma de interação entre os participantes, pois acredita-se que este permite a vivência de trocas e construção de opiniões entre os participantes da pesquisa. Para a análise do material obtido foi utilizado a categorização dos dados. Os resultados obtidos com este estudo permitem compreender que a política de assistência social pode contribuir para a emancipação humana dos indivíduos, entretanto, a realização do trabalho socioeducativo depende do profissional que o realiza e sua forma de perceber a realidade que está posta e desenvolver estratégias de intervenção que podem ser conservadoras ou emancipatórias.

**Palavras-chave:** assistência social. Serviço Social. trabalho profissional. dimensão socioeducativa.



OLIVEIRA, S. M. P. **Reflexões sobre a dimensão socioeducativa do trabalho do/a assistente social no CRAS de Guaxupé/MG: o olhar do usuário.** 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

### **ABSTRACT**

The purpose of this study is to understand the social and educational dimension of the work of the social worker in the CRAS of Guaxupé / MG, under the watchful eye of the Social Assistance policy being monitored by the aforementioned public equipment. This study brings to the discussion the methodology of popular education as an important strategy for carrying out the work with families, especially in the area of Social Assistance. The interest in the subject is therefore, the researcher works as a social worker of the CRAS and seeks to understand how the user sees the work done and if the socio-educational dimension is contributing to the improvement of the living conditions of the families, given the intervention of the Service In the field of ideology. Thus, the users who participated in the study sought to contribute to the unveiling of the socio-educational dimension of the work of the social worker. Other objectives of the present study were: to verify the materialization of socio-educational work in CRAS; To investigate popular education as a methodology for working with families and to understand the social assistance policy as a space for effecting rights, through the knowledge of the profile of the families referenced in the CRAS of Guaxupé / MG. For this, the method used was the historical-dialectical materialist, since it is considered that this method makes possible the knowledge of reality in its totality with the inherent contradictions. We used bibliographic research with literature review, documentary research and field research, being qualitative and to collect the data we sought the focal group's resource, as a form of interaction between the participants, since it is believed that this Allows the experience of exchanges and building opinions among the participants of the research. For the analysis of the obtained material was used the categorization of the data. The results obtained with this study allow us to understand that the social assistance policy can contribute to the human emancipation of individuals, however, the accomplishment of socio-educational work depends on the professional that performs it and its way of perceiving the reality that is posed and developing strategies of Which may be conservative or emancipatory.

**Keywords:** Social assistance. Social Work. professional work. socio-educational dimension.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ANASSELBA	Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência
ASSELBAS	Associação dos Servidores da Legião Brasileira de Assistência
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEME	Central de Medicamentos
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para população em situação de rua
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MIROSC	Marco Regulatório das organizações da Sociedade Civil
NOB	Norma Operacional Básica
ONG	Organização Não-governamental
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEP	Projeto ético-político
PL	Projeto de Lei
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PP	Pesquisa Participante
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UDN	União Democrática Nacional

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Chefia da Família.....	147
Gráfico 2 - Idade do Responsável familiar.....	149
Gráfico 3 - Renda Familiar.....	149
Gráfico 4 - Situação de Moradia.....	150

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de CRAS por porte dos municípios .....	141
--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 OS PROCESSOS DE TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>18</b>
1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social .....	18
1.2 A valoração do trabalho: valor de uso e valor de troca .....	26
1.3 O processo de trabalho na sociedade capitalista: o trabalho como categoria simples e complexa.....	30
1.4 O trabalho na esfera dos serviços.....	33
1.5 O Serviço Social como trabalho produtivo ou improdutivo .....	38
1.6 O trabalho do assistente social nas políticas públicas .....	41
<b>CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: história, construção e evolução .....</b>	<b>52</b>
2.1 Direitos, cidadania e assistência social.....	52
2.2 As trilhas da assistência social em solo brasileiro: da década de 1930 a Assembleia Constituinte .....	59
2.3 A inscrição da Assistência Social como política de Seguridade Social.....	72
2.4 Ponderações sobre a Política de Assistência Social a partir dos anos 2000 até os dias atuais.....	77
2.5 A centralidade da família na Política de Assistência Social.....	89
<b>CAPÍTULO 3 A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>102</b>
3.1 O processo educativo como base do trabalho profissional: a dimensão socioeducativa em evidência .....	102
3.2 Contribuições da educação popular para o trabalho profissional.....	114
3.3 A materialização do projeto ético-político do Serviço Social e sua interface com a dimensão socioeducativa .....	124

**CAPÍTULO 4 DESVELANDO O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL SOB A  
ÓTICA DO USUÁRIO: o sentido da luta emancipatória**

<b>4.1</b>	<b>Percurso metodológico .....</b>	<b>134</b>
<b>4.2</b>	<b>Universo da pesquisa .....</b>	<b>139</b>
4.2.1	Apresentando o município pesquisado: “Guaxupé: uma terra tão catita” .....	139
4.2.2	O CRAS de Guaxupé em permanente construção .....	141
4.2.3	As famílias participantes: quem são .....	150
4.2.4	Desvelando as vozes dos participantes .....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>165</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>
--------------------------	------------

**APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL.....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..</b>	<b>180</b>

**ANEXOS**

<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA .....</b>	<b>183</b>
---	------------

## INTRODUÇÃO

O trabalho profissional é um tema que precisa ser constantemente revisitado pela categoria profissional. Pesquisar o trabalho dos/as assistentes sociais não é tarefa fácil, pois implica em desconstruir para posterior construção, passando por um processo de reflexão. Estar disposto a isso, torna-se difícil e complexo, ainda mais sob o olhar dos usuários dos serviços nos quais o profissional está inserido.

São muitos os aspectos sob os quais o trabalho profissional pode ser analisado e a opção por olhar dessa ou daquela forma é própria de cada pesquisador, sendo composta pelas suas experiências e perspectivas de vida, seja profissional ou pessoal. Para a construção da pesquisa que ora é apresentada, optou-se por pesquisar a dimensão socioeducativa do trabalho profissional, pois para entender a visão do usuário dentro desse processo é necessário que a atuação profissional tenha um cunho educativo. Aliás, todo o trabalho do/a assistente social está imbuído num trabalho socioeducativo, porém, cada profissional tem a opção de escolher a quem atende esse trabalho educativo: à classe dominante ou à classe trabalhadora.

Quando se fala da dimensão socioeducativa, em todos os espaços sociocupacionais do/a assistente social ela está presente, pois é inerente à profissão. Porém, o trabalho profissional não se esgota em apenas uma dimensão, mas também é perpassado por várias outras que são indissociáveis, são elas: dimensão ético-política, técnico-operativa, teórico-metodológica. A dimensão socioeducativa perpassa todas as demais, porém, de forma isolada não poderá intervir nas expressões da questão social de forma plena. Faz-se necessário a inter-relação com as demais dimensões que compõem o trabalho profissional.

Pensar o trabalho profissional significa pensar as inúmeras estratégias utilizadas para se intervir na realidade que se apresenta ao profissional. Essa forma de intervenção traz em si uma opção do profissional por determinada base teórica. Todo agir profissional não está deslocado do pensar e tem as bases que dão sustentabilidade. É fundamental pensar que este agir está balizado por todo um aparato teórico, político e ético construído pelo Serviço Social no decorrer dos anos. Atualmente, o Projeto Ético-Político construído pela categoria após o movimento de ruptura com o conservadorismo é que dá embasamento à atuação profissional e sua orientação advém da Teoria Marxista. Não aquela do início do movimento que se lia intérpretes de Marx, mas há uma recorrência às obras do próprio Marx, durante todo o processo de formação do/a assistente social.

Considerando o processo histórico que a profissão está imersa, pode-se considerar a intervenção profissional como um movimento dentro desse processo, com o qual houve o



amadurecimento profissional. Com a intervenção profissional, visto que o/a assistente social compõe a divisão sócio-técnica do trabalho, seu trabalho contribui não só para a melhoria das condições materiais de vida da classe trabalhadora como também para as condições sociais de existência dessa classe. É importante mencionar que a procura pelo Serviço Social se dá em grande parte para acesso a benefícios, serviços e projetos sociais que vão refletir diretamente nas condições de existência, ou seja, na reprodução das condições de vida.

Entretanto, apesar da opção teórico-metodológica pela teoria marxista seja hegemônica no Serviço Social, no exercício profissional esbarra-se em posturas conservadoras. Mesmo que a formação seja direcionada a esta teoria, o profissional pode se orientar por outras correntes, tais como a fenomenológica, humanista-cristã, entre outras. Aliás, o recurso à fenomenologia tem sido bastante frequente no cotidiano profissional, visto as demandas do trabalho profissional, principalmente na política de Assistência Social e Saúde, pois se recorre à família e esta deve ser trabalhada e fortalecida para que exerça suas funções a contento dentro da sociedade.

Assim, o trabalho profissional dentro dessas políticas enfrenta um grande desafio que é romper com esse viés psicologizante e conservador que ronda a profissão. Trazer uma perspectiva diferente para o trabalho profissional, sendo essa perspectiva voltada para a superação da sociedade capitalista reconhecendo que esta é geradora dos conflitos entre capital e trabalho e este gera outros conflitos dentro da sociedade, pois está caracterizado como a exploração do homem pelo homem e não se reconhecem como iguais. Esta concepção pode ser considerada utópica, porém, o homem só poderá se constituir um ser integral numa sociedade formada em outras bases.

Assim, a opção teórica que embasou a presente pesquisa é a teoria marxista, optou-se como método de análise da realidade o materialista histórico-dialético. Tem-se como objetivo principal a investigação do trabalho socioeducativo desenvolvido pelo/a assistente social na política de assistência social, especialmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Guaxupé/MG sob o olhar do usuário dessa política. Outros objetivos que buscar-se-á atingir são: verificar a materialização do trabalho socioeducativo no CRAS; a investigação da educação popular como metodologia de trabalho com famílias e entender a política de assistência social como espaço para efetivação de direitos, passando pelo conhecimento do perfil das famílias referenciadas no CRAS de Guaxupé/MG.

A pesquisa contou com três momentos: o primeiro é composto pela análise documental (análise dos dados colhidos através do Sistema Gestor de Assistência Social); o segundo, a pesquisa bibliográfica com revisão de literatura; e, por fim, a pesquisa de campo,

caracterizada como qualitativa que utilizou a observação participante e o grupo focal como forma de recolha dos dados empíricos. O universo da pesquisa foi o CRAS do município de Guaxupé/MG, optou-se por este CRAS por ser o único no município e por não ter nenhuma pesquisa que refletisse a realidade pesquisa. Dessa forma, a pesquisa buscou, a partir da visão do usuário, desvelar a dimensão socioeducativa do trabalho com famílias dentro da política de assistência social, procurando entender como o usuário dos serviços compreende o trabalho realizado.

Assim, a pesquisa está organizada em quatro capítulos, sendo os três primeiros teóricos e o último empírico, trazendo as contribuições da pesquisa realizada com os usuários da política de Assistência Social no CRAS do município de Guaxupé.

No primeiro capítulo, será abordada as contribuições do trabalho enquanto atividade geradora do ser social e seus desdobramentos, ou seja, o processo de trabalho, como é desenhado na sociedade capitalista para posteriormente chegar ao processo de trabalho do Serviço Social que se dá na esfera dos serviços, especialmente nas políticas sociais. Procurar-se-á refletir se o Serviço Social é trabalho produtivo ou improdutivo, pois para alguns autores não se configura como trabalho, mas uma atividade que compõe a totalidade social.

Já no segundo capítulo, procurou-se refletir sobre a política de Assistência Social no Brasil desde os primórdios até os dias atuais, tendo como linha de análise o trabalho do/a assistente social dentro dessa política e as requisições que são feitas a este/a profissional. Ressaltou-se a discussão sobre a centralidade da família, visto que o Serviço Social tem recebido grande demanda para atuação junto às famílias, principalmente as que se encontram em situação de pobreza, foco privilegiado desta política. Entretanto, as requisições feitas ao Serviço Social para atuação com famílias vem recheadas de uma postura conservadora que busca culpabilizar a família pela situação vivenciada; enquanto o Estado, provedor das políticas públicas (ou, pelo menos, deveria ser), se exime de suas responsabilidades.

Buscou-se abordar no terceiro capítulo a dimensão socioeducativa do trabalho profissional e sua interface tanto com a educação popular quanto com a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A educação popular, criada por Paulo Freire, se configura como uma importante metodologia de trabalho para os/as assistentes sociais, visto que, proporciona a aproximação do profissional com a realidade dos usuários dos serviços sociais, sempre partindo da realidade trazida por eles para se fazer a reflexão da sociedade capitalista. Nesse sentido, a educação popular pode contribuir para a transformação societária.

No último capítulo, abordou-se a pesquisa realizada junto aos usuários da Política de Assistência Social no CRAS do município de Guaxupé/MG. Procurou-se trazer os aspectos

do perfil das famílias que se encontram cadastradas e em acompanhamento pelo CRAS e refletir sobre o trabalho realizado pelo Serviço Social, em especial, as reuniões socioeducativas e o impacto que a mesma gera na vida dos usuários frequentadores dos serviços. Para tanto, buscou-se o grupo focal como forma de recolha de dados, por acreditar que este proporciona a troca entre os indivíduos, sendo considerado um espaço de aprendizado e construção entre os próprios participantes. Utilizou-se também da observação participante, pois a pesquisadora constituiu-se como membro da equipe de profissionais deste CRAS.

Enfim, foram muitos os aspectos desafiadores da pesquisa que ora se apresenta, entretanto, sabe-se que o tema pesquisado não se esgota nestas linhas, mas proporcionará ao leitor uma visão sobre a dimensão socioeducativa do trabalho profissional numa perspectiva crítica e os rebatimentos na vida do usuário, daí a importância de se considerar o seu olhar para o processo de trabalho profissional.

## CAPÍTULO 1 OS PROCESSOS DE TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL

*“Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida.  
Digam que eu procurava trabalho, mas fui preterida.  
Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora,  
Mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.  
Carolina Maria de Jesus*

Este capítulo buscará refletir sobre a categoria trabalho como fundante do ser social, ou seja, do homem em sociedade. O estudo do trabalho não é algo ultrapassado, ou desnecessário, pois sua centralidade persiste quando se pensa que para sobreviver, o homem depende do trabalho. Trabalho que muitas vezes não se pode realizar, pois os sonhos são roubados do trabalhador em troca de sua sobrevivência, como apontou Carolina Maria de Jesus em verbete introdutório acima.

Para que as nuances do trabalho possam ser desveladas, se faz necessário que os processos de trabalho sejam conhecidos, para que o trabalhador possa conhecer de fato a potência que gera, ou seja, seus produtos que possuem valor de uso e de troca e levam à riqueza do capitalista.

Após, breves reflexões sobre o trabalho e os processos de trabalho na sociedade capitalista, procurar-se-á entender o Serviço Social como trabalho ou não, buscando nas visões de Lessa (2007) e de Yamamoto (2007a) e Yamamoto e Carvalho (2004), verificar se é trabalho produtivo ou improdutivo, se o Serviço Social contribui com a produção de mais-valia ou gera despesa para o capital.

Aprofundar na análise do trabalho levará a entender a própria origem do Serviço Social como profissão e os processos de trabalho em que está inserido na esfera pública de forma especial, na qual o trabalho se realiza como serviço.

### 1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social

A construção deste item procurará refletir sobre a centralidade do trabalho para a construção da sociabilidade humana, partindo da concepção de ontologia do ser social no primeiro momento. Para tanto, retomaremos alguns conceitos de autores como Marx (2004a, 2004b, 2013), Antunes (2004, 2009) e Tonet (2012a). No segundo momento, refletir-se-á sobre o trabalho na sociedade capitalista e será elencado elementos que o faz ser central nos dias atuais.

Quando se fala da categoria trabalho, logo se remete à origem do ser social. Falar da centralidade do trabalho implica em pensar que este é uma atividade realizada pelo homem

que transforma a natureza de acordo com sua necessidade de sobrevivência. Para Marx (2013, p. 255), “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” A partir da afirmativa de Marx, Tonet (2012a, p. 16) nos coloca que “[...] o ato fundante da existência humana é o trabalho. Tanto porque é por seu intermédio que se dá a passagem do ser natural ao ser social, quanto porque ele será sempre a base a partir da qual se constrói a totalidade da realidade social.” Antunes (2009, p. 211) entende que não é possível a sociabilidade humana sem a base no trabalho: “Como criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não me parece plausível conceber, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social.” Já Tonet afirma que todas as sociedades até o momento surgem a partir da organização do trabalho: escravocrata (trabalho escravo), feudalismo (trabalho servil) e capitalismo (trabalho assalariado). Para o autor,

[...] o trabalho, por sua própria natureza, é uma atividade social, ou seja, é uma atividade que implica sempre relações entre aqueles que a realizam. Considerando que o trabalho é a base do ser social, sua forma concreta constituirá sempre a base a partir da qual se estruturará qualquer tipo de sociedade. (TONET, 2012a, p. 18).

Para realizar trabalho se faz necessário primeiramente ter em mente o que se quer realizar (teleologia) e o que irá utilizar para alcançar seu objetivo. Para Marx (2013, p. 255-256),

Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. [...]. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Em outras palavras, Tonet nos coloca que o trabalho “[...] em seus elementos essenciais, é um composto de teleologia (finalidade consciente) e causalidade (a natureza, com suas leis próprias). A articulação entre estes dois elementos, através da atividade prática, é que dá origem a uma realidade não mais natural, mas social.” (TONET, 2012a, p.17).

O produto gerado pelo trabalho carrega em si um valor que tem uma utilidade prática na sociedade, por isso ele foi criado pelo homem, ou seja, para atender a uma necessidade surgida na sociedade. Este valor é chamado de valor de uso. De acordo com Marx (2013, p. 255), “Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em

valores de uso, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado.” Nesse mesmo sentido de compreender os valores de uso, Antunes (2009, p. 139) aponta que

[...] o trabalho, entendido em seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. No seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis.

Conforme o exposto acima, baseado na teoria marxista de que o trabalho é a atividade fundante do ser social, ou seja, o homem deixa de agir como um animal e passa a agir como ser social, pois passa a transformar a natureza que vive, transformação essa chamada de trabalho. É através deste trabalho que o homem cria novas necessidades e a partir delas, começa a se relacionar com os demais homens.

No decorrer dos estudos realizados a partir da leitura de autores marxistas, considera-se que a afirmação “o trabalho é uma categoria fundante do ser social” é verdadeira e justifica a inserção do Serviço Social nas relações sociais, bem como sua base de fundação, de acordo com os estudos de Yamamoto e Carvalho (2004) e Yamamoto (2005, 2007a, 2009). Nesse sentido, falar da importância do trabalho e desvelar suas nuances não é algo repetitivo e esgotado no meio acadêmico, mas de suma importância para se entender a vida em sociedade, principalmente, no contexto da sociedade capitalista, na qual esta discussão ganha contornos e aprofundamentos importantes.

Dessa forma, falar de trabalho é falar das origens do homem como ser social que realiza uma ação pensada, raciocinada, visando um objetivo que estava previamente idealizado, é pensar nas primeiras formas de se realizar trabalho. O homem é o único animal que transforma a natureza, não por instinto, mas por prévia ideação. Ou seja, o homem projeta em sua mente o resultado final do produto a ser produzido.

O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. (MARX, 2004b, p. 84).

De acordo com Lessa em seus estudos sobre a obra de Lukács (estudioso marxista), o homem consegue articular o que ele projeta em sua mente e a criação de algo que antes era apenas uma ideia. A isto ele chama de objetivação.

A objetivação, para Lukács, é a mediação que articula a teleologia, enquanto uma ideia abstrata e singular (não há duas finalidades exatamente iguais porque a história não se repete), com a gênese de um novo ente, objetivo, ontologicamente distinto da consciência que o concebeu enquanto finalidade, e que exhibe uma história própria e distinta (num grau maior ou menor conforme o caso) da história do seu criador (LESSA, 1996, p. 10-11).

Para Lessa (1996), o homem ao transformar a natureza, também se transforma, pois desenvolve novas habilidades e vence as barreiras no sentido de conhecer os processos e determinações para se transformar a natureza. Para ele, “[...] trabalho e sociabilidade são categorias que só existem conjuntamente, enquanto determinações reflexivas.” (LESSA, 1996, p. 15). Para Marx (2013, p. 255), “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” E o mesmo autor aponta

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p. 120).

Embasada nos estudos marxistas, Cotrim (2012) considera o processo de trabalho – o ‘como’ irá realizar o trabalho - como atividade humana vital.

Marx é o primeiro a definir trabalho produtivo em geral de modo distinto do trabalho produtivo para o capital, e sua análise de fato abstrai as formas históricas de sociabilidade e apresenta-se como geral. Por essa razão, não é uma categoria econômica, mas explicita um ângulo de abordagem do processo de trabalho como atividade humana vital. (COTRIM, 2012, p. 37).

A mesma autora aponta que, no sentido geral, independente da forma social que o trabalho se realiza, aquilo que não se converte em objeto externo, não é trabalho. Dessa forma, somente o trabalho que transforma a natureza seria verdadeiramente trabalho.

Por parte daquele que trabalha, o trabalho é uma atividade consciente que recai sobre um objeto. O resultado desta atividade, posto que planejado, é o seu produto. Se a atividade não se realiza sobre um objeto, mas apenas na imaginação, não há produto; se, por um lado, a atividade não é consciente, ou seu resultado não existe previamente na imaginação de seu agente, então não é produto do trabalho. Além de ser a finalidade da atividade, o produto do trabalho é sua objetivação, concretiza-se em um objeto exterior alterando sua forma. (COTRIM, 2012, p. 32).

Os indivíduos sociais começaram a trabalhar para prover a própria existência e os produtos de seu trabalho atendiam a determinadas necessidades sociais, ou seja, possuíam

valor de uso, estavam objetivados. Quando os homens passaram a produzir e reproduzir os meios de vida, passaram a formar vínculos entre si, tornaram-se mais sociáveis. Para Iamamoto e Carvalho (2004, p. 29),

A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção.

De acordo com a mesma autora, “A reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 72).

Quando se pensa no trabalho, remete-se ao seu produto, ao resultado da produção. Dentro da sociedade capitalista, pensa-se no produto do trabalho como gerador de valor e de mais-valia. Para que o trabalho possa ser objetivado, precisa-se de três elementos principais, sendo a força de trabalho, os instrumentos de trabalho e os meios de trabalho. Segundo Marx (2013, p. 255) “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe.” Quanto à objetivação do trabalho, que é a realização do trabalho em si, a autora abaixo coloca que

[...] a atividade dos indivíduos em determinado momento histórico é em primeiro lugar objetivação do trabalho passado do conjunto dos indivíduos sociais, reprodução do produto de desenvolvimento humano anterior. A história da produção, pois, é o movimento de qualificação ou complexificação do trabalho produtivo. (COTRIM, 2012, p. 34).

Os três componentes juntos citados acima compõem os Processos de trabalho, de acordo com Marx. “Em virtude da natureza do processo de trabalho, os meios de produção dividem-se primeiramente em objeto de trabalho e meios de trabalho ou, mais precisamente, em matéria-prima, por outro lado, e instrumentos, elementos auxiliares etc., por outro.” (MARX, 2004a, p. 44). De acordo com o mesmo autor, a terra e a água são consideradas objeto universal do trabalho humano.

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. [...]. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, [...]. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de



trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (MARX, 2013, p. 256).

Em relação ao meio de trabalho, Marx (2013, p. 256) aponta que “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto.” Assim, o meio de trabalho, pode ser um machado utilizado para cortar uma árvore, uma panela e uma colher utilizada para fazer a comida, entre outros.

Entretanto, nem todo homem dispõe de todos os meios de produção para realizar seu trabalho, ou seja, para atender uma necessidade social ou para manter sua existência, pois, muitos desses meios de trabalho estão monopolizados pelos capitalistas que contratam trabalhadores para realizar o trabalho. Assim, o trabalhador na sociedade capitalista não é livre para criar os produtos para satisfazer suas necessidades, mas escravo do trabalho que realiza em troca de um salário para manter sua subsistência. Nesse sentido, “O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele.” (MARX, 2004b, p. 83).

Para que o trabalho seja realizado, o proprietário dos meios de produção compra no mercado os materiais e meios para seu processo de produção. No processo de trabalho, os materiais, meios e força de trabalho são consumidos e gera-se a mercadoria que possui a soma dos valores que foram comprados no mercado. Para Marx (2013, p. 256), “[...] o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto.” Cotrim (2012, p. 32, grifo do autor) coloca que “A expressão *processo de trabalho* é utilizada por Marx quando pretende destacar o aspecto ativo do trabalho, ou focar a atividade, a expressão *trabalho produtivo* em sua dimensão geral é empregada quando a ênfase deve recair sobre o produto do trabalho.”

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto como qualidade móvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio. (MARX, 2013, p. 258).

Quanto à matéria-prima, que é outro componente necessário para a efetivação do processo de trabalho, Marx (2013, p. 259) argumenta,

A matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou tomar parte nele apenas como matéria auxiliar. Esta pode ser consumida pelos meios de trabalho, como o carvão pela máquina a vapor, [...], ou ser adicionada à matéria-prima a fim de nela produzir alguma modificação, como o cloro é adicionado ao linho ainda não alvejado, [...], ou pode, ainda, auxiliar na realização do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias utilizadas na iluminação e aquecimento da oficina de trabalho.

Marx (2013, p. 260) aponta que, “Vemos, assim, que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, função determinada no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também as determinações desse valor de uso.” Dessa forma, a matéria-prima que foi trabalhada gera um valor de uso e poderá compor outro processo de trabalho, aumentando o valor de uso do novo produto criado.

Cotrim aponta que “A produção que se realiza com vistas à troca impõe o trabalho excedente como condição do trabalho necessário. [...]. Neste sentido, o trabalho produtivo de valor se opõe à acepção geral do trabalho produtivo.” (COTRIM, 2012, p. 43). Quando se fala em trabalho excedente, logo pensa-se em trabalho além da necessidade de sobrevivência. Cotrim (2012, p. 46) acrescenta “O valor excedente criado como propriedade do capitalista consiste na diferença entre o valor gerado e o valor que retorna ao trabalhador como salário.”

Ou seja, parte do produto do trabalho produzido pelo trabalhador não retornou ao trabalhador. Dessa forma, a autora infere que “No processo de circulação em que o valor da mercadoria se realiza, o capital vende o que não pagou. A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor do produto do trabalho é a mais-valia. Esta se define, pois, como o tempo de trabalho não-pago.” (COTRIM, 2012, p. 46).

Neste sentido que, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário. Analisando o valor da força de trabalho, como um dos meios necessários à produção de mercadorias, Cotrim (2012, p. 46) citando Marx infere

O valor da força de trabalho identifica-se, portanto, com o valor total dos meios de subsistência suficientes para manter o nível de vida do trabalhador e sua família, ‘de modo que se perpetue no mercado essa raça peculiar de possuidores de mercadorias’ (C, I, p. 202). O valor da força de trabalho é pois o valor da reprodução da condição de trabalhador, indivíduo que tem como único meio de vida a venda de sua força de trabalho.

Como mencionado anteriormente, além de criar valor, cria as relações sociais entre os homens. Assim, tem-se duas formas de trabalho, o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Rubin (1987, p. 86) analisando as concepções de Marx, traz a diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato:

O ponto de vista de que o trabalho cria valor era conhecido muito antes da época de Marx, mas na teoria de Marx adquiriu um significado inteiramente diferente. Marx efetuou uma distinção precisa entre o processo técnico-material de produção e suas formas sociais, entre o trabalho como uma totalidade de métodos técnicos (trabalho concreto) e o trabalho observado do ponto de vista de suas formas sociais na sociedade mercantil-capitalista (trabalho abstrato ou trabalho humano em geral).

O trabalho abstrato é aquele que pode ser igualado socialmente a diferentes formas de trabalho. “O trabalho abstrato não exprime uma igualdade psicológica de várias formas de trabalho, mas uma igualação social de diferentes formas de trabalho, que se realiza na forma específica de igualação dos produtos do trabalho.” (RUBIN, 1987, p. 87). O trabalho abstrato expressa o valor de um produto do trabalho, ele pode ser analisado de forma qualitativa (forma social do trabalho) ou quantitativa (trabalho socialmente necessário), entende-se que o trabalho concreto seja aquele que emprega os avanços tecnológicos necessários para a realização do trabalho (RUBIN, 1987).

Todo trabalho, enquanto atividade, é dispêndio de energia humana e, por essa razão, todo produto, independente das relações sociais mediante as quais é gerado, contém tempo de trabalho humano. No entanto, o trabalho abstrato e seu resultado próprio, o valor, apenas existem socialmente, isto é, como determinações objetivas do trabalho privado que se faz social pela troca dos produtos como valores. (COTRIM, 2012, p. 42-43).

Iamamoto e Carvalho (2004, p. 30-31) consideram que o trabalho assalariado seja uma unidade, pois “Sendo o capital uma relação social, supõe o outro termo da relação: o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro”. Mesmo sendo necessários um ao outro, o capital seleciona o trabalhador que melhor o atende, nesse sentido, um nega o outro. Assim, na sociedade capitalista, “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade.” (MARX, 2004b, p. 25).

Com a produção, recebendo cada vez mais um caráter social, encontra-se aí uma justificativa para a realização do trabalho social com indivíduos. “Assim, a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes

sociais que personificam determinadas categorias econômicas.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 30).

De acordo com Lessa (1996), e nesse sentido o autor dialoga com Iamamoto, o trabalho é o momento predominante do complexo formado pela sociabilidade, pela linguagem e pelo próprio trabalho. Segundo o autor, “É ele o solo genérico do novo que é incessantemente produzido na reprodução social; novo este que é o fundamento ontológico último da tendência histórica de desenvolvimento do gênero humano a patamares sempre superiores de sociabilidade.” (LESSA, 1996, p. 15). Daí, decorre a centralidade do trabalho para as relações sociais.

## **1.2 A valoração do trabalho: valor de uso e valor de troca**

Todo processo de trabalho cria determinado valor, pois cria um produto que terá valor de uso e/ou valor de troca. Este processo é chamado de valoração do trabalho. Neste item, objetiva-se entender este processo de valoração, chamado por Rubin (1987) de Teoria Marxista do Valor.

Para Marx (2013, p. 114), “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” e “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo.” Ou seja, não tem como ter valor de uso sem ser útil. E o mesmo autor conclui que “Um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato.” (MARX, 2013, p. 116). Como afirmado anteriormente, o trabalho abstrato é aquele que pode ser igualado a todas as formas de trabalho por meio das características qualitativas (forma social) e quantitativa (trabalho socialmente necessário).

Quando se pensa na utilidade de algo, significa que este objeto pode atender às necessidades dos indivíduos. Para Marx (2013, p. 113), “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” Assim, Iamamoto e Carvalho (2004, p. 32-33) colocam que “As mercadorias são objetos úteis, produtos de um trabalho de qualidade específica (trabalho útil concreto), que atendem a necessidades sociais; como objetos úteis, de qualidade materiais diferenciadas, são valores de uso.”

Marx afirma que “O valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção.” (MARX, 2013, p. 263-264). Assim, para se definir o valor de algo, é preciso

saber quanto de tempo foi necessário à sua fabricação, acrescido dos produtos utilizados no processo de fabricação.

Para a produção de uma mercadoria é preciso o tempo de trabalho socialmente necessário. Marx define o tempo de trabalho como “[...] aquele que requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade.” (MARX, 2013, p. 117). Quando o autor se refere a destreza e habilidade, fala de um trabalhador que já saiba fazer o trabalho e não o aprendiz. Rubin (1987, p. 189) acrescenta que “A magnitude do tempo de trabalho socialmente necessário é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, compreendidas, num sentido amplo, como a totalidade de elementos de produção materiais e humanos.”

Pode-se elencar três características para entender o valor de um objeto: primeiro, o trabalho não é valor, é a substância do valor; segundo, o tempo de trabalho é a medida da magnitude do valor; e, terceiro, a forma valor é igual a valor de troca (RUBIN, 1987). O valor só existe quando pode ser trocado por algo, atualmente, troca-se por um equivalente em dinheiro. Assim, a troca é realizada com coisas que possuem valores semelhantes. De acordo com Marx (2004a, p. 39),

Na sua primeira forma provisória (por assim dizer), como dinheiro, como ponto de partida da formação do capital, o capital existe apenas ainda como dinheiro, quer dizer, como soma de valores de troca sob a forma autônoma do valor de troca, a sua expressão monetária. Contudo, este dinheiro tem que valorizar-se. O valor de troca deve servir para gerar mais valor de troca.

Para Rubin (1987, p. 102), “O ato de troca é um ato de igualação. Esta igualação das mercadorias trocadas reflete as características sociais básicas da economia mercantil.” Para o mesmo autor, “O dinheiro é um valor que serve como equivalente geral. O capital é um valor que cria mais-valia. Os salários são o valor da força de trabalho. Lucro, juro e renda são partes da mais-valia.” (RUBIN, 1987, p. 106). Para Marx (2004a, p. 42),

A função verdadeira, função específica do capital enquanto capital é pois a produção de valor excedentário e esta, como à frente se exporá, não é mais do que produção de sobretabalho, apropriação – no decurso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se apresenta à vista e se objetiva como mais-valia.

A função social do trabalho é atender as necessidades das pessoas. O que demonstra um antagonismo diante das funções desempenhadas pelo capital e pelo trabalho. A venda do

produto do trabalho modifica essa função, visto que o produto social passa a ser trocado por algo que pode ser dinheiro ou outro produto. Ou seja, mudou a função, pois o vestido, por exemplo, foi feito para vestir o homem e não ser trocado por dinheiro. Dessa forma, gerou-se aumento de dinheiro, mais-valia, e assim aumentou o capital.

Cotrim (2012) elenca duas determinações principais para a mercadoria, como produto produzido para a troca: ser socialmente útil para os outros indivíduos que comprarão para satisfazer uma necessidade e ser produzida pelo trabalho humano, senão, não seria fonte de valor. Para a referida autora, “Assim como o valor de troca confere ao produto do trabalho humano a forma de mercadoria, o trabalho abstrato confere ao trabalho concreto a qualidade de produtor de mais-valia, e faz do processo de trabalho um processo de valorização.” (COTRIM, 2012, p. 58). Para Marx (2004a, p. 43), “Assim como a mercadoria é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca, o processo de produção que é processo de produção de mercadorias é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização.” Em relação à teoria do valor Rubin (1987, p. 78) aponta que,

Todos os conceitos básicos da Economia Política expressam, como vimos, relações sociais de produção entre as pessoas. Se abordarmos a teoria do valor partindo desse ponto de vista, deparar-nos-emos então com a tarefa de demonstrar que o valor: 1) é uma relação social entre as pessoas, 2) que assume uma forma material, e 3) está relacionado ao processo de produção.

O trabalho possui duas propriedades, quais sejam: social e distribuído. Social, no sentido, de cada pessoa realizar um tipo de trabalho e distribuído, pois cada trabalhador exerce um tipo de trabalho na comunidade. De acordo com o autor a seguir,

O trabalho de cada indivíduo é social precisamente por ser diferente do trabalho de outros membros da comunidade e representar um complemento material de seus trabalhos. [...]. A organização social do trabalho consiste na distribuição do trabalho entre os diferentes membros da comunidade. A divisão do trabalho, ao contrário, baseia-se na decisão de algum órgão. (RUBIN, 1987, p. 110).

No processo de trabalho, o valor pago pelo capitalista pela força de trabalho, instrumentos de trabalho e matérias-primas custaram um determinado valor. Porém, o capitalista precisa receber pelo seu trabalho que é de vigiar e gerenciar a produção. Este trabalho de vigiar/ gerenciar a produção não foi pago, pois ficou demonstrado por Marx (2013) no processo de trabalho que o valor investido no início será o mesmo no final do processo. Marx (2004a) assim se exprime em relação à vigilância do capitalista:

Tal depende, em parte, dos próprios operários e é aqui que começa a vigilância do capitalista. (O qual leva a cabo os seus desígnios por meio do trabalho à peça (*task work*. Ing.), descontos nos salários). Além disso, é necessário que o trabalho se efetue ordenadamente, com vistas a um fim; que a transformação dos meios de produção se realize de maneira adequada; que o valor de uso que se tem em vista como finalidade surja realmente como resultado e que o faça de forma conseguida. Aqui reaparece a vigilância e a disciplina do capitalista. (MARX, 2004a, p. 51).

Porém, o capitalista não quer apenas que seus produtos tenham valor de uso, mas de troca, por isso contrata o trabalhador por uma jornada inteira de trabalho, equivalente a 12 horas e paga por 6 horas, o equivalente à sua sobrevivência. O restante produzido pelo trabalhador transforma-se em mais-valor, embolsado pelo capitalista. Dessa forma, metade da jornada de trabalho do trabalhador não lhe pertence, recebendo apenas no final do mês seu salário. A extração da mais-valia se dá pela venda desigual da força de trabalho. Quando ao final do processo de trabalho, não há valorização do capital investido inicialmente, “Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital.” (MARX, 2013, p. 267). Pois a única forma de se valorizar algo é através da extração da mais-valia do trabalho do trabalhador. De acordo com o mesmo autor,

O valor de troca do capital que ingressa no processo de produção é menor do que o valor de troca do capital lançado no mercado, ou adiantado (pois que aqui é apenas o valor das mercadorias que entram como meios de produção no processo), isto é, o valor da parte constante do capital que ingressa como valor no processo de produção. Em lugar do valor da parte variável do capital temos agora a valorização enquanto processo, o trabalho implicado no ato (*actu*. Lat.) da valorização, o trabalho realiza constantemente como valor, porém que, passando também sobre os valores postos procede a uma criação de valores. (MARX, 2004a, p. 51).

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2004, p. 44) inferem:

O que cria o valor é o trabalho real que, tendo uma dada intensidade, materializa-se no produto em determinadas quantidades; que transforme os meios de produção em produtos de qualidades específicas. [...]. Porém, na formação social capitalista, o processo de trabalho é meio do processo de valorização, já que o objetivo primordial da produção não é a satisfação de necessidades sociais, mas a produção de mais-valia, a valorização do próprio capital.

No processo de valorização do capital, a medida que o trabalhador produz mais-valor, ele se empobrece ainda mais, pois ele não recebe pelo seu esforço em produzir mais.

Como esforço, como dispêndio de força vital, o trabalho é a atividade pessoal do operário. Porém, enquanto criador de valor, implicado no processo da sua objetivação, o próprio trabalho do operário, mal entra no processo de produção, é

um modo de existência do valor do capital, neste incorporado. Esta força conserva o valor e cria novo valor é, por conseguinte, a própria força do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário, que ao criar o valor que produz, produ-lo ao mesmo tempo como um valor que lhe é alheio. (MARX, 2004a, p. 54).

Após a compreensão do processo de valorização do capital, na transformação dos produtos em produtos com valor de troca (mercadorias), entendendo que o objetivo do capital não é a satisfação das necessidades humanas por meio do trabalho, mas sim a extração de mais-valia, buscar-se-á entender o trabalho como categoria simples e complexa dentro do processo de trabalho.

### **1.3 O processo de trabalho na sociedade capitalista: o trabalho como categoria simples e complexa**

No processo de trabalho, nem todas as forças de trabalho são iguais. Elas podem ser simples e complexas (qualificadas), ou seja, simples quando pouco se investiu para sua formação e complexas, quando muito se investiu em sua formação. Porém, no processo de troca de mercadorias, os produtos devem ser igualados. Rubin (1987, p. 175) coloca da seguinte maneira: “No processo de troca, os produtos de diferentes formas concretas de trabalho são igualados e, assim, também o trabalho é igualado. [...] o produto de uma hora de trabalho do produtor de calçados é igualado ao produto de uma hora de trabalho do alfaiate.” Então, como se pode afirmar que nem todas as forças de trabalho são iguais? Entretanto, Rubin (1987, p. 175) afirma o seguinte: “O processo de troca elimina as diferenças entre as formas de trabalho; elimina simultaneamente as diferentes condições e converte diferenças qualitativas em quantitativas.” Assim, o problema da questão do trabalho qualificado é “[...] diferentes valores de produtos produzidos em tempo igual por dois produtores de diferentes profissões, produtores cujos produtos não são comparáveis um com outro.” (RUBIN, 1987, p. 177).

Como mencionado anteriormente, o processo de trabalho é composto pela força de trabalho, meios e matéria-prima. Entretanto, quando se analisa a força de trabalho, que é o trabalho em si, percebe-se que a força de trabalho pode ser qualificada ou não, depende de quanto tempo foi investido (em estudo, treinamento) para se tornar qualificada.

Assim, trabalho simples é aquele que toda pessoa pode realizá-lo. Já o trabalho complexo pode ser comparado ao trabalho simples potenciado ou multiplicado, sendo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual à quantidade maior de trabalho simples. Rubin (1987, p. 176) citando Marx, define o trabalho simples, como sendo “[...] o emprego



dessa simples força de trabalho que todo homem comum e corrente, em média, possui em seu organismo corporal, sem necessidade de educação especial.”

Nesta mesma passagem, o referido autor traz a definição de trabalho qualificado que se pode entender como trabalho complexo: “[...] aquele que requer um aprendizado especial, ou seja, ‘uma aprendizagem mais longa ou profissional e uma educação geral mais importante que a média dos trabalhadores’.” (RUBIN, 1987, p. 176).

São duas diferenças principais entre o trabalho qualificado e o simples: o maior valor dos produtos produzidos pelo trabalho qualificado e o maior valor da força de trabalho qualificada, ou seja, no salário maior do trabalhador assalariado qualificado (RUBIN, 1987). O investimento em estudo ou treinamento como forma de qualificação da força de trabalho é expresso pelo autor da seguinte forma.

[...] o trabalho dispendido no treinamento dos produtores de uma dada profissão entra no valor do produtor do trabalho qualificado. Mas em profissões que diferem em termos de qualificações mais elevadas e maior complexidade do trabalho, o treinamento dos trabalhadores é usualmente realizado através de uma seleção, a partir de um número maior de estudantes mais capacitados. (RUBIN, 1987, p. 182).

Quando se fala de trabalho qualificado, pode-se compreender a contribuição das forças produtivas neste processo. O que compõe as forças produtivas são grau médio de destreza dos trabalhadores, grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 2013). De acordo com Marx (2013, p. 118), “Quanto menor a força produtiva do trabalho, maior tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor.” Nesta mesma concepção, Cotrim (2012, p. 60) aponta que “O processo de produção se torna mais complexo conforme se desenvolvem as forças produtivas: quanto maior esse aprimoramento, mais raros se tornam os processos produtivos realizados pelo trabalhador individual.” Quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, maior é a exploração do trabalhador, mais ele produz mais-valia.

Para o processo de valorização é completamente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho social médio não qualificado ou trabalho complexo, dotado de um peso específico mais elevado. O trabalho que é considerado mais complexo e elevado do que o trabalho social médio é a exteriorização de uma força de trabalho com custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por essa razão, tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho. (MARX, 2013, p. 274).

A divisão social do trabalho é outro componente das forças produtivas do trabalho, pois, cada trabalhador passou a ser “especialista” em algo, então, passou a produzir mais de um mesmo produto. Nas grandes fábricas, com o surgimento do Fordismo e Taylorismo, a divisão do trabalho ficou ainda mais específica, pois cada um passou a produzir determinada peça e o trabalhador deixou de conhecer todo o processo de fabricação.

O homem cria e utiliza ferramentas para construir o produto do trabalho, tais como o machado para derrubar árvores, ou uma vara para pescar um peixe. No processo de trabalho, o homem executa uma atividade, utilizando-se dos meios de trabalho, para formar um produto que foi idealizado desde o início pelo próprio homem. Assim, o homem produziu algo para atender a alguma necessidade humana, ou seja, seu produto tem valor de uso.

Enquanto as mercadorias isoladas devem ter qualquer valor de uso, de modo a atender a uma necessidade social, a forma valor de uso do capital é determinada pela natureza do processo de trabalho, devendo constituir-se dois elementos do mesmo: objetos e meios de trabalho. Deve constituir-se de meios de produção objetivos (instrumento de produção, matérias-primas e auxiliares) e força de trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 37).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e o avanço da divisão sociotécnica do trabalho, o processo de trabalho sofreu modificações, o trabalho simples passou a ter menor valor que o trabalho complexo. Os meios para a realização do trabalho também foram modificados, o que exigiu maior qualificação para operá-lo, como por exemplo, os sistemas de informática, aparelhos médicos, entre outros. Rubin (1987, p. 181) aponta que “O valor do produto do trabalho qualificado deve exceder o valor do produto do trabalho simples (ou do trabalho de menor qualificação em geral) por um montante de valor que compense as diferentes condições de produção e estabeleça o equilíbrio entre essas formas de trabalho.” O autor ainda coloca que grande parte dos analistas marxistas

[...] concentraram sua principal atenção no fato de que o produto do trabalho qualificado é não apenas o resultado do trabalho dispendido em sua produção, mas também do trabalho necessário para o aprendizado do trabalhador nessa profissão. Este último trabalho também entra no valor do produto e o torna correspondentemente mais caro. (RUBIN, 1987, p. 181).

Para além da diferença entre o valor do produto do trabalho qualificado e do produto do trabalho simples, Iamamoto (2007a) traz a contradição do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho que criam o trabalho excedente e o sobretalho.

O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho realiza-se contraditoriamente: por um lado, o capital tende a criar a maior quantidade possível de trabalho excedente, mas só pode fazê-lo colocando em movimento o tempo de trabalho necessário; por outro lado, tende a reduzir a um mínimo este tempo, para criar sobretrabalho, tornando relativamente supérfluo o trabalho humano, sem o qual não é possível reproduzir e valorizar o capital. [...]. O desenvolvimento das forças produtivas enriquece o capital e não os indivíduos que trabalham, ampliando, assim, o poder do capital sobre o trabalho. (IAMAMOTO, 2007a, p. 388).

Para Rubin (1987, p. 182), “[...] o trabalho dispendido no treinamento dos produtores de uma dada profissão entra no valor do produto do trabalho qualificado.” Porém, na sociedade capitalista, este treinamento é exigido dos próprios trabalhadores, ou seja, seleciona-se o de maior qualificação. Assim, se expressa o autor “Mas em profissões que diferem em termos de qualificações mais elevadas e maior complexidade do trabalho, o treinamento dos trabalhadores é usualmente realizado através de uma seleção.” (RUBIN, 1987, p. 182).

Em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, o trabalhador deveria trabalhar menos, mas o que se percebe é exatamente o contrário, o trabalhador continua trabalhando o mesmo ou mais, e produzindo muito mais mercadorias, pois se cria um sobretrabalho, o qual não é necessário à sua sobrevivência.

#### **1.4 O trabalho na esfera dos serviços**

Refletir sobre o processo de trabalho na esfera dos serviços, suscita recorrer a Harry Braverman que se debruçou sobre este estudo na perspectiva da tradição marxista, procurando entender a discussão do processo de trabalho dentro da esfera dos serviços, dando especial enfoque na gerência científica. Outros autores que pesquisam o setor de serviços quanto à materialidade ou imaterialidade é Sadi Dal Rosso e Vera Cotrim que também serão estudados neste item.

Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, muitos postos de trabalho foram criados, principalmente, aqueles voltados à organização do trabalho, ou seja, aqueles trabalhos que não transformam a natureza propriamente dita. O trabalho na esfera dos serviços não transforma a natureza, mas é necessário à reprodução do capital, conforme será abordado adiante. Para Almeida (1996, p. 35),

A expansão do setor de serviços deriva, por um lado, do próprio processo de acumulação de base industrial, na medida em que se ampliam as formas de produção do excedente e as demandas quanto ao seu investimento e, por outro, da expansão das formas de oferta, acesso e demanda de serviços cada vez mais regidas pela lógica e processos característicos da sociedade capitalista, que acabam suplantando,

ou incorporando à sua dinâmica as formas remanescentes, tanto do modo de produção anterior como de suas próprias fases antecedentes.

Braverman (1987, p. 229) aponta que “A complexidade da divisão social do trabalho que o capitalismo desenvolveu no século passado, e a sociedade urbana concentrada que pretende manter massas imensas em delicado equilíbrio, exigem enorme quantidade de coordenação social como nunca antes.” Essa coordenação social se refere à contratação de gerentes, supervisores, auxiliares administrativos, entre outros profissionais que contribuem para a fiscalização do trabalho nas fábricas. Nogueira (1990, p. 163) se refere ao trabalho em serviços, no plano institucional.

Lembrar, entretanto, que, enquanto atividade profissional, tem uma subordinação institucional – o trabalho em serviço – e localiza-se subordinada formalmente aos interesses capitalistas e que tal subordinação não é somente do ponto de vista do assalariamento, mas também no plano ideológico.

Para Cotrim (2012), citando Marx, os serviços são o efeito útil de um valor de uso ou da força de trabalho. O trabalho na esfera dos serviços só pode ser improdutivo e este pode ser dividido em duas classes: a primeira, na visão da autora diz:

O trabalho é sempre improdutivo para quem o compra como serviço. A força de trabalho não é, contudo, a rigor, comprada duas vezes, mas apenas uma, pelo capitalista. O consumidor compra o serviço do capitalista, a quem as mercadorias produzidas, e portanto também o serviço produzido, pertencem. Ademais, não compra força de trabalho, mas seu efeito útil particular, configurado seja em mercadorias, seja em serviços. (COTRIM, 2012, p. 78).

Na segunda classe, se encontram os trabalhos improdutivos que são aqueles trocados por capital variável e não por renda, “[...] são necessários ou inerentes ao ciclo de reprodução do capital, mas que significam custo para o capital global investido na produção, isto é, são pagos com a mais-valia extraída do processo produtivo.” (COTRIM, 2012, p. 80). Nesta segunda classe se encontra o trabalho dos gerentes, auxiliares administrativos, contadores, entre outros, que de acordo com Braverman (1987, p. 228) é uma função que também se modificou no decorrer dos anos.

A função especial de administração é exercida não mais por um único gerente, nem mesmo por uma equipe de gerentes, mas por uma organização de trabalhadores sob o controle de gerentes, assistentes de gerentes, supervisores etc. Assim, as relações de compra e venda da força de trabalho, e, em consequência, de trabalho alienado, tornou-se parte do aparelho gerencial em si mesmo.

O serviço é uma mercadoria que é consumida quando termina a produção.

Esta mercadoria, embora desapareça no momento em que termina sua produção, não deixa, por isso, de ser objetiva: objetiva-se na ação, por meio da linguagem; é, pois, um objeto, valor de uso com expressão material suficiente para tornar-se mercadoria, ainda que não possa fixar-se ou expandir sua duração para além do tempo de produção. (COTRIM, 2012, p. 65).

Os serviços sociais se expressam também pela linguagem e produzem um efeito útil sobre a vida das pessoas. Para Braverman (1987, p. 240), ao invés destes serviços melhorarem a vida em família, pioram as relações.

Assim os próprios serviços sociais que deveriam facilitar a vida social e a solidariedade social têm o efeito contrário. À medida que os avanços da indústria de utilidades domésticas e de serviços aliviam o trabalho da família, aumentam a futilidade da vida familiar; à medida que removem os fardos das relações pessoais, esvazia-se de sentimentos; à medida que criam uma intrincada vida social, despem-na dos vestígios da comunidade e deixam em seu lugar um vínculo monetário.

De acordo com o autor acima, os serviços estão crescendo inversamente proporcional ao trabalho fabril, pois muito se produz e se faz necessário vender os produtos das fábricas. Para tanto, se investe no setor de serviços.

É característico da maioria das funções criadas nesse 'setor de serviços' que, pela natureza dos processos de trabalho que elas incorporam, são menos suscetíveis de mudança tecnológica do que os processos da maioria das indústrias produtoras de bens. Assim, enquanto o trabalho tende a estagnar ou encolher no setor fabril, ele aumenta nos serviços e encontra uma renovação das formas tradicionais de concorrência anterior ao monopólio entre as muitas firmas que proliferam em campos que exigem pequeno capital inicial. (BRAVERMAN, 1987, p. 240).

Para o mesmo autor, o sistema capitalista sempre criará necessidades para os trabalhadores para que o ciclo reprodutivo possa permanecer. Assim, não achando necessidade de produção de mercadorias, criar-se-á necessidades com a venda de serviços, tais como: telemarketing, planos de saúde e previdência privados, mensalidade de academias, entre outros.

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um 'ciclo de produto', que invente novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas. (BRAVERMAN, 1987, p. 239).

Dentro da discussão sobre os serviços, eles podem ter um efeito útil material ou imaterial. Cotrim (2012, p. 77) afirma que “O serviço se define como uma atividade comprada com a finalidade de obter seu efeito útil, e portanto, como trabalho concreto, e pode ser material ou imaterial, isto é, o efeito útil que produz pode ou não recair sobre objeto matéria.” Já Costa (2000, p. 41) afirma que “[...] os resultados do processo de produção e consumo dos serviços são sempre parciais e envolvem uma relação de concomitância entre produção e consumo.” Como exemplo, aponta-se o alfaiate que fez uma calça encomendada por alguém, o que este indivíduo comprou não é a calça, mas seu feitiço, ou seja, o serviço do alfaiate. Neste caso, o efeito é material, enquanto, por exemplo, no caso do trabalho do assistente social que trabalha com a linguagem é imaterial. Para Dal Rosso (2008, p. 29), “[...] o trabalho imaterial também é profundamente transformado por práticas intensificadoras, produz efeitos nocivos sobre a saúde dos trabalhadores.”

O autor argumenta que independente do trabalho que é realizado pelo trabalhador, este está sempre inteiro, com sua inteligência, emoções, cultura, entre outros aspectos da vida humana. Para ele, “O trabalho ocupa a pessoa como um todo. Todos os aspectos de sua personalidade são envolvidos até certa medida no ato de trabalho.” (DAL ROSSO, 2008, p. 30). Ainda segundo este autor, os serviços baseados na materialidade são aqueles parecidos com o trabalho fabril. Assim o autor se expressa: “[...] as atividades vinculadas à prestação de serviços pessoais como em bares, restaurantes e os serviços que os viabilizam, entre eles as cozinhas e a produção de alimentos e bebidas, equiparam-se ao trabalho industrial no sentido de sua materialidade.” (DAL ROSSO, 2008, p. 33). Já em relação ao serviço de base imaterial, o autor coloca que “Os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial pelo fato de demandarem mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo.” (DAL ROSSO, 2008, p. 33).

Nesse mesmo sentido abordado acima, em relação ao trabalho do/a assistente social, sabe-se que o maior empregador é o Estado e dentro do aparelho estatal o assistente social executa seu trabalho como serviço, pois para que este trabalho possa ser realizado, precisa dos meios que se transformam nas mediações necessárias à sua realização. Para Nogueira (1990, p. 163), “É o saber que orienta a intervenção, possibilitando a descoberta das solicitações reais e potenciais, que são atinentes a profissão, e permite a ponderação própria dos serviços em sua função de mediar, organizar e normatizar o todo social.”

Na análise de Iamamoto e Carvalho (2004), o trabalho do/a assistente social na esfera dos serviços perpassa os serviços socioassistenciais, previdenciários, de saúde, entre outros. A

autora explica que o trabalho nos serviços são mantidos pela classe trabalhadora produtora de mais-valia.

Parte da riqueza socialmente gerada é canalizada para o Estado, principalmente sob a forma de impostos e taxas pagos por toda a população. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou 'sociais', no sentido amplo. Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 92).

Dessa forma, o trabalho do/a assistente social pode ter um efeito material ou imaterial dentro da esfera dos serviços, pois quando se trabalha com a administração de benefícios, o trabalho profissional terá um efeito material, por exemplo, a avaliação social para fornecimento de vale-transporte e cesta básica. Ou pode ser imaterial quando se utiliza da linguagem nos processos de mobilização e orientação social aos sujeitos. Nesse sentido, o trabalho do/a assistente social se torna mais necessário que outrora, pois em tempos de queda do trabalho fabril, requisita-se mais do trabalho na esfera dos serviços, como abordado anteriormente.

Nesse processo, o capital que 'se lança freneticamente' a toda nova área possível de investimento reorganizou totalmente a sociedade, e ao criar a nova distribuição do trabalho criou a vida social amplamente diferente daquela de apenas setenta ou oitenta anos passados. E esta incansável e insaciável atividade continua a transformar a vida social quase que diariamente diante de nossos olhos, sem cuidar em que ao assim fazer está criando uma situação na qual a vida social torna-se cada vez mais possível. (BRAVERMAN, 1987, p. 218).

Com a vida humana tornando-se cada vez mais social, a forma de trabalho possível para manter a sobrevivência também muda, pois se aumenta o trabalho na esfera dos serviços, criando novas especializações na divisão social e técnica do trabalho e também com a reestruturação produtiva do capital, este passa a utilizar-se de diferentes mãos de obra para os diferentes setores, tais como a utilização do trabalho infantil e a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho, principalmente no setor de serviços. O/a assistente social é um desses profissionais que não produzem nenhum produto material, mas pode provocar mudanças substantivas na vida dos sujeitos aos quais dirige sua ação.

## 1.5 O Serviço Social como trabalho produtivo ou improdutivo

O Serviço Social é uma profissão que teve origem com a agudização das expressões da questão social. Estas expressões são oriundas das contradições existentes entre capital e trabalho. Dessa forma, como trabalho socialmente necessário à sociedade, a profissão está inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho como uma especialização. Para Almeida e Alencar (2011, p. 136),

O reconhecimento do trabalho como atividade social é essencial para pensar a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho como atividade especializada que participa das estratégias de controle sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

O controle da vida da classe trabalhadora passou a ser exigido aos assistentes sociais como forma de conter as manifestações e a insatisfação dessa classe. Em relação à questão social considerada por Yamamoto e Carvalho (2004, p. 77) como a matéria-prima do Serviço Social, tem-se que

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. [...]. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Entretanto, esta visão do Serviço Social como trabalho não é hegemônica dentro da profissão. Existe um grande esforço de intelectuais em discutir se o Serviço Social é ou não trabalho. Então, primeiramente, será definido o que é o trabalho produtivo e o improdutivo.

Assim, como foi mencionado no item anterior de forma breve, para Cotrim (2012), são duas classes de trabalho improdutivo, sendo que a primeira classe é composta por aqueles “[...] que são trocados por renda e aqueles que, embora trocados por capital, implicam custo para o capital produtivo, na medida em que não criam mais-valia ou não fazem do capital variável ‘uma magnitude de fato variável’.” (COTRIM, 2012, p. 74).

Já a segunda classe é abarcada por “[...] aqueles que são necessários ou inerentes ao ciclo de reprodução do capital, mas que significam custo para o capital global investido na produção, isto é, são pagos com a mais-valia extraída do processo produtivo.” (COTRIM, 2012, p. 80). Para a autora, relacionam-se à segunda classe: “[...] os trabalhos necessários à realização das mercadorias, na esfera da circulação, e os que são necessários à circulação do



valor em geral; abrangem, portanto, toda força de trabalho utilizada pelo capital mercantil.” (COTRIM, 2012, p. 80).

Em relação ao trabalho assalariado, Marx (2004a, p. 116), assim se expressa:

Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa de produção capitalista. Por isso, deve-se pôr de lado esses trabalhos e trata-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo.

Cotrim (2012) também salienta que o trabalho assalariado executado na esfera da circulação não gera mais-valia, mas é pago com a mais-valia gerada no processo de produção.

Não obstante a força de trabalho utilizada pela esfera da circulação seja assalariada e tenha seu valor regulado por princípios idênticos aos que definem o valor da força de trabalho produtivo, as atividades que efetuem a circulação de valor ou capital são alheias aos valores de uso e portanto incapazes de incorporar valor. (COTRIM, 2012, p. 83).

Neste mesmo sentido que Cotrim corrobora com a visão de Antunes ao discutir a questão do trabalho assalariado que pode ser produtivo ou improdutivo, haja vista, o trabalho do próprio assistente social que também é assalariado, apesar de profissional com autonomia técnica e ética.

Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para consumi-lo como valor de uso, como serviço – e não para colocá-lo como fator vivo em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção – o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, não como trabalho que gera valores de troca; consome-se-o improdutivo, não produtivamente. (ANTUNES, 2004, p. 159).

Trazendo a discussão acima para o âmbito do Serviço Social, para Iamamoto (2005, 2007a), o Serviço Social é trabalho e pode ser produtivo ou improdutivo, depende de onde se realiza o trabalho e para Lessa (2007), embasados nos estudos de Lukács, o Serviço Social não é trabalho, pois não transforma a natureza, assim, ele pertenceria ao complexo da ideologia. No decorrer deste item, será abordado as duas visões.

Na visão de Iamamoto (2007a, p. 429), o pressuposto que orienta sua visão do Serviço Social

[...] é o de que não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do

assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalho especializado.

Iamamoto e Carvalho (2004) assim diferencia o trabalho do assistente social como produtivo ou improdutivo, afirmando que o Serviço Social pode ser os dois, dependendo de onde está inserido. No primeiro momento, afirma ser produtivo.

Uma vez que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia. Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 86).

Logo após, a autora analisa sua visão do Serviço Social como trabalho improdutivo.

A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital. São funções que, com o progresso da divisão do trabalho, se desmembraram de outras, adquirindo uma existência independente, substantivadas como função específica de determinados agentes a que está diretamente encomendada. Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 86).

Na visão de Lessa (2007) sobre o Serviço Social ser ou não trabalho, o autor embasado no Livro I de O Capital e nas ideias de Lukács, afirma que é trabalho apenas o intercâmbio do homem com a natureza.

Para o autor de O Capital, o trabalho é a categoria que funda o desenvolvimento do mundo dos homens como uma esfera distinta da natureza. Afirmar o trabalho como categoria fundante significa apenas e tão somente isto: o trabalho funda o mundo dos homens. Contudo, a reprodução das relações sociais que vão para além do trabalho enquanto tal. Pois, como o trabalho não é apenas a relação do homem com a natureza, mas também a relação dos homens entre si no contexto da reprodução social, o seu desenvolvimento exige o desenvolvimento concomitante (ainda que contraditório) das próprias relações sociais. E estas, por sua vez, precisam da mediação dos complexos como a ideologia, a filosofia, a arte, a educação, a sexualidade, a alimentação, o Estado, o Direito, a política, etc., para citar apenas alguns. (LESSA, 1999, p. 32 apud ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 135).

Ao contrário de Iamamoto e Carvalho (2004) e Iamamoto (2007a), Lessa (2007, p. 82) aponta que, “[...] o que distingue o trabalho produtivo do trabalho improdutivo é a função social de produzir (ou não) mais-valia, e não o indivíduo que os executa.”

Lessa (2007, p. 99) concorda com Iamamoto ao dizer que a autora tem razão quando menciona que o Serviço Social “[...] interfere na reprodução material da força de trabalho.” Mas para o autor, o faz unicamente porque é um complexo pertencente à materialidade do mundo dos homens e não porque é trabalho. Dessa forma, para Lessa (2007), o Serviço Social seria parte do complexo da ideologia, como salientado anteriormente.

De acordo com o autor acima, “Quando o assistente social viabiliza o acesso a uns ‘óculos’ está prestando exatamente o mesmo serviço de quando ‘incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura’.” (LESSA, 2007, p. 98), pois o assistente social em ambos os casos está realizando mediações para que o sujeito seja atendido em suas necessidades e segundo ele, isso não caracteriza trabalho, pois não tem intercâmbio com a natureza.

Almeida e Alencar (2011) apontam que Lessa se apoia nas reflexões de Lukács sobre o significado do trabalho na constituição do ser social, para afirmar que o Serviço Social não é trabalho, pois não transforma a natureza, mas faz parte dos complexos sociais que são necessários à reprodução social.

No que tange a esta questão, Iamamoto (2005, p. 68) se expressa:

O Serviço Social tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social. Por exemplo, quando o assistente social viabiliza o acesso a um óculos, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade. Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços.

Por subscrever as ideias de Iamamoto (2005), considerando o Serviço Social como trabalho é que será passado ao próximo item que trata da inserção e atuação profissional do assistente social nas políticas públicas.

## **1.6 O trabalho do assistente social nas políticas públicas**

Dentro do sistema capitalista, com as mudanças em relação ao processo de trabalho, é exigido cada vez mais do trabalhador que ele realize várias funções (caracterizando-se como

trabalhador polivalente), estas, muitas vezes, são encaminhadas para serem realizadas em outra empresa que não a principal, inaugurando assim, o sistema chamado de terceirização, no qual, uma grande empresa compra parte de seus produtos por menor valor. Nesse ínterim, se os produtos custam menos, é porque a força de trabalho também está custando menos, assim, os trabalhadores terceirizados perdem boa parte de seus direitos. Diante desse contexto de terceirização, Iamamoto (2005, p. 90) afirma que

O estímulo à figura do trabalhador polivalente, capaz de realizar múltiplas atividades ao mesmo tempo e pelo mesmo salário, rompe as rígidas barreiras das especialidades profissionais, especialmente nas funções de menor qualificação. [...]. Mostra, em outros termos, o estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade realizada sob o controle alheio, e que o trabalho remunerado é mero meio de obtenção do equivalente de seus meios de vida, pois o que produz para si é o salário ou equivalente monetário dos meios de sobrevivência.

Sob um mesmo ângulo da situação aqui apresentada, Antunes (2009, p. 214) coloca que “[...] defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversas formas de trabalho parcial ou *part time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.” Segundo este mesmo autor,

O mundo do trabalho viveu [...] nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países do Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial [...]. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. (ANTUNES, 2009, p. 205).

Com essas formas contemporâneas de trabalho apresentadas por Antunes, considera-se que o investimento maciço em trabalho terceirizado e precarizado acarretará a diminuição de postos de trabalho, ou se já não diminuíram, visto que, os trabalhadores além de serem contratados para executarem várias funções, ou seja, substituindo vários trabalhadores qualificados, também passaram a ser contratados temporariamente ou por curto período de tempo, tendo o respaldo da legislação trabalhista. Com a diminuição de postos de trabalho nas fábricas, um setor começou a se sobressair como estratégia para os trabalhadores que é o setor de serviços. Assim,

Além da redução do trabalho improdutivo, há outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer

nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços, quer nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo. (ANTUNES, 2009, p. 216).

De forma conclusiva, o autor acima aponta que “[...] houve desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; heterogeneização, subproletarização e precarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho.” (ANTUNES, 2009, p. 207), sendo que estas formas de contrato de trabalho afetam diretamente a classe trabalhadora.

Refletindo sobre a contradição entre capital e trabalho que o Serviço Social se funda, quando a burguesia não consegue mais lidar com as reivindicações dos trabalhadores, então para amenizar e mediar esta situação de confronto, o Serviço Social é chamado a intervir, principalmente, por meio do Estado. Então, após reivindicação dos trabalhadores, o Estado garante alguns direitos através da criação das políticas públicas, ofertando alguns serviços aos trabalhadores para conter suas manifestações. Para Yazbek (2014, p. 680), “Na política social, a luta contra a pobreza toma o lugar da luta de classes. A perspectiva é de desenvolvimento dos ‘ativos’ dos pobres, desconsiderando os fatores estruturais da pobreza, atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres.”

Paralelamente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o Estado também recuou em relação ao investimento em políticas públicas, em momentos, apoiando a desregulamentação do trabalho através de leis mais flexíveis, ocasionando “[...] redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.” (IAMAMOTO, 2005, p. 87).

Evidentemente, é nesse aspecto que se percebe de forma aguda os rebatimentos no Serviço Social e também um inchaço das políticas compensatórias, principalmente em relação ao que Iamamoto coloca como o objeto de trabalho do Serviço Social.

Sendo as múltiplas expressões da questão social o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional, é importante reconhecer que um dos aspectos centrais da questão social, hoje, é a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho. Ou, nos termos de Mattoso, da “insegurança do trabalho” englobando: a insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho. (IAMAMOTO, 2005, p. 115).

Dessa forma, o/a assistente social vivencia de duas formas os reatamentos da precarização do trabalho. Em primeiro lugar, em relação à precarização de seu próprio trabalho que assume as seguintes características: baixos salários, jornadas triplas (trabalhando em vários lugares), locais de trabalho inadequados que podem prejudicar a saúde do assistente social, contratação temporária e por pregão eletrônico, entre outros. Em segundo lugar, os usuários do Serviço Social também apresentam estas características, buscando cada vez mais os serviços sociais para acesso às políticas públicas, o que aumenta a demanda do Serviço Social, porém, estas demandas coincidem com a retração dos direitos trabalhistas. A partir disso, conforme Iamamoto (2005, p. 143),

Reafirma-se, portanto, o desafio de tornar os espaços de trabalho do assistente social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhes dizem respeito. Isso é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debate e de representação etc.

O trabalho do/a assistente social junto às políticas públicas constituem-se em espaço privilegiado para o trabalho profissional, pois favorece a aproximação dos sujeitos com os mecanismos de garantia e efetivação de direitos. Atualmente, o Estado é o maior empregador do Serviço Social e os profissionais estão distribuídos nas diversas políticas públicas, principalmente na Política de Saúde e de Assistência Social. Para que o trabalho profissional possa se materializar, o/a assistente social faz uso das políticas públicas como mediação.

De acordo com Nogueira (1990, p. 161), “A intervenção do assistente social localiza-se na implementação de políticas sociais públicas e privadas, isto é, refere-se às intervenções realizadas a partir dos desdobramentos da questão social.” As políticas sociais atendem situações particulares da vida dos trabalhadores, conforme aponta Iamamoto e Carvalho (2004, p. 100).

Assim, as políticas sociais e os serviços delas derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação da vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação etc., subordinadas às estratégias político-econômicas que sustentam o processo de reprodução ampliada do capital.

No atendimento das particularidades da vida dos usuários, “O Serviço Social é apreendido como uma profissão que se institucionaliza em função das particularidades assumidas pela dinâmica das classes sociais e do Estado em um contexto bastante singular de

consolidação e expansão do capitalismo monopolista.” (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 123).

Para tanto, sua reflexão avança para o reconhecimento da centralidade que as políticas sociais e, particularmente, os serviços sociais, adquirem como formas travestidas do valor no circuito dos processos de produção e distribuição da riqueza socialmente produzida, sem as quais se torna inviável pensar sob quais condições históricas e institucionais a profissão ganha materialidade. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 124).

No decorrer das décadas, com o surgimento dos direitos sociais, várias políticas públicas foram sendo criadas. Porém, as políticas sociais vêm sofrendo grande influência do atual modelo de acumulação capitalista, sendo que passou-se de um modelo que visava a universalidade para um modelo seletivo e voltado ao mercado, que procura realizar terceirizações, privatizações e corte de recursos financeiros, ocasionando perda de direitos da classe trabalhadora e dentre esta a parcela mais empobrecida, pois é esta que mais faz uso dessas políticas.

As políticas públicas não escapam às armadilhas de conversão do fundo público em elemento de fomento ao processo de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro, seja por meio do montante de verbas públicas reservado para pagamento da dívida que sangra o orçamento das políticas públicas por meio do superávit primário ou da transferência direta de recursos via crescimento das rubricas vinculadas ao esforço de estabelecer um novo padrão de gerenciamento apoiado nos processos de privatização e terceirização dos serviços sociais. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 143).

Neste cenário de reorientação de recursos públicos, visando o pagamento da dívida externa e acordos com organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial), para o Brasil se tornar um país rentável economicamente, grande arrocho nas contas públicas deve ser feito de acordo com a orientação neoliberal. Dentro dessa ótica, o Serviço Social é chamado a mediar as relações entre Estado e trabalhadores, que estão em busca de melhorias em sua condição de sobrevivência. Entretanto, aquele profissional que esteja embasado no Projeto Ético-Político (PEP) da profissão se põe a favor da garantia de direitos, mesmo em época de grave crise econômica, algo que não é fácil, pois o profissional estará ‘remando contra a maré’. Para Nogueira (1990, p. 161), “Em outros termos, a especificidade profissional se instaura e se cristaliza face ao atendimento de necessidades sociais historicamente construídas.”

Um desafio posto ao exercício do trabalho profissional é como profissionais liberais que seguem um Código de Ética, os/as assistentes sociais lutam para obter autonomia dentro

dos espaços sócio-ocupacionais, porém, esta autonomia é em parte executada somente no trato com o usuário, pois a instituição impõe a organização do processo de trabalho para o trabalho profissional, pois o trabalho do/a assistente social se configura como assalariado, apesar de liberal, pois não dispõe dos meios e instrumentos para efetivar seu trabalho, sendo este ofertado pelo empregador. Para Iamamoto (2005, p. 97),

[...], ao vender sua força de trabalho em troca do salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. [...]. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre a atividade distinto daquele a que é submetido, por exemplo, um operário na linha de produção.

Em outra passagem, ampliando a discussão sobre a autonomia profissional nos espaços sócio-ocupacionais, a mesma autora aponta

O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento 'público ou clientela a ser atingida'. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 80).

Em relação à autonomia do trabalho do/a assistente social nas políticas públicas, esta aumenta por meio da reivindicação dos usuários, mas também pelo uso das estratégias profissionais. Os usuários contribuem enormemente com esse processo, pois reconhecem no assistente social o/a profissional que poderá atendê-los em suas demandas.

A possibilidade de ampliação da relativa autonomia do assistente social é sensível às pressões de parte dos cidadãos por direitos e serviços correspondentes e às lutas coletivas empreendidas pelo controle democrático das ações do Estado e, em particular, das políticas sociais públicas. (IAMAMOTO, 2009, p. 354).

Mota embasada nas reflexões de Iamamoto também corrobora com a ideia da relativa autonomia profissional e aponta para as possibilidades de realização do trabalho do/a assistente social.

Nesse ambiente, o exercício da sempre relativa autonomia profissional (Iamamoto, 2007, p. 415; Mota, 1985, p. 129; Mota e Amaral, 1998, p. 42) é um esforço contínuo que evidencia os limites e as possibilidades da intervenção. Se do ponto de vista da inserção do profissional nos processos e relações de trabalho temos o estabelecimento da relação de controle e subordinação, a natureza da relativa



autonomia técnica e teórico-política do profissional requer outras mediações, afora a das relações de trabalho. (MOTA, 2014, p. 700).

Apesar da pouca autonomia dada aos profissionais do Serviço Social, com as novas requisições das políticas públicas, a autora abaixo comenta sobre os novos desafios postos à profissão.

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas funções e competências. Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos. (IAMAMOTO, 2009, p. 367).

De acordo com a autora acima, a autonomia profissional vem crescendo, pois outros serviços estão sendo requisitados ao profissional para além do atendimento individualizado, o que já estava previsto na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993)<sup>1</sup>, mas com melhorias na formação e também na atuação profissional, o assistente social conquistou este espaço. Para Almeida e Alencar (2011, p. 142) em relação à autonomia profissional,

O debate profissional registra uma trajetória marcada por aproximações distintas no tocante à relação entre o trabalho do assistente social e os processos de trabalho institucionais nos quais se insere, apontando para as possibilidades de apreensão da autonomia profissional como determinante de um processo de trabalho próprio ou não.

Nas últimas duas décadas, após a consolidação da Constituição Federal de 1988 e as legislações que a regulamentam, o trabalho do/a assistente social nas políticas públicas ganha contornos diversos, são várias atividades requisitadas ao profissional, principalmente, no âmbito municipal. Como mencionado acima, as políticas de saúde e de assistência social são as que mais requisitam o trabalho do/a assistente social. De acordo com Soares (2010 e 2012 apud MOTA, 2014, p. 696), quanto à política de saúde pode-se afirmar que

Podemos destacar, na esfera da saúde a expansão dos planos e seguros privados, que passam a contratar profissionais, assim como as mudanças nos programas da área da saúde mental e das drogas, afora a expansão de serviços de emergência e pronto atendimento. Também são evidentes e têm impacto nas práticas e demandas a

---

<sup>1</sup> Segundo o artigo 4º da referida lei, constituem-se como competências profissionais do assistente social: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares (CRESS 6ª REGIÃO, 2013, p. 101).

criação de programas eventuais de inserção e a terceirização da gestão por meio de diversos tipos de organização.

Costa (2000), refletindo sobre os processos de trabalho na política de saúde e o que é requisitado ao profissional, aponta “[...] como o objeto da saúde incide sobre situações concretas (envolvem o processo de saúde-doença) e não sobre coisas, os resultados são de difícil previsão e o que se consome é o efeito presumido de uma determinada ação ou procedimento.” (COSTA, 2000, p. 41). A mesma autora infere:

Nesse sentido, embora o processo de trabalho nos serviços de saúde se materialize como expressão do processo de trabalho em geral, tendo, portanto, características comuns a outros processos de trabalho da sociedade (como os da indústria, agricultura e os serviços em geral), merece destaque o fato de que nesse tipo de serviço o trabalhador, em função da relação direta que estabelece com o usuário, necessita imprimir uma direção ao seu trabalho que requer capacidade e relativa autonomia para ‘autogovernar’ o seu trabalho (MERHY, 1997, p. 141) e os resultados esperados. (COSTA, 2000, p. 40).

Quanto à política de assistência social, que teve expressivo avanço no que se refere à sua organização no território nacional, requisitando a contratação de muitos profissionais para compor as equipes técnicas dos equipamentos públicos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), a autora abaixo aponta:

Na esfera da Assistência Social, a criação do Suas ampliou a oferta de serviços e alterou a definição de parâmetros de atuação e gerenciamento, conduzindo a inúmeras mudanças, seja nos processos relacionados à violação de direitos e que exigem articulação interinstitucional e domínio de especificidades legais, seja no âmbito dos programas especiais e nos de transferência de renda (Couto et al, 2010). A dimensão das mudanças é tal que o MDS criou uma estratégia de formação dos seus recursos humanos, utilizando-se, inclusive, de literatura, meios e instrumentos pedagógicos próprios para socializar os conteúdos necessários à intervenção dos operadores da política (Silveira Júnior, 2014). (MOTA, 2014, p. 696).

Tanto programas e serviços das áreas de saúde e assistência social tem apostado no trabalho com famílias para conseguir avançar quanto à operacionalização dos serviços. Dessa forma, o familismo é um recurso do Estado para transferir responsabilidade às famílias pelo provimento de várias funções que deveriam ser assumidas pelo próprio Estado. Nayara Oliveira (2009, p. 90) aponta: “Ainda não estamos conseguindo, porém, pelos trabalhos realizados na esfera pública, dar voz às famílias, pois estas ficam à mercê dos programas sociais, que são escassos, fragmentados e não conseguem atingir toda a demanda.”

Como afirmado anteriormente, um dos desafios do trabalho do Serviço Social atualmente é o aprimoramento de seu trabalho com famílias, historicamente, o/a assistente social desenvolveu trabalho com famílias e por meio deste trabalho pode conseguir aprimorar sua prática e assim, mediar a efetivação dos direitos dos usuários dos serviços. Conforme Nayara Oliveira (2009, p. 100), “Nessa perspectiva, o Serviço Social constrói sua identidade no trabalho com famílias (JOSÉ FILHO, 2007). Essa identidade é construída na própria ação profissional, em que este, conhecendo a realidade, se apropria dela e pode legitimar sua identidade profissional.”

São muitos os aspectos do trabalho profissional nas políticas públicas, tais como o controle social que é um mecanismo de participação política, previsto na Constituição, na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2013). Porém, os usuários das políticas não possuem uma cultura de participação nos espaços de representação colegiada, o que se torna uma demanda para os/as assistentes sociais. Nesse sentido, Yazbek (2014, p. 686) coloca:

Finalmente, a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída.

Recriar a prática profissional a partir dos desafios cotidianos se faz necessário. De acordo com Iamamoto (2005, p. 97) as atividades profissionais, “[...] dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua.” É fundamental entender o cotidiano para que a prática profissional não seja atomizada e rotineira, mas sim criativa e emancipadora, visando o interesse superior dos usuários. Para Heller (1985, p. 17),

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade.

O cotidiano profissional é bastante diverso e demanda muitas vezes ações imediatas para atender às necessidades da população usuária, porém, não se pode deixar que as ações imediatas imperem no cotidiano profissional. Para Heller (1985, p. 17-18),

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. [...]. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.

Não se deve ficar restrito às atividades cotidianas, tais como o atendimento de demandas imediatas (apesar que estas também demandam atendimentos necessários à população) mas criar condições para além da imediatividade, ou seja, utilizar das mediações, para que os direitos sejam efetivados. De acordo com Mota (2014, p. 701),

O conhecimento, a sistematização e a análise de aspectos e questões da prática cotidiana não se confundem com a descrição das expressões imediatas dos fenômenos que demandam ação direta, nem com os efeitos e soluções que, por vezes, requerem encaminhamentos inadiáveis e pontuais, por estar em jogo a vida ou a segurança mínima dos usuários dos serviços. Esses eventos do cotidiano, expressão de singularidades, são inelimináveis do processo de reprodução dos indivíduos sociais, sendo a sua existência socialmente determinada. É a busca das relações e mediações que viabilizam tratar os atos e situações singulares em relação à totalidade social.

É no cotidiano que a disputa entre as classes sociais acontece e para a efetivação das políticas públicas e os direitos delas decorrentes que o trabalho do assistente social é realizado. Para Yazbek (2014, p. 681), “O cotidiano é o solo do processo de produção e reprodução das relações sociais. Esse processo, portanto, vincula-se, [...], a classes sociais em disputa, em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade.”

Para Sarreta (2012), para superar os desafios cotidianos e obter um trabalho mais efetivo junto à população, acredita-se na interdisciplinaridade como alternativa.

O cotidiano dos serviços e das instituições, que prestam atendimento no campo dos direitos sociais, está marcado por desigualdades e injustiças sociais, as demandas estão cada vez mais complexas, as condições de trabalho precárias e os recursos insuficientes. É quando a interdisciplinaridade se apresenta como caminho para o enfrentamento das contradições, limites e desafios, para nos fortalecer como coletivo e responder a estas necessidades, reconhecendo que é como possibilidade de encontro entre os sujeitos – trabalhadores, estudantes, pesquisadores, gestores, população, que o saber precisa ser concebido, tendo como finalidade a melhoria das condições de vida das pessoas. (SARRETA, 2012, p. 206).

Sarreta (2012) aponta o trabalho interdisciplinar como estratégia para enfrentar os desafios cotidianos, visto que, o objetivo maior é a melhoria das condições de vida das pessoas, para tanto, unir esforços com outros profissionais para que os direitos da classe trabalhadora possa ser efetivado.

Portanto, quando se fala do trabalho profissional nas diversas políticas públicas, logo se pensa nos desafios que são postos ao profissional, porém, o trabalho se caracteriza como desafiador e realizador, pois se trabalha com a possibilidade de universalização de acesso e não somente ao atendimento de demandas pontuais, basta que o/a profissional possa encarar tais demandas como coletivas e oriundas de uma sociedade excludente e depredadora das condições de vida e subsistência dos usuários das políticas públicas em geral e do Serviço Social em particular, pois o/a assistente social atende uma parcela dos trabalhadores que se encontram ainda mais expropriados dos seus direitos.

Um das políticas públicas que está voltada ao atendimento dessa parcela de trabalhadores mais empobrecidos, é a Política de Assistência Social, a qual será abordada no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: história, construção e evolução**

*“A conquista da liberdade é algo que faz tanta poeira, que por medo da bagunça, preferimos, normalmente, optar pela arrumação”.*

*Carlos Drummond de Andrade*

Refletir sobre a liberdade do ser humano é algo que vai além da formação do Estado e das políticas públicas. A Assistência Social pode ser considerada como uma política da “arrumação” para que os/as trabalhadores/as não se revoltem e não soltem suas amarras em busca da liberdade autêntica e verdadeira.

Falar da política de Assistência Social no Brasil na atualidade requer que sejam retomados vários aspectos de sua origem e, dessa forma, situar também o Serviço Social, visto que nasceu da necessidade de uma intervenção na Questão Social e a política de Assistência Social pode ser considerada como o primeiro espaço sócio-ocupacional do/a assistente social. Assim, será situada a assistência social desde sua origem até os dias atuais, procurando evidenciar suas principais características em cada tempo histórico em questão. Antes, porém, procurar-se-á situar a discussão de cidadania e da formação dos direitos dentro da sociedade capitalista para enfim abordar os meandros da assistência social. Um aspecto de maior destaque foi a centralidade da família para as políticas sociais e, em especial, para a Assistência Social.

### **2.1 Direitos, cidadania e assistência social**

Pensar a política de assistência social, antes de remeter ao seu histórico enquanto política pública, requer situá-la no plano mais geral da construção dos direitos de cidadania. Este capítulo não tem como objetivo aprofundar na discussão sobre as três gerações de direitos, porém, faz-se necessário entendê-los para melhor compreender a cidadania, os direitos sociais e, mais especificamente, o surgimento da política de assistência social.

O termo cidadania é bastante controverso nas ciências sócias, pois cada linha teórica o aborda de determinada forma. Entretanto, para falar da constituição do Estado e conseqüentemente das políticas sociais, dando especial enfoque na política de assistência social, preferiu-se abordar de forma sucinta a concepção liberal.

Para falar de garantia de direitos que supõe o acesso a serviços, programas e benefícios sociais, remete-se à concepção de cidadania<sup>1</sup> vinculada à doutrina liberal. Para Iris Maria de Oliveira (2007, p. 6), “Numa perspectiva liberal, a cidadania relaciona-se às lutas da nascente burguesia, para impor limites ao poder estatal. Neste caso, a luta foi basicamente por direitos civis, os quais, até o presente, se referem à liberdade individual e destinam-se a regular a vida privada.” Entretanto, o conceito de cidadania não surgiu no mundo moderno, mas remonta à Antiguidade. Conforme Coutinho (2005), na Grécia Antiga já se falava de cidadania. Para ele, Aristóteles já definia o que era ser cidadão naquele momento histórico:

[...] cidadão era todo aquele que tinha o direito (e, conseqüentemente, também o dever) de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembleias onde se tomavam as decisões que envolviam a coletividade e exercendo os cargos que executavam essas decisões. (COUTINHO, 2005, p. 3).

A discussão sobre cidadania utilizará a concepção construída dentro da democracia, esta considerada por Rousseau, em última estância, como sendo a soberania popular diante das decisões. Entretanto, isso não impede a compreensão de que seja possível a construção de uma sociedade baseada em valores emancipatórios na qual não haja a exploração entre as classes sociais, ou seja, entre burguesia e proletariado, sendo esta visão fundada na ótica marxiana das relações sociais<sup>2</sup>. De acordo com Coutinho (2005, p. 2),

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Segundo Boschetti (2016), emancipação política está atrelada ao desenvolvimento do Estado na sociabilidade capitalista e a participação política se constitui como direito de cidadania.

A emancipação política está, portanto, relacionada ao reconhecimento legal e prático do direito de cidadania na sociabilidade capitalista. A essência da emancipação política é a relação entre Estado político e sociedade burguesa, ou, em outras palavras, ao reconhecimento dos direitos do cidadão pelo Estado no capitalismo. Na perspectiva marxiana, a emancipação política adquire concretude na dissolução da sociedade feudal e instituição da sociedade burguesa e a constituição do Estado

<sup>1</sup> Elucidar os conceitos de cidadania, emancipação social e política, e empoderamento foram propostos pela banca de qualificação de mestrado e concordou-se com a colocação.

<sup>2</sup> Marx (2005) constrói a diferença entre *bourgeois* e *citoyen*, dizendo que a diferença entre homens da sociedade e homens adeptos de determinada religião se deve à diferenciação entre Estado político e sociedade civil. Para o autor, *bourgeois* é o homem político e *citoyen* é o judeu e ambos só o são por um sofisma (ilusão) e não verdadeiramente.

político como ‘assunto universal’, como Estado republicano real, de todos os cidadãos. (BOSCHETTI, 2016, p. 57).

De acordo com Sposati et al. (2010), complementando a ideia anterior apresentada por Coutinho (2005) e por Boschetti (2016) convergindo no sentido de que a cidadania só pode ser realizada no âmbito do Estado, a autora coloca:

O conceito de cidadania é ambíguo, historicamente marcado pela perspectiva liberal, e utilizado em sentidos diversos. Ora significa, na perspectiva de eliminar diferenças, uma expressão de igualdade de todos. Ora diz respeito àqueles “que têm responsabilidades públicas, inclusive o direito de participar das decisões políticas”. Em sua acepção mais ampla, conforme aponta Dalmo Dallari (1984), a noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de que sua vinculação jurídica a um determinado Estado. Não há, portanto, cidadão que não seja cidadão de um Estado. A condição de cidadão está vinculada à legislação do Estado, portanto, este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado que vai moldá-lo a partir de seus interesses. (SPOSATI et al., 2010, p. 35).

No que se refere à emancipação política, Marx (2005, p. 23) assim se expressa:

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática.

Seguindo a interpretação e análise marxianas da sociedade burguesa, Lessa e Tonet (2012, p. 47), afirmam a diferença entre emancipação política e emancipação humana que só é possível fora do sistema capitalista de produção.

O papel histórico do processo que Marx denominou de ‘emancipação política’ é precisamente a substituição do Estado pelo mercado na regulamentação do funcionamento da economia. Com a expressão ‘emancipação política’ Marx quis salientar os limites da sociedade burguesa. Esta não é o reino da liberdade humana, mas o reino da liberdade do capital o qual, de dominado, passa a dominar o Estado. O reino da liberdade humana é denominado por Marx de ‘emancipação humana’ – emancipação humana do capital, da propriedade privada e de tudo que a acompanha. (LESSA; TONET, 2012, p. 47).

Sabendo da concepção marxiana sobre a emancipação política, entendendo que o exercício da cidadania se dá dentro de uma sociedade capitalista, na qual o Estado é mero espectador do capital, a concepção de cidadania utilizada nos dias atuais está atrelada à garantia de direitos, sendo consideradas três gerações fundamentais de direitos. Os direitos de primeira geração são os direitos civis ou individuais. Já a segunda geração é composta por



direitos políticos e a terceira está voltada aos direitos sociais. Esta definição cronológica de direitos está baseada na teoria de T. H. Marshall, sociólogo britânico.

Para T. H. Marshall, o conceito de cidadania, em sua fase madura, comporta: as liberdades individuais, expressas pelos direitos civis – direito de ir e vir, de imprensa, de fé, de propriedade -, institucionalizados pelos tribunais de justiça; os direitos políticos – de votar e ser votado e à livre organização política sindical e partidária, ou seja, de participar do poder político – por meio do parlamento e do governo, bem como dos partidos e sindicatos; e os direitos sociais, caracterizados como o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, com vistas a levar a vida de um ser civilizado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 102).

Fazendo uma análise da concepção de cidadania de Marshall, Boschetti (2016, p. 54) coloca que:

A cidadania marshalliana, portanto, não pode ser referência de princípios e valores que defendem a emancipação humana, e muito menos a emancipação humana pode ser confundida com a cidadania. Embora os direitos sociais possam conflitar eventualmente com os interesses da acumulação, não estabelecem com estes uma relação antagônica.

Entretanto, numa visão mais aprofundada em relação aos direitos civis ou individuais, Marx em sua obra “A Questão Judaica”, assim se expressa em relação à propriedade privada: “O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente (*à son gré*), sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal.” (MARX, 2005, p. 35 grifo do autor). De acordo com a interpretação de Coutinho (2005, p. 8),

O sentido da crítica de Marx é outro: os direitos civis – os direitos do indivíduo privado – não são suficientes para realizar a cidadania plena, que ele chamava de ‘emancipação humana’, mas são certamente necessários. O próprio direito de propriedade não é negado por Marx e pelos marxistas, mas sim requalificado: para que esse direito se torne efetivamente universal, assegurando a todos a apropriação dos frutos do próprio trabalho, a propriedade não pode ser privilégio de uns poucos, devendo ao contrário ser socializada e, desse modo, universalizada.

Quanto aos direitos políticos, eles estão relacionados à participação política, tanto no sentido de poder votar e ser votado, quanto às participações mais amplas, como por exemplo, em conselhos, sindicatos e movimentos sociais. Estes são considerados por Marshall como de segunda geração. Marx (2005) faz uma crítica à emancipação política.

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática. (MARX, 2005, p. 23).

Para Marx (2005), a emancipação política é a emancipação da sociedade civil em relação à política. Em outro momento o autor coloca que “O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre.” (MARX, 2005, p. 19).

Em relação à terceira geração de direitos, que são os direitos sociais, estes surgiram no século XX e referem-se às necessidades humanas básicas, tais como alimentação, saúde, educação, habitação. Tem por objetivo garantir o mínimo de bem-estar social, econômico e de segurança, Coutinho (2005, p. 12) aponta:

Os direitos sociais são os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade. (Esse mínimo, seguindo o que Marx já havia estabelecido em relação ao salário, não deve ser concebido apenas com base em parâmetros naturais, biológicos, mas deve ser definido sobretudo historicamente, como resultado das lutas sociais).

Iris Maria de Oliveira (2007) critica a concepção de cidadania em Marshall quando afirma que esta concepção de cidadania está vinculada à sociedade capitalista. Para a autora, “[...] a análise marxiana permite apreender os limites da noção de cidadania nas formulações liberal e social-democrata, o seu caráter formal e abstrato, a sua incapacidade de romper com a desigualdade econômica e as relações de exploração, próprias da sociedade capitalista.” (OLIVEIRA, I. M., 2007, p. 9).

Iamamoto e Carvalho (2004, p. 90) infere que “A incorporação dos direitos sociais à noção de cidadania começa com o desenvolvimento da escola primária pública e se expande, principalmente, à medida que o liberalismo vai perdendo terreno e o Estado assume progressivamente os encargos sociais face à sociedade civil.” Nessa mesma direção, Coutinho (2005, p. 12) afirma que “Na modernidade, entre tais direitos sociais, foi aquele à educação pública e universal, laica e gratuita, o primeiro a ser reconhecido de modo positivo [...]”

O autor acima relata que na Roma Clássica, os plebeus conquistaram o direito de serem alimentados pelo Estado, se houvesse necessidade. Porém, no mundo moderno, esse direito foi por muito tempo negado, pois temia-se o incentivo a preguiça e a vadiagem (COUTINHO, 2005). Para Iamamoto e Carvalho (2004, p. 91),

Ora, os serviços sociais são expressão concreta dos direitos sociais do cidadão, embora sejam efetivamente dirigidos àqueles que participam do produto social por intermédio da cessão de seu trabalho, já que não dispõem do capital nem da propriedade da terra. São serviços a que têm direito todos os membros da sociedade na qualidade de cidadãos, mas são serviços que vem suprir as necessidades daqueles

cujo rendimento é insuficiente para ter acesso ao padrão médio de vida do ‘cidadão’; são, portanto, a esses efetivamente dirigidos e por eles consumidos predominantemente.

Os serviços sociais, como apontou a autora acima, são expressão concreta dos direitos sociais destinados à população de forma geral são gerados através de rendimentos dos salários da classe trabalhadora, da renda da terra, do lucro das empresas e juros de capital. Parte desses rendimentos são canalizados para o Estado através de impostos e taxas. Assim, conforme Yamamoto e Carvalho (2004, p. 92),

[...] parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou ‘sociais’, no sentido amplo. Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais.

A conquista dos direitos sociais não foi de maneira fácil, mas fruto da luta de muitos trabalhadores. A história dos direitos perpassa uma trajetória de pequenas conquistas e grandes retaliações por parte do capital. Ainda nos dias atuais, muitos direitos que seriam elementares, são negados ou violados, como casos de trabalho escravo, que constitui violação em relação à liberdade individual e ao trabalho digno.

A posição, reafirmada aqui, é de que o Estado social, ao ampliar suas funções na sociedade capitalista, no contexto da democracia burguesa, o faz não exclusivamente como instrumento da burguesia, e tampouco como concessão unilateral em resposta à pressão revolucionária operária. O reconhecimento histórico de direitos sociais pelo Estado social<sup>3</sup> é resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas, mas também determinado pelas condições objetivas de desenvolvimento das forças produtivas. (BOSCHETTI, 2016, p. 47).

No Brasil, a história dos direitos sociais começa a ser desenhada na década de 1920, concedendo direitos à determinada classe de trabalhadores, porém, de forma bastante incipiente. A cidadania plena não existe na sociedade capitalista, pois os direitos são negados à parcela da população, seja os direitos civis, políticos ou sociais. Por exemplo, foi somente a partir da Constituição de 1988 que as pessoas não-alfabetizadas puderam ter direito ao voto e, durante o período ditatorial, o direito à organização comunitária foi negado, pois os sindicatos

---

<sup>3</sup> Boschetti (2016) optou por utilizar a expressão Estado Social ao invés de Estado de Bem-Estar Social. Esta discussão de conceitos está em sua obra recente: Assistência social e trabalho no capitalismo.

foram fechados. Assim, a cidadania se realizava apenas de forma parcial, sendo que em nenhum governo foi resolvida a garantia do direito a propriedade, por exemplo. Para Marx (2005, p. 36), “Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade.”

Entre os serviços sociais, (saúde, educação, habitação, trabalho, previdência e assistência social), ofertados à população pelo Estado, estão os vinculados à Política de Assistência Social que, muitas vezes, carregam consigo o estigma da submissão, não sendo considerados como direitos do cidadão.

As expressões de luta de classe se transformam em objetos de assistência social, e os serviços sociais que são expressão de ‘direitos sociais’ dos cidadãos, transmutam-se em matéria-prima da assistência. Explicitando: o que é direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se torna um meio de reforço de visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo o coronelismo presente na história política brasileira, agora instaurado no próprio aparelho do Estado. O novo ‘coronel’ passa a ser o Estado, e os serviços sociais transfigurados em assistência social tornam-se uma das pontes para o estabelecimento de relações para com seus súditos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 93).

O Estado social, embalado pelo sistema capitalista, cria as políticas públicas no sentido de amenizar as lutas sociais dos trabalhadores, trazendo-os para o conformismo da sociedade de classe. Entretanto, os avanços conquistados dentro da sociabilidade burguesa são importantes para a melhoria das condições de sobrevivência da classe trabalhadora, devido a isso, se luta pela expansão dos direitos, principalmente os sociais, até que o “grande ausente”<sup>4</sup> volte e a revolução aconteça.

Não podemos esquecer, no entanto, que é pela incorporação de demandas históricas, sobretudo dos mais pauperizados, que o Estado passa a produzir direta ou indiretamente serviços fundamentais necessários à sua manutenção e ao atendimento de alguns de seus direitos sociais. Assim, se as políticas sociais, do ângulo dos interesses do Estado, assumem características funcionais ao controle social e à própria reprodução das condições de dominação, também apresentam um caráter contraditório que precisa ser considerado e que diz respeito à intensidade das lutas políticas dos subalternos pela ampliação de programas e políticas de corte social. (YAZBEK, 2009, p. 52-53).

Nesse mesmo sentido que a autora acima coloca, Boschetti (2016) afirma que as políticas sociais e os direitos sociais delas decorrentes não podem ser negados.

---

<sup>4</sup> Expressão cunhada por Ivo Tonet.

Significa reafirmar que as políticas sociais são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais, sobretudo a partir de sua expansão na segunda metade do século XX. (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

Uma dessas políticas sociais criada no final do século XX é a política de assistência social que passa a ter status de política pública ao invés do caráter caritativo. É desse histórico da assistência social de suas origens no Brasil até os dias atuais que será abordado nos próximos itens deste capítulo.

## **2.2 As trilhas da assistência social em solo brasileiro: da década de 1930 a Assembleia Constituinte**

A História da Política de Assistência Social no Brasil tem sua origem ligada a realização da caridade, ao surgimento das políticas sociais como um todo e em particular, relacionada à origem do Serviço Social enquanto profissão.

O histórico da prática da caridade é muito anterior à própria existência do Brasil, na verdade, sempre esteve presente no decorrer da história da humanidade, remonta à antiguidade com as Confrarias do Deserto que procuravam dar assistência<sup>5</sup> aos pobres. Durante séculos, a prática da caridade<sup>6</sup> foi realizada por pessoas bondosas geralmente vinculadas à Igreja Católica. O tipo de assistência aos pobres variava entre oferta de alimentação e cuidados médicos. Dessa forma, procuravam assistência àqueles que não tinham condições financeiras de custear algo que fosse essencial à manutenção da sobrevivência.

Desde a era medieval e avançando para épocas mais recentes, que atingiram até mesmo século XIX, a assistência era encarada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição daqueles que não detinham posses ou bens materiais. Assim, seja na assistência prestada pela burguesia, seja naquela realizada pelas instituições religiosas, havia sempre intenções outras além da prática da caridade. O que se buscava era perpetuar a servidão, ratificar a submissão. (MARTINELLI, 2005, p. 97).

A assistência realizada conforme descrito anteriormente, através do exercício da caridade, perdurou séculos e ainda hoje, a prática da caridade se encontra presente, principalmente, vinculada às igrejas de forma geral. Porém, foi com a Revolução Industrial,

---

<sup>5</sup> Segundo Michaelis (2000), a palavra assistência refere-se ao ato de assistir. Pode significar ajuda, auxílio, proteção e socorro.

<sup>6</sup> A palavra caridade significa amor de Deus e ao próximo, conforme o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (MICHAELIS, 2000). Assim, quando se fala de caridade, volta-se à concepção humanista-cristã.

acontecida entre os séculos XVIII e XIX na Inglaterra, que mudanças expressivas na vida dos trabalhadores que necessitavam de assistência foram provocadas. Entretanto, de acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 47), antes deste acontecimento, havia poucas iniciativas visando a construção de políticas sociais, inclusive de assistência social:

As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais. As mais exaltadas e frequentemente citadas como legislações seminais são as leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial.

Com a Revolução Industrial, grande parte do trabalho manual foi substituído pelas máquinas que precisavam de vasta mão-de-obra para operá-las, inclusive a feminina e a infantil. Devido a isto, a migração de trabalhadores do campo para a cidade foi intensa, entretanto, estes passaram a viver em péssimas condições de habitabilidade, o que levou aos altos índices de morbi-mortalidade, pois, além das cidades não estarem preparadas para receber grande número de trabalhadores, estes se viam obrigados a morar em cortiços e casebres. Assim, devido ao elevado número de horas trabalhadas, associado às péssimas condições de habitabilidade, surgiram várias manifestações e reivindicações por melhores condições de vida.

O pauperismo, como polo oposto da expansão capitalista, crescerá tanto na Europa durante o século XIX que seu atendimento já não podia mais se restringir às iniciativas de particulares ou da Igreja; era preciso mobilizar o próprio Estado, incorporando a prática da assistência e sua estratégia operacional – o Serviço Social – à estrutura organizacional da sociedade burguesa constituída, como um importante instrumento de controle social. A Sociedade de Organização da Caridade, embora não contasse com o apoio da classe trabalhadora, havia se expandido, acompanhando o fluxo ascensional da pobreza e da miséria. Sua influência se fazia presente em todas as práticas assistenciais não só inglesas como também europeias, as quais se realizavam em estreita relação com as equipes de saúde, no terço final do século XIX. (MARTINELLI, 2005, p. 86).

Dessa contraposição entre a expansão do capital e as condições de trabalho dos trabalhadores assalariados, tem-se origem à Questão Social, que de acordo com Yamamoto (2005, p. 27),

[...] questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Dessa forma, a burguesia ou classe dominante, nos dizeres de Gramsci, como forma de conter a população trabalhadora que reivindicava melhoria de condições de sobrevivência e de vida, aliou-se ao Estado - também composto pela classe dominante, considerado por Marx (2005) como o “comitê executivo da burguesia”, para criar as primeiras iniciativas de políticas sociais, considerados por esses como benesses. Apesar de benesses, são impreterivelmente necessárias para se manter a ordem e a produção, garantindo assim a expansão do capital. É válido lembrar que as instituições de caridade não conseguiam mais atender a todos, por isso também a necessidade de intervenção do Estado.

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 78-79).

Dadas as devidas proporções, no caso do Brasil, em decorrência de sua formação histórica, por ter mantido por muitos anos um sistema de produção escravagista, sendo o último país do mundo a terminar com a escravidão, essas expressões da Questão Social relacionadas ao sistema capitalista de produção e sua contradição com o trabalho demoraram a se fixar aqui, pois as manufaturas demoraram a ocupar o cenário econômico de então, pois estava voltado ao modelo agroexportador e o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, portanto, dependente das ordens externas. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 78),

Não houve no Brasil escravagista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho.

O Brasil sempre se caracterizou economicamente como um país agro-exportador, tendo o café, sua maior produção. Para que o café pudesse ser escoado, houve investimento maciço em linhas férreas para que a produção pudesse chegar aos portos. Nesse sentido, o governo investiu na construção de ferrovias que passassem por todo o interior do país. Então, este setor passou a receber grande volume de mão-de-obra, bem como o setor portuário que juntos formavam o motor da economia brasileira no final dos anos de 1890 e

início do século XX.

A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representaram um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro-exportação para outras de realização interna. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 128).

Assim, antes do início do século XX, não existia nenhum tipo de proteção social prestada aos trabalhadores brasileiros. A população estava relegada à oferta da prática da caridade, ficando à mercê da benesse da classe dominante, representada pelas damas da sociedade e por setores da Igreja Católica.

Já no início do século XX, iniciaram-se várias manifestações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e sobrevivência nas cidades, pois o Brasil era um país com grande parte da população vivendo na zona rural, mas devido à chegada das máquinas e ampliação das fábricas, houve enorme fluxo migratório para as cidades. Entretanto, as cidades não estavam preparadas para receber o grande volume de pessoas que passaram a habitá-la, tanto que não haviam habitações adequadas e condições sanitárias mínimas, o que levou à população mais empobrecida a residir em habitações precárias tais como cortiços e favelas.

Em relação à saúde da população, devido à falta de saneamento básico e tratamento médico, a expectativa de vida era extremamente baixa e os índices de morbidade eram elevadíssimos. Com o inchaço das cidades, o sonho da população de ter melhores condições de vida se tornou difícil, assim, iniciaram as manifestações dos trabalhadores em busca de melhorias de vida. Para as autoras,

[...] a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo, trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura militar (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutelar e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como ‘pai dos pobres’, nos anos 1930. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 79).

Nesse sentido, algumas iniciativas visando acalmar a população e garantir que a produção brasileira não ficasse estagnada foram realizadas e estas podem ser consideradas as primeiras iniciativas de proteção social no Brasil que foram alguns direitos concedidos à determinada classe de operários. Assim, os primeiros beneficiários foram as categorias de



trabalhadores portuários e ferroviários com a Lei Eloy Chaves de 1923. De acordo com Yamamoto e Carvalho (2004, p. 291), “A partir da Lei Eloy Chaves, aprovada pelo Parlamento em 1923, lançam-se as bases para a futura política de Seguro Social, cujos princípios fundamentais permanecem válidos até 1966 quando da unificação das instituições de previdência.”

Nota-se que os benefícios recebidos pelos trabalhadores advindos do trabalho, não surgiram como benesse dos empregadores ou dos governantes, mas foram frutos de luta dos trabalhadores e só foram concedidos porque precisavam que eles continuassem a trabalhar ininterruptamente, ou seja, queriam prevenir a realização de greve, pois atrapalhariam o escoamento da produção, reduzindo o acúmulo de riqueza por parte da classe dominante.

Assim, evidencia-se que o surgimento da política social está atrelado à inconformação da classe trabalhadora em relação às precárias condições de vida e também ao fato de a caridade e benesses ofertadas pela classe dominante já não atenderem aos interesses da população. Nesse sentido, se considera a assistência social como preceptora das demais políticas públicas, pois foi por meio do não atendimento da população em suas necessidades e pelo cansaço dos trabalhadores de receber favores que surgiram as manifestações e destas, originaram as políticas sociais. Para Sposati et al. (2010, p. 40),

É a institucionalização da assistência que historicamente estabelece o Serviço Social como profissão. É este componente que o caracteriza e distingue na divisão sócio-técnica do trabalho. Sem a assistência, o Serviço Social ou o Trabalho Social deixam de ser enquanto tal, passando a ser outra profissão.

Na visão desta mesma autora, mas de forma complementar à análise anterior relata a importância da assistência social como impulsionadora de outras políticas sociais.

A assistência social – ação produzida e conduzida pela rede de solidariedade da sociedade civil aliada no Brasil a um Estado repressor – perdurou por muito tempo como mecanismo essencial no trato da questão social. Até mais do que isso, atuou como matriz genética de políticas sociais como a de saúde, inicialmente voltada aos ‘indigentes’, e até mesmo da segurança social. (SPOSATI, 1991, p. 7).

O interesse em instituir assistência pública aos pobres no Brasil é datada no final dos anos 1890 e início de 1900. Foi Ataúpo Nápole de Paiva, juiz da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, que trouxe as primeiras contribuições para a política de assistência social.

Entre 1898 e 1905, ele escreveu livros e artigos em jornais sobre a assistência pública. Representou o Brasil na Exposição Universal em Paris, em 1898 na virada do século e após em Milão, defendendo a assistência pública. Acompanhou a

tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional Brasileiro propondo criar a Direção Geral de Assistência Pública como já existia na França mas que nunca chegou a se efetivar no Brasil. Definia com Thiers, e com as coordenadas do Congresso de 1898, que ‘a assistência pública é devida ao indigente que se encontra temporária ou definitivamente, na impossibilidade física de prover as necessidades da existência’. (SPOSATI, 2007, p. 10-11).

Concomitantemente ao surgimento das protoformas da proteção social, data da década de 1930, as primeiras iniciativas de se ter a formação em Serviço Social, cujas pioneiras assistentes sociais trabalhariam no sentido de conter as manifestações da classe trabalhadora.

O assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com face de inclusão, pela benevolência do Estado frente à ‘carência dos indivíduos’. Não é ele, de per si, a exclusão. Esta se dá também nas políticas sociais das sociedades capitalistas desenvolvidas, uma vez que, no limite, o conflito capital-trabalho permanece mantendo a desigualdade social. Mesmo ampliando-se a qualidade e quantidade do usufruto de bens e serviços pela força de trabalho o Estado burguês permanece pautando a ‘distributividade’ das soluções nos limites dos interesses do capital. (SPOSATI et al., 2010, p. 31).

Diante do grave quadro de manifestações na sociedade brasileira, necessitou-se de profissionais qualificados que pudessem fazer a mediação entre as demandas dos trabalhadores e o Estado. É claro que a visão dos/das assistentes sociais quanto às ações a serem realizadas junto à população estava voltada à caridade, tanto que este trabalho dito social estava a cargo das damas da sociedade, vinculadas à Igreja Católica. Segundo Martinelli (2005, p. 121-122), “O surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu.” Iamamoto e Carvalho (2004, p. 213-214) concordam e corroboram com Martinelli (2005) ao dizer que:

A implantação do Serviço Social não é, como se procurou observar nos itens anteriores, um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade.

De acordo com a mesma autora, são dois aspectos que se relacionam diretamente com o surgimento do Serviço Social. O primeiro se refere à crítica do empresariado de não se ter

trabalhadores qualificados. Para os referidos autores, não existia “[...] instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 136). O segundo aspecto se refere ao assistencialismo realizado no âmbito da empresa. Conforme a autora,

No embate cotidiano contra a resistência surda do proletariado aparecem duas faces do comportamento do empresariado. A negativa constante no reconhecimento das organizações sindicais, a não-aceitação do operariado como capaz de participar da decisões que lhe dizem respeito, a intransigência para com as reivindicações e sua aceitação apenas em última instância, a burla costumeira dos acordos no refluxo dos movimentos, seu relacionamento privilegiado com a polícia etc., enfim, a prática normal de usar a repressão como forma mais eficaz de apoio aos mecanismos econômicos de esmagamento e dominação, aparecem como a face mais evidente de seu comportamento durante a Primeira República. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 138).

Diante do contexto apresentado de resistência do proletariado marcadamente influenciado pela obtenção do direito de livre organização sindical e a criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, inspirado na Revolução Russa de 1917, a necessidade de se investir em uma profissão que contivesse esse movimento dos trabalhadores se tornou veemente. Assim,

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 184).

Foi em São Paulo no ano de 1932 que através de esforços da burguesia em parceria com a Igreja Católica que surgiu o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Esse Centro promoveu o primeiro Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (MARTINELLI, 2005). Em 1936, surge a primeira escola de Serviço Social (PUC-SP) e em 1937, a segunda escola no Rio de Janeiro, ambas vinculadas à Igreja Católica. Entretanto, segundo Martinelli (2005, p. 129),

Em São Paulo, já desde 1935 o Serviço Social vinha desenvolvendo atividade profissional legalmente inserida em organismos públicos, no caso o Departamento de Assistência Social, subordinado à Secretaria da Justiça (Lei nº 2497, de 24/12/1953). A legislação estadual, a partir de 1938, passou a conceder prerrogativas aos assistentes sociais, tornando privativo desses profissionais o exercício de cargos relacionados com o menor e a família, na estrutura do Serviço Social de Menores (Decreto Estadual nº 9744, de 19/11/1938) e no Departamento de Serviço Social do Estado (Ato nº 57, de 25/11/1940). Em âmbito federal, em 1938, através do Decreto-

lei nº 525, de 1º/07/1938, organizou-se o Serviço Social como uma estrutura de serviço público, para dar atendimento ao disposto na Carta Constitucional de 1934, segundo a qual ficava estabelecida a responsabilidade do Estado pelos desamparados.

A década de 1930 tem marcos históricos importantes. Primeiramente, chegaram ao poder outros membros das oligarquias agrárias e do setor industrialista, rompendo com a chamada política do café-com-leite, caracterizada como o revezamento entre os estados de Minas Gerais e São Paulo no poder executivo de então. Rompendo-se essa política, o estado de São Paulo indica Júlio Prestes para presidente, porém, indignados com o resultado das eleições, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se juntam e assumem o poder, não permitindo que o candidato eleito tome posse. Esse fato põe fim à chamada República Velha. Para Behring e Boschetti (2011, p. 105), “O movimento de 1930 não foi a revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, como o interpretaram muitos intelectuais e historiadores, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas.”

Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), foram criados o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), a Carteira de Trabalho (1932) e foi elaborada a Constituição de 1934, considerada bastante avançada para a época. Entretanto, um dia após a entrada em vigor da Constituição de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil.

A Constituição de 1934 vigorou até 1937, quando Vargas, através de um ato de força, implantou um período ditatorial conhecido como Estado Novo. O golpe de Estado que gerou uma ditadura que durou até 1945 foi arquitetado em nome do necessário processo de modernização exigido pelo estágio do capitalismo brasileiro. (COUTO, 2010, p. 100).

A partir do Estado Novo, Vargas permaneceu no poder até 1945, neste período houve grande investimento em política social, principalmente voltado à área trabalhista, como, por exemplo, a ampliação de direitos aos trabalhadores de carteira registrada. Porém, muitos direitos relativos à liberdade de associação e expressão foram cassados com a Constituição de 1937, tais como o direito de greve, o governo poderia expurgar o funcionário que se opusesse ao regime, admitiu amplos poderes ao presidente da república tanto do executivo como legislativo, entre outros. É também desse período, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, de caráter consultivo, ligado ao Ministério da Educação e formado por pessoas da sociedade. Assim, o governo poderia consultar a sociedade sobre determinado assunto a qualquer tempo.

Ao longo de todo o tempo que se estendeu a ditadura varguista, o discurso social permaneceu presente, de forma populista e paternalista, não obstante o trabalhador fosse espoliado, aviltado, explorado e esvaziado de sua cidadania progressivamente. Os espaços para a ação social se ampliaram, inclusive criando-se durante esse período grandes instituições estatais e paraestatais, às quais cabia dar operacionalidade às propostas políticas governamentais, somando esforços com os Institutos de Pensões e Caixas de Previdência. À medida que se expandiam as instituições, crescia a demanda por agentes qualificados para o exercício da ação social. A expectativa que se havia criado em relação ao exercício desses agentes tinha por referencial a identidade atribuída do Serviço Social, ou seja, a sua função econômica, de fundo ideológico, mais do que sua função social, a qual, numa verdadeira inversão de valores, muito própria da ética reificada da burguesia, havia se descaracterizado até o limite da indeterminação. (MARTINELLI, 2005, p. 126).

A década de 1940 foi bastante promissora para os trabalhadores, neste ano foi criado o salário-mínimo regional. De acordo com Couto (2010, p. 103), o salário-mínimo “[...] destinava-se a manter o empregado dentro das condições de sobrevivência. O fato de ter sido concebido com caráter individual quanto à manutenção do empregado, sem mencionar sua família, acarretou para o salário-mínimo repercussões importantes no seu valor.”

Na área da assistência social foi criada uma instituição executora dessa política que é a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada em 1942 e permaneceu até 1995. De acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 107), “Essa instituição foi criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil.” Nesse momento, o Serviço Social estava envolvido com a prática da assistência de forma bastante incipiente, com uma prática voltada para atender aos interesses da classe dominante.

A atuação prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais estará, assim, voltada essencialmente para a organização da assistência, para a educação popular, e para a pesquisa social. Seu público preferencial – e quase exclusivo – se constituirá de famílias operárias, especialmente mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos – de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhante técnica – a distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentemente desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 197).

Em relação à LBA, por muitos anos esta instituição foi responsável pela oferta da política de assistência social no Brasil, tendo sido extinta somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. De acordo com Sposati (2007, p. 20),

Em outubro de 1942, a legião campanhista se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltada para ‘congregar as organizações de boa vontade’. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direto de

cidadania. Do apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo vínculo emergencial à assistência social.

Data desta década de 1940, a criação do Sistema ‘S’. Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI), este tinha o objetivo de executar medidas que contribuíssem para o bem-estar do trabalhador (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 268), e aquele tinha por objetivo

[...] organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. Essa instituição surge através de um Decreto-Lei Federal, que atribui a uma entidade de classe, a Confederação Nacional da Indústria, a função de geri-la. Será um grande empreendimento de qualificação da Força de Trabalho – especialmente a juvenil – que rapidamente incorporará o Serviço Social em seu esquema de atuação. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 253).

Outra importante conquista dos trabalhadores neste período, foi a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Apesar dos avanços da política social, o governo pouco permitia a participação social da população, pois qualquer tentativa de crítica ao governo era violentamente reprimida.

Essa consolidação trabalhista criou a carteira de trabalho, instituiu jornada diária de oito horas, férias remuneradas, salário-maternidade e criou a área de segurança e a medicina do trabalho. Assim, consolidava-se de maneira sistemática um rol de direitos que orientavam o governo Vargas no sentido de manter atrelado à sua tutela o campo dos direitos relativos ao trabalho, organizando as relações entre capital e trabalho (Fundação de Economia e Estatística, 1983). (COUTO, 2010, p. 103).

Após a saída temporária de Getúlio Vargas, temos entre os anos de 1945 e 1950, o governo de Eurico Gaspar Dutra. Este ficou marcado pelo Plano Salte (1948) que buscou planificar ações nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. Conforme Couto (2010, p. 107), “Esse é o primeiro plano governamental que introduz a perspectiva de atendimentos à questão social nas preocupações do governo, incorporando, no campo do planejamento, políticas de cunho econômico e social.”

Em 1951, temos a volta de Vargas ao poder, pela primeira vez por meio do voto direto. Vargas recebia o apoio dos conservadores e parcela da população que o elegeu reconhecendo-o como ‘Pai dos Pobres’.

Essa política de traços eminentemente nacionalistas e populistas (Vieira, 1995; Carvalho, 2002) contava com o apoio dos trabalhadores e de sua estrutura sindical, dos setores nacionalistas do empresariado, da intelectualidade brasileira e das Forças Armadas, bem como do Partido Trabalhista Brasileiro (Fundação de Economia e Estatística, 1983; Corsi, 2000). (COUTO, 2010, p. 108).

Entretanto, apesar do apoio recebido, Vargas continua com uma política violentamente repressiva para lidar com opiniões divergentes. Após o incidente da Rua Toneleros no Rio de Janeiro, quando Carlos Lacerda, principal opositor de Vargas, sofreu um atentado, Vargas suicidou-se em agosto de 1954, dando espaço para Juscelino Kubitschek assumir o poder. Juscelino permaneceu como presidente do Brasil até 1960, quando assume Jânio Quadros que renunciou após sete meses de mandato.

Em meio às manifestações sociais, Juscelino transmitiu o poder a Jânio Quadros, eleito em 1960, com o apoio da UDN e com promessas moralizantes de grande feito popular. O governo de Jânio Quadros durou apenas sete meses, quando sua renúncia criou uma crise institucional pelo veto dado aos militares ao então vice-presidente João Goulart, candidato apoiado pelo PSD e pelo PTB. (COUTO, 2010, p. 112).

João Goulart governou o país entre os anos de 1960 a 1964, ocasião do Golpe Militar. João Goulart era temido pelas elites conservadoras, pois era adepto de ideias socialistas, o que amedrontava não só as elites como também aos Estados Unidos em ter outra nação socialista na América Latina. Assim, na tentativa de diminuir os poderes do presidente, foi instituído o Parlamentarismo em 1961 que durou até 1963, quando da realização do plebiscito, tendo a população optado pela forma de governo Presidencialista.

O governo Goulart foi marcado por vários movimentos sociais. Em 1962, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), surgido de embriões autônomos dos trabalhadores, que acabou dando origem, na década de 1980, à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Comando Geral dos Trabalhadores teve presença forte nas discussões com o governo acerca das necessidades dos trabalhadores para garantir qualidade de vida. No mesmo ano de sua criação, Goulart formou um grupo de estudos para reformar a CLT e instituiu o décimo terceiro salário. Posteriormente, em 1963, instituiu-se o salário-família, sendo todos esses direitos vinculados somente aos trabalhadores urbanos. (COUTO, 2010, p. 113).

Com ideias muito revolucionárias para a época, as reformas pretendidas por João Goulart não eram bem-vistas pela elite brasileira. Assim, uniram-se a União Democrática Nacional (UDN), representante da burguesia brasileira, o Exército e as oligarquias rurais para retirar João Goulart do poder: “Foram essas forças reunidas, apoiadas por forte movimento anticomunista da classe média brasileira, que deram sustentação ao golpe militar de 1964, que conduziu o país a uma realidade bastante adversa na área dos direitos, sejam eles políticos, civis ou sociais.” (COUTO, 2010, p. 115). Quanto ao Serviço Social nesta época,

Mesmo promovendo a melhoria do nível de vida das famílias, individualmente, ou conseguindo obter padrões mais adequados de ajustamento no lar ou no trabalho, ou, mesmo ainda, minorando os sofrimentos dos desvalidos, as ações profissionais dos assistentes sociais atendiam muito mais aos interesses do capitalista do que aos do

proletariado enquanto classe. Eram ações que tinham por real objetivo a manutenção da ordem social e do equilíbrio necessários à expansão do capital. (MARTINELLI, 2005, p. 130).

A década de 1970 foi marcada por um período de crise de produção do sistema capitalista. Porém, o Estado atuou como amortecedor, de acordo com a doutrina keynesiana do Estado de bem-estar social.

O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central: todos esses são elementos que estão na base da queda da demanda global (de um ponto de vista keynesiano) e da erosão inexorável da taxa média de lucros, de uma óptica marxista, no início dos anos 1970. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 116).

Em relação ao exercício profissional do Serviço Social, este período marcou o processo de renovação da profissão. Segundo Paulo Netto (2005), o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social brasileiro foi marcado por três perspectivas, a saber: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Para a autora a seguir,

No plano do exercício profissional, a esse momento vivido ao final dos anos 70 e início da década de 80, correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora. (MARTINELLI, 2005, p. 147).

No mesmo sentido da autora acima, Sposati (1991) aponta que a assistência social neste período só terá avanços quando o próprio Serviço Social se reconstitui. Para a autora, “A reflexão e o debate sobre a assistência só vão encontrar espaço no final da década de 70, quando o processo de reconstituição do serviço social sai das teias do estruturalismo althusseriano.” (SPOSATI, 1991, p. 9).

Em 1974, sob o governo do General Ernesto Geisel cria o Ministério da Previdência e Assistência Social. Em 1979, foi instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), que congregou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Inamps (recém-criado para dar conta da assistência médica, retirando-se do INPS), a Funabem, a LBA e a Central de Medicamentos (Ceme). De acordo com Couto (2010, p. 131-132),

Essa medida, já pautada no início da década de 1960, teve como objetivo reunir em uma única estrutura as instituições que anteriormente tinham uma relação direta na oferta dos benefícios à população. Se, por um lado, a medida teve seu aspecto favorável, pois a unificação dos benefícios e recursos poderia racionalizar e deixar



mais transparentes a oferta e o gasto das políticas, por outro, ao realiza-lo, os governos da ditadura militar efetivaram seus propósitos de controlar a oferta dos benefícios e, automaticamente, controlar a população, que, em última instância, era quem financiava os próprios benefícios ofertados pela política previdenciária, mas que, em virtude do processo conjuntural repressor, não era assim compreendido pela maioria da população.

Durante a década de 1970, em meio ao esforço de teorização do Serviço Social, a assistência continuava sendo oferecida como caridade e benemerência, visto que, a LBA era sua organizadora e coordenava a oferta de benefícios à população. Conforme Sposati (1991, p. 14),

O contexto analítico mostrava a assistência social fundada na concepção funcionalista da sociedade e adotava a noção de carência, marginalização social, de conceito ideal da família, do trabalhador. As instituições de assistência mostravam sua trajetória de dominação do capital sobre o trabalho. Nesse contexto as análises críticas rejeitavam o institucional, o foco se punha no out, no além do institucional, na desmontagem do autoritarismo estatal reiterativo da dominação. O Estado e as políticas sociais, nesses estudos, eram mostrados como aparelhos reprodutivos da ideologia dominante. As práticas institucionais mostravam-se conservadoras e reiterativas do processo de subalternização das classes populares e, conseqüentemente, desqualificadas para análise do seu movimento.

Já na década de 1980, o Brasil começa a respirar um ar de abertura política, pois em 1979 houve anistia aos condenados políticos da ditadura. Neste período, o Serviço Social também se encontra mais amadurecido, após os encontros do Movimento de Reconceituação.

Nos anos 80 os estudos e a prática política vão permitir uma apreensão das contradições da assistência social: ela é orgânica ao capital e ao trabalhador. Orgânica ao capital enquanto voltada prioritariamente para a subsistência da mão-de-obra de reserva ou como amenizadora do padrão mínimo de vida que a política salarial imprime à vida do trabalhador. Orgânica ao trabalhador enquanto substituta da renda mínima (ainda que submetida ao critério da necessidade), enquanto ainda possibilidade alternativa de acesso a condições mínimas de sobrevivência e, mais do que isso, como espaço possível de sustentação de novas alternativas nascidas da organização popular. (SPOSATI, 1991, p. 15).

Em 1982, o Brasil viveu um período conhecido como ‘Diretas Já’, ou seja, a eleição direta para Presidente da República. Assim, em 1984, para a decepção do movimento das Diretas, foi eleito através do Colégio Eleitoral, Tancredo Neves como presidente. Entretanto, o mesmo não chegou a assumir vindo a falecer. José Sarney passou a ser o primeiro presidente civil desde o Golpe de 1964.

Em meio a transição política, em 1984, Sônia Fleury Teixeira, da Fiocruz e Fundação Getúlio Vargas (FGV), encabeça as discussões sobre as políticas de previdência e assistência social. Já em 1985, após o livro “A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais

Brasileiras”, há uma aproximação da Política de Assistência Social com órgãos de pesquisa, tais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ainda no ano de 1985, é criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República que particularizou a assistência social como política pública e seu usuário como sujeito de direitos (SPOSATI, 2007).

Os anos de 1986 e 1987 foram bastante promissores para a Política de Assistência Social, pois de norte a sul do Brasil foram discutidas novas configurações para esta política. Mesmo no pós-Constituição Federal de 1988, as discussões para a implantação e implementação da Política de Assistência Social continuaram, no sentido também de orientação aos profissionais que atuavam nesta política (SPOSATI, 2007).

O ano de 1986 foi um grande marco para a assistência social enquanto política pública no Brasil. De acordo com Sposati (1991, p. 35-36), os principais marcos foram a reativação da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, realização do Seminário sobre Políticas de Bem-Estar Social (abril de 1986), criação do Grupo Interministerial de Pesquisa (outubro de 1986), e a FINEP cria bases para programa de pesquisa sobre crianças e jovens de baixa renda, a LBA realiza seminário nacional (julho de 1986), realização do I Simpósio Nacional sobre a Assistência Social (maio/junho de 1986), a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)<sup>7</sup>, atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) por meio do CEDEPSS propõe programa de pesquisa sobre a questão social e a assistência social no Brasil (SPOSATI, 1991).

Com a aproximação da Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, tema do próximo item a ser abordado, a assistência social receberá novo sentido: “A assistência não deverá mais ser apenas curativa; deverá atuar, e principalmente, na prevenção dos ‘problemas sociais’. Portanto, deverá ir ao encontro destes, isto é, ir ao proletariado e não esperar que este venha procurar auxílio.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 211).

### **2.3 A inscrição da Assistência Social como política de Seguridade Social**

A inscrição da Assistência Social como política pública de Seguridade Social e de inteira responsabilidade do Estado não foi tarefa fácil. Vários projetos em disputa estavam em discussão e principalmente quanto a garantir menos direitos, como no caso da Lei Orgânica da

---

<sup>7</sup> Até o ano de 1998, considera-se Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Após este ano, denominou-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Assistência Social (LOAS), em que o projeto inicial foi inteiramente vetado pelo presidente Collor. Para Boschetti (2016, p. 76),

A assistência social passou do ‘dever moral da ajuda’ ao ‘dever legal de assistência’, compondo o rol dos direitos sociais nas sociedades capitalistas, sobretudo nos países do capitalismo central, mas também, em menor grau, nos países do capitalismo periférico, que passaram a incluí-la como política de seguridade social.

Mesmo porque, o Brasil estava num período tardio de conquista de direitos, pois enquanto a tendência internacional era de perda de direitos e ajuste econômico, característicos do neoliberalismo, o Brasil iniciava o seu percurso de legitimação das políticas públicas, como por exemplo, a assistência social, como será visto a seguir:

Os movimentos pró-assistência social passaram a ser articulados com a presença de órgãos da categoria dos assistentes sociais que, através do então CNAS e CEFAS – hoje CRESS e CFESS – vão se movimentar com a ANASSELBA, Frente Nacional dos Gestores Municipais e Estaduais, Movimentos pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Idosos, das Crianças e Adolescentes, pesquisadores de várias universidades pleiteando a regulamentação da assistência social. (SPOSATI, 2007, p. 46).

A Política de Assistência Social passou a ser considerada política social pública a partir de sua inscrição na Constituição Federal de 1988, juntamente à política de saúde e da previdência social, que compõem o tripé da Seguridade Social. Para tanto, grande foi a luta pela elaboração dos artigos que comporiam a Política de Assistência Social na Constituição. Dessa forma, os trabalhadores da LBA

[...] reunidos nas ASSELBAS e na ANASSELBA que irão lutar pelo nascimento da LOAS e do Sistema Único de Assistência Social. Esse esforço não foi porém reconhecido. Em janeiro de 1995, quando a LBA foi extinta, seus trabalhadores foram espalhados para todos os cantos das burocracias federais. O acúmulo de conhecimentos e lutas que dispunham sobre o Brasil foi esparteado. Salgou-se a terra onde havia produtividade de lavradores e poupou-se os que com ela tinham enriquecido politicamente e fraudulentamente operado. (SPOSATI, 2007, p. 21-22).

A política de assistência social iniciou seu percurso de legitimação ao ser inscrita nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal como uma política sem necessidade de contribuição à Seguridade Social, sendo direito do cidadão e prestada a quem dela necessitar. Esta política tem por objetivos e busca priorizar a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Além de se voltar à integração das pessoas ao mercado de trabalho e a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência à vida comunitária. Quanto a essa questão relacionado ao mercado de trabalho, Boschetti (2016) afirma a existência de um nó

górdio entre assistência social e trabalho.

[...], trabalho e assistência social vivem uma contraditória e, na minha opinião, insolúvel relação de atração e rejeição. Rejeição porque aqueles que têm o ‘dever’ de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência social, mas não têm direito a ela. O trabalho, assim, obsta a assistência social, e atração porque a ausência de um deles impele a classe trabalhadora para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito. Na sociabilidade capitalista, essa tensão, levada ao extremo, conduz à pior das servidões, ou, como ressalta Castel, ‘a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade’ (1998, p. 44). (BOSCHETTI, 2016, p. 81).

Um avanço na legislação foi ter colocado como objetivo a garantia de renda de um salário-mínimo para pessoas com deficiência e pessoas idosas que não tenham como ter a manutenção provida por suas famílias. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) veio substituir o benefício de Renda Mensal Vitalícia (RMV), sendo colocados critérios para concessão e acompanhamento dos beneficiários.

Já o artigo 204 direciona-se aos recursos que manterão a política de assistência social que ficou instituído que será mantida com recursos das contribuições à Seguridade Social e outras fontes, sendo que de acordo com a Emenda Constitucional nº 42 de 19/12/2003, os Estados e o Distrito Federal poderão aplicar 5% de sua receita tributária líquida em programas de inclusão e promoção social; e, ainda conta como forma de organização a descentralização político-administrativa e a participação da população (BRASIL, 2012).

Durante o Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), houve grande tentativa de estabilização da moeda e também se alinhou aos ditames internacionais que seguiam a perspectiva neoliberal: abertura do mercado brasileiro, caráter populista e assistencialista quanto aos programas sociais (COUTO, 2010). Para a autora, o Brasil apresentava as seguintes características:

Nesse período, o país apresentava um quadro que pode ser resumido por meio de: a)alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais; b)abertura econômica para capitais estrangeiros; c) retomada do processo inflacionário; d)minimização dos gastos públicos governamentais na área social, entre outras características, o que aponta seu perfeito alinhamento com as indicações feitas pelos organismos internacionais. (COUTO, 2010, p. 146-147).

Após a afirmação da assistência social como política pública, foi longo o percurso para sua efetivação. Inicialmente, durante o governo de Itamar Franco (1993-1994), a LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), foi aprovada e regulamentou os artigos da Constituição que se referem à assistência social, conforme citado anteriormente. Esta lei foi de suma importância para que a assistência social passasse a trilhar seu caminho como política pública.

De acordo com Iris Maria de Oliveira (2007, p. 21), isso se dá porque a cidadania sempre esteve voltada para os trabalhadores ativos. Para ela,

[...] a defesa da política de assistência social, na perspectiva dos direitos, da justiça social, da redistributividade e da cidadania, assume uma dimensão estratégica no sentido de ampliar a capacidade das classes subalternas de alterar o já dado, e construir novas possibilidades para a conquista de políticas sociais universalizantes, do seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e da construção da sua hegemonia (OLIVEIRA, I. M.; 2007, p. 21).

Por meio da LOAS, a assistência social é definida como direito do cidadão e dever do Estado, sendo política não contributiva que deverá ofertar os mínimos sociais através de iniciativa pública para atendimento das necessidades básicas da população (BRASIL, 2013). Porém, esse processo de elaboração da LOAS foi bastante tenso e ficou conhecido como Conferência Zero da Assistência Social.

As negociações, os debates sobre emendas ao texto constitucional geram um momento ímpar, que se torna conhecido como a Conferência Zero da Assistência Social. No auditório da Câmara Federal é debatido artigo por artigo do projeto de lei entre representantes dos vários estados e dos movimentos pró-LOAS, com a presença de parlamentares, líderes do governo, emissários do ministro, e a deputada Fátima Pellares, relatora do projeto de lei. Ali é fechado o texto básico. (SPOSATI, 2007, p. 59).

De acordo com Couto (2010), fazendo uma análise quanto ao período em que Itamar Franco esteve como Presidente da República, o Brasil pouco avançou na área social, sendo o período marcado pelo chamamento da sociedade civil à solidariedade social.

Em relação ao campo social, no governo Itamar Franco foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8742/93. A aprovação dessa lei foi resultado do movimento de parcela da sociedade civil, de organismos de classe e da ação do Ministério público, que ameaçava processar a União pelo descuido com a área. Além dessa importante iniciativa legal, os programas sociais, no governo Itamar Franco, seguiram as características implementadas pelo governo anterior, qual seja, o caráter clientelista, assistencialista e populista (Pereira, 2000). Merece destaque, entre os programas sociais, o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, lançado em 1993, contando com a parceria do Estado e da sociedade civil. Esse plano pautou-se em três princípios básicos, a saber: 'a solidariedade privada, a parceria entre Estado, mercado e sociedade e a descentralização da provisão social' (Pereira, 2000: 166). Para a viabilização desse plano foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que teve como expoente o sociólogo Herbert de Souza. Pode-se destacar que, embora tendo havido uma importante mobilização da população, com chamamento de sua responsabilidade para com a solidariedade social, o programa acabou sendo esvaziado, pois ocorreu uma utilização clientelista do mesmo em vários pontos do país, e uma despriorização política do governo central, que não disponibilizou os recursos necessários a um programa de tal monta. (COUTO, 2010, p. 147-148).

A LOAS, que foi tão debatida, coloca como princípios da assistência social o respeito à dignidade do cidadão, à igualdade de acesso, à universalização dos direitos sociais e ampla divulgação de benefícios, programas e serviços dele decorrentes e principalmente, neste momento, de conturbada crise financeira de impacto mundial, o atendimento das necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica. Na elaboração de vários de seus artigos, contou-se com a então pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Potyara Amazoneida Pereira, referência do Serviço Social.

Quando se pensa no capítulo IV da LOAS que se refere aos serviços, benefícios, programas e projetos da Política de Assistência Social tem-se a regulamentação do BPC por meio do Artigo 21; dos demais benefícios (Artigo 22); dos serviços assistenciais compostos por atividades de caráter continuado que visam o atendimento às necessidades básicas da população, em especial, crianças e adolescentes; dos programas de assistência social que buscam, através de ações integradas, melhorar, subsidiar, qualificar e melhorar os serviços e benefícios da assistência social, tais como o Programa Bolsa Família e o Programa de Inclusão Produtiva; e, dos programas de enfrentamento da pobreza que buscam subsidiar financeira e tecnicamente iniciativas que garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhorar a situação de subsistência das famílias (BRASIL, 2013).

Quanto a este último, observa-se que o enfrentamento da questão social por meio das inúmeras faces da pobreza, coloca a política de assistência social como a única responsável pelo enfrentamento da pobreza e da fome, como se a assistência social conseguisse por si só dar vazão aos problemas ocasionados pelo capitalismo. Sob este ponto de vista, é válido lembrar que desde o início da LOAS, o Brasil teve um grande incentivador quanto ao combate à fome, o Betinho. Porém, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), recuperou-se o conservadorismo na área da assistência social com o Programa Comunidade Solidária.

A estratégia institucional do Governo FHC em dissolver a antiga LBA era desejada, mas não era, contudo: a truculência com que seu acervo/memória/conhecimentos foi incinerado e soprado como cinza ao vento; ou sua substituição pelo Comunidade Solidária; ou a extinção do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar – este, através de Betinho e do Dom Mauro Morelli vinha lutando contra a Fome no Brasil, registrada pelo Mapa da Fome construído por Ana Peliano. Não foi um bom começo. Peliano, como representante do Comunidade Solidária na I Conferência Nacional de Assistência Social afirma que essa nova criação, o Comunidade Solidária, era um condomínio de múltiplos objetivos que não se resumia a ações seletivas, de caráter restritivo e emergencial. Suponho que isso não era indireta para a assistência social. Apresenta tal organização como uma estratégia diferenciada de gerenciamento e articulação de programas governamentais para resolver a descontinuidade, descoordenação, centralização, clientelismo, superposição, pulverização de recursos e fragmentação de ações. (SPOSATI, 2007, p. 68).

O Programa Comunidade Solidária significou um mau começo para a Política de Assistência Social que estava engatinhando. Recuperar as bases da caridade e o primeiro damismo foi como retornar à era Vargas. A infância da menina LOAS, como diria Sposati (2007), foi bastante conturbada.

Uma grande vitória para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi a convocação da I Conferência Nacional da Assistência Social no ano de 1995, sendo realizada em novembro do referido ano.

Outro fato marcante no período do Governo Fernando Henrique Cardoso para a Assistência Social foi a promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 1998. Porém, esta não teve nenhuma repercussão na vida dos usuários, permanecendo apenas como uma regulamentação. Em 2004, a PNAS foi revista e ampliada e realmente entrou em vigor com o surgimento do Sistema Único de Assistência Social e outras regulamentações, como a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS), que será apresentado no próximo item.

#### **2.4 Ponderações sobre a Política de Assistência Social a partir dos anos 2000 até os dias atuais**

Somente a partir do ano de 2004 que foi garantido à Política de Assistência Social o status de política realmente pública, pois até então, a assistência social voltava-se aos apelos do Programa Comunidade Solidária. Os marcos legais da Assistência Social são a LOAS, como demonstrado no item anterior, a PNAS/2004 (BRASIL, 2005) e a NOB/SUAS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013), estes instrumentos legais sinalizam para uma mudança de paradigma na área.

O atropelo da I Infância trouxe uma nova situação no governo Luiz Inácio Lula da Silva que se inicia em 2003 com a Ministra Benedita da Silva. A menina LOAS recebe casa própria: o Ministério da Assistência Social. Seguramente o mais importante avanço desde seu nascimento. Mas, é preciso que essa casa diferente daquela da canção de Vínicius '*era uma casa muito engraçada não tinha...*' tenha robustez para garantir direitos e caminhar na trilha da inclusão. (SPOSATI, 2007, p. 76-77, grifo do autor).

Entretanto, muitos são os desafios a serem superados pela Assistência Social, que agora se encontra em novas bases. Porém, o desafio é antigo, que é desvinculá-la do assistencialismo. Para Sposati (apud YAZBEK, 2009, p. 19),

[...] é preciso distinguir assistencialismo de assistência. A rigor, assistência é uma forma de subsídio: técnico, financeiro, material, psicológico etc. Enfim, ela se constitui num campo dinâmico de transferência que não é unidimensional, pois supõe de um lado a necessidade e de outro a possibilidade.

No sentido de distinguir e até mesmo desconstruir os conceitos de assistência social e assistencialismo, Yazbek (2009, p. 17) infere:

O termo assistência, entendido como atenção à pobreza, é sempre confundido com assistencialismo. O predomínio do pensamento conservador, para o qual liberdade significa adquirir o produto diretamente no mercado faz da assistência, enquanto transferência de bens e serviços pelo Estado, uma conduta a ser extirpada ou sujeita a um ritual de seleção/exclusão que a torna acessível apenas por meio do clientelismo do 'quem indica'.

Já o assistencialismo termo que se encontra intrinsecamente vinculado ao conservadorismo, remete sempre à subalternização, para a mesma autora se configura como

[...], resultado da difusão do imaginário conservador, supõe fazer dessa transferência uma relação de poder que subalterniza quem tem a necessidade: ele passa a dever um favor ao intermediador da possibilidade, que nem sempre é proprietário, mas muitas vezes um agente técnico ou institucional. (SPOSATI apud YAZBEK, 2009, p. 19).

Na mesma direção de análise sobre a influência desses termos nos dias atuais na Assistência Social, Boschetti (2016, p. 83-84), citando os traços históricos da assistência social elencados por Castel, aponta que o primeiro traço estaria ligado à relação entre assistência social e filantropia, ou seja, nos dias atuais, a assistência social ainda mantém traços da filantropia, o que explica a confusão entre os conceitos de assistencialismo, assistência social e benemerência. O segundo traço está relacionado à especialização da assistência, a existência de pessoal especializado para intervenção social. Já o terceiro traço, decorrente do segundo, é a tecnicização mínima exigida para atuar na ação assistencial (o que remonta às origens do Serviço Social). Cabe aqui um parêntese em relação aos traços históricos. Quanto ao Serviço Social como profissão que tem como uma de suas bases de atuação a Política de Assistência Social, algumas confusões são feitas. A primeira é que Serviço Social não é a Política de Assistência Social, não podemos reduzir a profissão à política pública, visto que o projeto societário do Serviço Social tem alcances muito maiores do que a política social. A segunda é o superdimensionamento da assistência social como campo da proteção social. Ela é apenas uma das políticas que compõem a proteção social no capitalismo (BOSCHETTI, 2016).



Seguindo com os traços apontados por Boschetti (2016), o quarto traço refere-se ao surgimento dos internatos e workhouses (casas de trabalho obrigatório), bem como o atendimento em domicílio. O quinto e último traço relaciona-se à assistência social e trabalho no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, sendo esta última discussão bastante recente na literatura do Serviço Social que será retomada mais adiante. Sinalizando para a análise histórica da política de Assistência Social, a autora a seguir infere:

Historicamente, a assistência tem sido uma das estratégias acionadas pelo Estado para enfrentar a questão social, e não se dissocia, portanto, das relações que caracterizam a sociedade de classes. Tradicionalmente, as ações públicas de enfrentamento da pobreza na sociedade brasileira têm sido acompanhadas por algumas distorções, que lhes conferem um perfil limitado e ambíguo. Entre essas, destacamos: a) Seu apoio, muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas, o que reproduz a ‘cidadania invertida’ e relações de dependência. [...]. b) Sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade, o que vem permitindo identificar a intervenção técnica com a ação voluntária. Constituída a partir de bases institucionais inspiradas em ações da rede filantrópica (instituições religiosas, entidades beneficentes etc.), apresenta marcas dessa forma de estruturação que resistem a inovações e mudanças. [...]. c) Sua conformação burocratizada e inoperante, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área. A observação do caráter desarticulado do aparato estatal no campo da assistência social permite, inicialmente, pôr em questão seu perfil descontínuo e compartimentado. (YAZBEK, 2009, p. 61-62).

Nesse sentido, a PNAS (BRASIL, 2005) aprovada pelo CNAS através da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 28/10/2004 tem grande desafio (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004). A PNAS está organizada em cinco partes: 1) análise situacional; 2) Política Pública de Assistência Social; 3) Gestão da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); 4) Considerações Finais; e, 5) Referências Bibliográficas.

Na primeira parte, a referida publicação aborda aspectos demográficos da população brasileira, dando especial ênfase nos grupos prioritários (crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência) em situação de pobreza. Já o segundo item, a política pública de assistência social, traz os princípios, diretrizes, objetivos, usuários e as duas proteções a serem afeiçoadas: básica e especial. Na terceira parte, aponta-se os eixos estruturantes, quais sejam: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; participação popular; Política de Recursos Humanos; Informação, Monitoramento e Avaliação. Consta na PNAS que os serviços socioassistenciais serão organizados por meio da

vigilância socioassistencial, proteção social e defesa social e institucional. De acordo com Couto, Yazbek e Raichelis (2012, p. 60),

A PNAS-2004 vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs).

Sposati (2007, p. 77-84) faz algumas recomendações à Política de Assistência Social, entre elas se encontram: equalizar a relação de parcerias entre governo e as Organizações não-governamentais (ONGs); efetivar o sistema único de cobertura, descentralizado e territorializado com porta de entrada única para os usuários; ter serviços permanentes e continuados; operar o pacto federativo da assistência social; dar caráter substantivo a assistência social, como política de Seguridade Social e direito do cidadão; esclarecer aos usuários o direito à assistência social: direito à subsistência e à proteção social básica e especial; romper com o caráter inconcluso da Constituição Brasileira quanto aos direitos sociais; romper com o vínculo entre a assistência social e a noção residual de pobreza que não alcança a cidadania, adotando as noções de necessidade, de risco, de vulnerabilidade social demandatárias de garantia às seguranças de proteção social.

A PNAS tem como objetivo afiançar por meio da proteção social as seguintes seguranças: de acolhida, de sobrevivência (rendimento e autonomia), de convívio ou vivência familiar. A segurança de acolhida refere-se ao acolhimento e atendimento qualificado da família diante das demandas por ela apresentadas, tais como a ausência de renda e a perda ou fragilização de vínculos familiares. Já a segurança de sobrevivência está relacionada à família ou indivíduo ter um rendimento para a manutenção da sua sobrevivência, independente da limitação ou não para o trabalho. A segurança de convívio ou vivência familiar parte do pressuposto de que o ser humano é um ser social, que vive em sociedade, por isso, visa prevenir ou combater as situações de reclusão ou perda de relações (BRASIL, 2005).

A PNAS rege-se pelos seguintes princípios: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o direito ao acesso a benefícios e serviços de qualidade; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; divulgação ampla dos serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais (BRASIL, 2005).

São considerados diretrizes da PNAS a descentralização político-administrativa, a participação da população, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social, a centralidade na família. Esta política tem como seus usuários:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005, p. 33).

Para o atendimento dos indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, as proteções sociais foram divididas em duas, a proteção social básica e a proteção social especial, sendo esta subdividida em duas de média e alta complexidade.

A Proteção Social Básica (PSB) tem como principal objetivo trabalhar com a prevenção das ocorrências de situações de risco social. Para tanto, ela deverá desenvolver potencialidades, fortalecer vínculos familiares e comunitários. Assim,

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2005, p. 33).

O equipamento público destinado à execução da PSB é o CRAS que deverá ofertar os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas idosas e pessoas com deficiência. No capítulo 4 será abordado acerca desses serviços com mais aprofundamento, principalmente o PAIF.

Já a Proteção Social Especial (PSE) está subdividida em média e alta complexidade. De forma geral, considera-se como público atendimento pela média complexidade aquelas famílias ou indivíduos que não tiveram os vínculos afetivos rompidos e estão apenas fragilizados. Quanto à alta complexidade esta volta-se ao atendimento de situação de rompimento de vínculos. Assim,

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de

substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2005, p. 37).

Os CREASs ou nos municípios de pequeno porte a equipe específica para atendimento das situações elencadas acima constituem-se como o equipamento público responsável pelo atendimento dessa demanda específica que é a proteção social especial. Alguns estados da federação tem discutido a possibilidade de implantação de CREAS regional para atender aos municípios de pequeno porte, porém, esta ação se dará a cargo dos Estados e não dos municípios, o que se configura como um processo lento e gradual de implantação, visto as dificuldades da própria política pública em ser reconhecida como de proteção social.

De acordo com a PNAS, são considerados serviços de média complexidade: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). Os serviços de alta complexidade são compostos pelos seguintes serviços: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); Trabalho protegido (BRASIL, 2005).

O SUAS criado com a PNAS tem por objetivo organizar e definir prioridades no atendimento da política de Assistência Social em todo território brasileiro. São considerados eixos estruturantes do SUAS: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação. Os serviços socioassistenciais são organizados a partir das seguintes referências: vigilância socioassistencial (produção e sistematização de informações, índices e indicadores territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social), a proteção social (composta pelas três seguranças citadas anteriormente) e a defesa social e institucional (proporcionar o acesso aos direitos socioassistenciais e a sua defesa) (BRASIL, 2005).

É nítido um alargamento (expansão) dos objetivos desta política com a implementação do SUAS. Todavia, a amplitude do seu público alvo envolve um leque de situações tão diversas que pode, inclusive, comprometer o processo de normatização e padronização dos serviços prestados. Creditamos às categorias vulnerabilidade e risco, ambas indicadoras dos níveis de exclusão, uma relativa fragilidade na delimitação dos usuários e dos próprios serviços a serem prestados

para atender aos níveis de proteção propostos. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p. 191).

Com relação aos conceitos de vulnerabilidade e risco social, é válido mencionar que a PNAS não deixa claro a definição de ambos os conceitos e eles parecem até se confundir em determinado momento. Essa falta de definição também cria uma panaceia em torno dos conceitos, pois com o emprego dos mesmos conceitos como de desigualdade social e luta de classes deixam de aparecer nas discussões da política de Assistência Social. Para as autoras a seguir,

[...] os conceitos de vulnerabilidade e risco social devem ser problematizados. Eles não são adjetivos da condição do usuário. A produção da desigualdade é inerente ao sistema capitalista, ao (re)produzi-la produz e reproduz vulnerabilidades e riscos sociais. Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com desenvolvimento de potencialidades individuais e familiares. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 72).

Para Janczura (2012), os termos vulnerabilidade e risco social são utilizados por várias ciências: sociais, da saúde e da natureza, por exemplo. Dentro da Assistência Social, o termo foi empregado no sentido de identificar os usuários da política. Para Oliveira (apud JANCZURA, 2012, p. 303),

Oliveira (1995) aponta que 'os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza' (p. 9), além de considerar que 'nem todos os vulneráveis são indigentes' (p. 9), pois entende que além dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis.

Quando se fala de vulnerabilidade, a pessoa é vulnerável a algo, então, pode-se inferir que a vulnerabilidade está intrinsecamente ligada ao risco social que normalmente se liga ao desenvolvimento econômico e na dependência de alguns sujeitos em relação a algum serviço. Nesse sentido, a política de Assistência Social prioriza crianças, idosos e pessoas com deficiência como em maior vulnerabilidade, visto que, muitas vezes, seja por lei ou por impedimento, não participam do mercado de trabalho. De acordo com a autora,

A vulnerabilidade social varia com os ciclos de vida das famílias, seus formatos, tamanho, condições de vida, dentre outros. As famílias monoparentais femininas, ou 'chefiadas' por mulheres, com a presença do cônjuge ou não, um fato que cresce no Brasil, com a presença de um número significativo de crianças, respondem por um maior número de pobres. (TEIXEIRA, S. M., 2013, p. 40).

Por falar na categoria trabalho, um debate bastante recente dentro da política de assistência social é a relação entre assistência social e trabalho e será feito um parêntese nas

linhas subsequentes para tratar o tema com a devida importância. Para tanto, alguns pontos serão abordados acerca deste tema. O primeiro será a relação entre assistência social e a manutenção da superpopulação relativa, e o segundo refere-se à diminuição das políticas sociais ligadas ao trabalho em contraposição ao inchaço da política de assistência social, a qual está sendo dada a função de realizar por si só a proteção social.

Quanto ao primeiro ponto, Iamamoto (2005, p. 101) sem falar diretamente da política de Assistência Social, mas referindo-se aos serviços sociais de forma geral coloca:

Uma outra contribuição efetiva propiciada à classe capitalista pela infra-estrutura de serviços sociais, mantidos pelo Estado, é a colaboração prestada na manutenção de condições subsidiárias à sobrevivência do exército industrial de reserva. A existência da superpopulação relativa é uma das condições do regime capitalista de produção, gerada pela própria força expansiva do capital, que tende a realizar-se alterando a composição orgânica média do capital.

Concordando com Iamamoto (2005), Boschetti (2016, p. 108) afirma que “A assistência social, assim, contribui para manter o que Marx chamou de ‘reservatório inesgotável de força de trabalho disponível’ que, ao ser disponibilizada para o capital, constitui uma ampla base para a exploração do capital.” A mesma autora complementa dizendo,

A capacidade/incapacidade para o trabalho constitui, portanto, em associação com a assistência social, uma forma de mediar a reprodução da superpopulação relativa, especialmente a estagnada. Na maioria da vezes, a assistência social limitou-se à participação no processo de reprodução das duas camadas constituídas pelas crianças e incapacitados para o trabalho, nos termos marxianos. [...]. Somente no século XX, com o reconhecimento da assistência social como direito no âmbito do Estado social, essa política social assume uma relação menos antagônica, mas sempre tensa, com o trabalho, no processo de reprodução da superpopulação relativa estagnada composta pelos capacitados para o trabalho. (BOSCHETTI, 2016, p. 90).

Quanto ao segundo ponto, a diminuição das políticas sociais ligadas ao trabalho em contraposição ao inchaço da política de Assistência Social, essa vem se constituindo como uma política destinada à sobrevivência de muitos trabalhadores que se encontram desempregados, subempregados ou que pouco acessam o mercado de trabalho. Para Boschetti (2016, p. 115),

Pelo ângulo da relação entre assistência social e trabalho, busco demonstrar as tendências de derruição dos direitos vinculados ao trabalho e a expansão da assistência social, esta peculiar forma de proteção social que, contraditoriamente, vem assegurando condições mínimas de sobrevivência a uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora superexplorada, mas ao assim fazer, participa ativamente da reprodução da superpopulação relativa no limite de sua sobrevivência e, portanto, assume uma inédita funcionalidade à acumulação do capital.

Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p. 189) apontam:

[...], na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho – quer pelas condições que assume o trabalho no capitalismo contemporâneo, quer pelo alto nível de desemprego no qual nos encontramos, ou, ainda, pela orientação da política econômica posta em prática – o Estado amplia o campo de atuação da assistência, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho. Ou seja, em tempos de crise, a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados, os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente considerados inaptos para produzir. Em consequência, limita o acesso, impondo critérios a exemplo da renda, cujo limite de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e promovendo, como afirmamos anteriormente, as políticas de exceção. Nesta linha poder-se-ia argumentar que a assistência estaria assumindo a condição de política estruturadora das demais políticas sociais, como emprego e renda, qualificação profissional, dentre outras.

Para Boschetti (2016, p. 85), no período em que a legislação vigente era as *poor laws*, “[...] a assistência social, por sua vez, tinha como horizonte induzir o trabalhador a se manter por meio de seu trabalho.” Entretanto, ainda nos dias atuais, essa premissa continua em vigor visto que, dentro dos programas atuais vinculados à assistência social, tais como o incentivo ao microempreendedorismo individual e o atendimento do público prioritário para participar dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), muitos destes voltavam-se à capacitação para o trabalho como autônomo, como exemplo, manicure, cabeleireiro, depilador, cuidador de idosos, entre outros. Estes programas podem ser considerados um mecanismo de ativação dentro da política de assistência social, pois buscam retirar os usuários da dependência do programa Bolsa Família e dos benefícios eventuais. Entretanto, para o autor,

Ao assumir os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal, o Estado busca (re)inseri-los, através dos programas de requalificação profissional, emprego e renda, entre outros. Estes, neste momento, são orientados pelas ideias do empreendedorismo e do neo-solidarismo, portadoras dos elementos constitutivos da hegemonia da classe dominante. (SITCOVSKY, 2010, p. 157).

Para encerrar a discussão acerca da relação assistência social e trabalho, Boschetti (2016) sintetiza de forma interessante as consequências dessa relação, causando o inchaço da política de Assistência Social em tempos de crise do capital como o atual momento.

[...] a relação entre assistência social e trabalho é entranhada por uma tensão insolúvel na sociabilidade capitalista. Em contexto de agudização da crise do capital e de redução do ‘Estado social’ universal, a assistência social participa mais ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de política central de garantia de um recurso monetário mínimo necessário ao consumo e à reprodução da força de trabalho. Em vez de processar ou provocar a universalização do acesso a bens e serviços públicos (Pereira, 1996), avoluma-se na prestação de benefícios assistenciais ínfimos enquanto reduzem-se os investimentos nas demais políticas sociais, sendo essa uma

tendência inegável em todos os países do capitalismo central e periférico nesses tempos de crise. (BOSCHETTI, 2016, p. 171).

A matricialidade sociofamiliar é um dos eixos estruturantes do SUAS e neste capítulo será dado enfoque especial, sendo dedicado um item à centralidade da família na política de Assistência Social, visto que a pesquisa apresentada no capítulo IV teve como participantes as famílias usuárias do CRAS, especialmente as vinculadas ao PAIF.

Um dos eixos estruturantes do SUAS que está muito em evidência é a perspectiva de trabalho no território. O trabalho com a população pobre dentro de determinado espaço, seja colônia, bairro ou cidade, remonta o surgimento das *workhouses*, com a regulamentação das *poor laws*. Nesse período, cada cidade era responsável pelos ‘seus pobres’. Assim, a perspectiva de trabalho por território carrega essa acepção. Para Boschetti (2016, p. 84),

Segundo Castel (1998), a assistência social sempre esteve voltada ao atendimento da população residente em determinada comunidade e priorizava o atendimento de pessoas que não podiam participar do mercado de trabalho: crianças, idosos, doentes, o órfão, entre outros.

Quando se fala de pertencimento comunitário, Boschetti (2016) afirma que esse vínculo da assistência social com o território se refere à épocas remotas do século XVI e XVII quando cada paróquia era responsável pelos seus pobres. Esse critério atingiu as legislações e deu origem às chamadas *poor laws* inglesas, mas que se expandiram pela Europa.

Outro eixo estruturante do SUAS são as novas bases para a relação entre Estado e Sociedade civil. Este eixo é bastante conhecido como a formação da rede socioassistencial tão importante para este Sistema, visto a histórica participação da sociedade civil no provimento dos serviços sociais. Para Sitcovsky (2010, p. 164), “[...] ganha notoriedade a ideia de construção de uma rede socioassistencial erguida sob a necessidade prática operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos.” Ainda segundo o mesmo autor,

A transferência de bens e serviços de natureza pública para o setor privado é apresentada nas diferentes propostas dos organismos internacionais como saída para atenuar a crise fiscal, buscar maior racionalidade dos recursos e benefícios, repassando para associações comunitárias, organizações filantrópicas e não-governamentais a produção e distribuição de bens e serviços. (SITCOVSKY, 2010, p. 173).

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social, a rede socioassistencial é compreendida como “[...] o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as



unidades de provisão do SUAS.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p. 19). Atualmente, foi criado o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei Federal n. 13.019/2014 (BRASIL, 2014) que estabelece regime jurídico único para parcerias voluntárias e organizações da sociedade civil. Na prática, haverá a substituição dos convênios, geralmente repassados por meio de subvenção municipal, por contratos executados por meio de chamamento público, o que torna mais transparente a oferta dos serviços, podendo várias instituições participar do processo. Esse MROSC realmente representa novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil, pelo menos em termos jurídicos.

O financiamento é outro eixo do SUAS. Nesse ínterim, é importante salientar que a assistência social teve avanço significativo, apesar de ser insipiente o orçamento para a área diante do enorme desafio proposto às proteções sociais. A NOB/SUAS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013) preconiza o cofinanciamento da Assistência Social, sendo que o Governo Federal repassa aos municípios, via fundo a fundo (Fundo Nacional para o Fundo Municipal), os correspondentes às proteções sociais básica e especial. Para a Proteção Básica, são repassados dois pisos: básico fixo e básico variável. O primeiro destina-se a manter especificamente as atividades do PAIF, sendo calculado o valor do repasse em cima da quantidade de famílias acompanhadas no território. O Piso básico variável relaciona-se à manutenção de serviços complementares ao PAIF, tais como o SCFV e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio, além de poder manter as equipes volantes do CRAS, quando o território é extenso. O valor do repasse é calculado em cima de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Com relação à Proteção Social Especial, os repasses vêm de forma específica para a média e a alta complexidade. Para a média complexidade são destinados os seguintes pisos: piso fixo de média complexidade, piso variável de média complexidade e piso de transição de média complexidade. O primeiro é utilizado para manter as atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Centro de Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP) e os demais para a manutenção do serviço de abordagem social, proteção especial para pessoa com deficiência, idosos e suas famílias, medidas socioeducativas em meio aberto, dentre outros. Para a alta complexidade, são destinados os seguintes pisos: piso fixo de alta complexidade e piso variável de alta complexidade, ambos os pisos são destinados à manutenção de serviços voltados ao

acolhimento de pessoas, em razão da fragilização ou quebra dos vínculos afetivos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Já para a manutenção da gestão do SUAS, são destinados dois recursos chamados de Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O primeiro é o IGD - SUAS, considerado incentivo financeiro para a manutenção das atividades da gestão e prestação de serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais. O IGD do Programa Bolsa Família é destinado à manutenção da gestão do referido programa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012).

Embora se tenha garantido vários avanços através da LOAS e da PNAS, como por exemplo o financiamento da área, no sentido de se romper com a velha política e com o conservadorismo na assistência social que tem como expressão máxima o assistencialismo e a caridade, a autora aponta as dificuldades:

Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 56).

A autora abaixo concorda com Couto, Yazbek e Raichelis (2012) com relação às possibilidades da política de Assistência Social em poder devolver a dignidade humana, a autonomia, o que é possível através do trabalho socioeducativo, o qual a política dá espaço para a sua realização.

Apesar das limitações, da 'imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade', como afirma Yasbek (2004, p. 26), as conquistas do ponto de vista legal e institucional podem contribuir para a afirmação da Assistência Social como política social orientada por padrões de universalidade e justiça. Uma política capaz de devolver a dignidade, a autonomia, a liberdade a pessoas que se encontram em situações de exclusão, abrir possibilidades para que estas pessoas existam enquanto cidadãos (ãs) e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil. Por este caminho, o horizonte que a política de assistência social permite chegar, talvez, seja o da cidadania. (OLIVEIRA, I. M., 2007, p. 22).

De acordo com Solange Maria Teixeira (2013, p. 106), os desafios da assistência social são enormes, porém, não se pode negar os avanços e as possibilidades de práticas profissionais inovadoras. Dentre os avanços a autora destaca: a) a primazia da responsabilização estatal na condução da política em cada esfera de governo; b) a construção de um sistema próprio e único de gestão da assistência social, descentralizado e participativo; c) a abrangência de direitos e de seguranças afiançáveis, contra riscos pessoais e sociais a

indivíduos, família e coletividades; d) a territorialização da rede socioassistencial baseada no princípio da oferta capilar de serviços, a partir da lógica da proximidade do cidadão e na localização dos serviços nos territórios com maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais e pessoais para a população; e) o reordenamento da rede socioassistencial para o atendimento dos sujeitos de direitos, na direção da superação de ações segmentadas, fragmentadas e pontuais; f) a matricialidade sociofamiliar, em que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros.

A Assistência Social sempre foi conhecida como uma política que dá acesso a outras, entretanto, nos últimos tempos, com o enfraquecimento do Estado Social e em consequência das políticas sociais universalizantes, a política de Assistência Social ganhou outra conotação: de subsidiária passou a ser central.

A investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira tratou de inflexionar o padrão de enfrentamento à 'questão social', dotando a política de Assistência Social de uma centralidade no trato das contradições sociais. Esta transformação, do nosso ponto de vista, deu-se de maneira que a assistência social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais, assumindo uma centralidade na política social. (SITCOVSKY, 2010, p. 153).

Complementando a ideia apresentada pelo autor anterior, para Mota (2010), a política de Assistência Social se constitui como um mito.

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social, menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social. (MOTA, 2010, p. 141).

## **2.5 A centralidade da família na Política de Assistência Social**

Neste item, será resgatada a visão de que as famílias não podem ser culpabilizadas pela situação de pobreza em que se encontram, visto que, esta situação se volta para o momento atual da sociedade capitalista, ou seja, sua face neoliberal que se reflete dentre outros fatores, no baixo investimento em políticas públicas, fazendo com que as famílias assumam responsabilidades que seriam de responsabilidade do Estado, ficando sobrecarregadas em relação aos seus papéis, ou seja, havendo uma inversão dos mesmos. Dessa forma, as políticas sociais são insuficientes para atender as necessidades das famílias

que utilizam os serviços sociais públicos.

As transformações que a família vem sofrendo, tanto na sua configuração (famílias chefiadas por mulheres, avós, famílias reconstruídas) quanto em relação à situação socioeconômica, se tornam alvo da política de assistência social. É sobre essa relação que se constitui o estudo deste item. Nesse sentido,

Para compreender as políticas para as famílias é preciso contextualizá-las no cenário socioeconômico, histórico e político amplo, bem como considerar as transformações da história da família e, ainda, a singularidade dos vínculos familiares, uma vez que os níveis universal, particular e singular não são desconectados, mas articulados em mútuas afetações. (MOREIRA; PASSOS; PEREIRA, 2012, p. 47).

Conforme explicitado anteriormente, no período anterior à Constituição Federal de 1988, a assistência social não era tratada como política pública. Era vista como uma benesse da sociedade para com aqueles que estavam em situação de pobreza. A assistência era desenvolvida por meio de programas residuais voltados, principalmente, à oferta de benefícios eventuais e aos adolescentes em conflito com a lei. Para José Filho (2002, p. 35), “No Brasil, as políticas assistenciais no âmbito do atendimento e programas à família sempre se caracterizaram por uma descontinuidade, por falta de verbas. Fragmentadas, as políticas sociais desmembram a família em segmentos que não são suficientemente atendidos.”

Em 1988, a política de assistência social foi regulamentada com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal que prevê em seu Artigo 203 seus objetivos: “I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice [...]” Assim, a partir dessa orientação, a política de assistência social voltou ainda mais seu olhar para as famílias que necessitavam desta política devido à vivência de situação de pobreza (BRASIL, 2012).

Após quase uma década de luta pela formulação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005), a família ganhou especial destaque sendo considerada público prioritário para a intervenção social, tendo como usuários desta política:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade dos vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005, p. 33).

Percebe-se que todas as características anteriores buscaram congrega quem seria o

público a ser atendido pela política de Assistência Social e todos os citados estão presentes nas famílias, dessa forma, a matricialidade sociofamiliar passou a ser um dos eixos estruturantes dessa política:

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. (BRASIL, 2005, p. 41).

De acordo com Couto, Yazbek e Raichelis (2012, p. 66, grifo do autor), a matricialidade sociofamiliar é um importante aspecto da Política de Assistência Social e deve ser entendida “[...] como mediação fundamental na relação entre sujeitos e sociedade. Aspecto polêmico, pois envolve desde a concepção de família (*de que família está se falando?*) até o tipo de atenção que lhe deve ser oferecida.”

Atualmente, os equipamentos públicos da área da assistência social (CRAS e CREAS), apostam no acompanhamento social às famílias para superação das vulnerabilidades inerentes às suas áreas. Na mesma direção reflexiva apresentada pela Política de Assistência Social, Maria do Carmo Carvalho (2010, p. 270) expõe:

Também as políticas de combate à pobreza elegeram família e comunidade. A consciência geral de que a pobreza e a desigualdade castigam grande parcela da população brasileira estão a exigir políticas públicas mais efetivas e comprometidas com sua superação. Nesse compromisso, buscam assegurar uma rede de proteção e de desenvolvimento socioeconômico voltado às famílias e às comunidades vulnerabilizadas pela pobreza. Os diversos programas de renda mínima, por exemplo, visam garantir ao grupo familiar recursos suficientes que permitam uma cesta alimentar e a manutenção dos filhos na escola, inibindo o trabalho precoce de crianças e adolescentes.

Entretanto, as vulnerabilidades sociais e econômicas, bem como as limitações sofridas pelas famílias não são decorrentes da vontade das mesmas, mas são frutos do modelo de produção capitalista que culpa os indivíduos pela situação de pobreza, naturalizando a desigualdade social. Esta visão de sociedade disseminada nos veículos de comunicação tratam as famílias em situação de vulnerabilidade como ociosas e sem vontade de trabalhar. Para Solange Maria Teixeira (2013, p. 117), “As famílias, especialmente as mais pobres, para manter-se enquanto unidades familiares precisam não de novas responsabilizações e contrapartidas implícitas ou explícitas, mas de serviços dirigidos a elas, alternativos e substitutos parciais das suas funções.” A mesma autora complementa,

Esse modelo idealizado de famílias-padrão e suas reformulações teóricas

funcionalistas escamoteiam as contradições que perpassam a família, os conflitos, os interesses divergentes, modelos hierárquicos, relações de poder e força no seu interior como geradores de desigualdades, ao lado dos processos de negociação, cooperação e solidariedade. Além de secundarizar a variedade de modelos de famílias entre as classes sociais, e mesmo no interior delas. (TEIXEIRA, S. M., 2013, p. 34).

Ao mesmo tempo que se elege a família como foco de atuação, também vivencia-se um período de pouco investimento nas políticas, recuperando o conservadorismo anteriormente existente.

A tendência, hoje, é restringir os gastos públicos por parte do governo aos programas de assistência, o que conseqüentemente irá colocar a família em uma situação complexa. A maioria das famílias não recebem o suficiente para garantir a manutenção de sua sobrevivência. A distribuição de renda não garante o mínimo necessário às famílias para ter acesso à educação, alimentação, saúde, habitação. (JOSÉ FILHO, 2002, p. 35).

Dessa forma, pensar o alcance da política de assistência social se faz necessário para compreender as reais necessidades das famílias que frequentam os serviços sociais. Nesse sentido é que no decorrer deste trabalho, opta-se por tratar de vulnerabilidades e não apenas a situação de pobreza, por entendermos que as vulnerabilidades são para além da renda, inserção no mercado de trabalho, mas envolvem também os ciclos de vida, os vínculos relacionais, o grau de escolaridade, a moradia, a alimentação, condições de saúde, entre outras, conforme apontado na discussão anterior sobre a diferença entre os conceitos de vulnerabilidade e risco social. Na verdade, concorda-se com Maria do Carmo Carvalho (2014, p. 24) no sentido que:

Um cidadão ou grupo social é vulnerável quando possui poucos vínculos e conexões no microterritório que habita, na cidade e mesmo fora da cidade. Um cidadão com maiores vínculos, para além das suas condições de renda e moradia, está mais potente para caminhar com autonomia.

Há algumas décadas, as políticas públicas como um todo tem se voltado para a família como uma saída encontrada pelo capital para justificar o baixo investimento em serviços sociais públicos, muitas vezes, culpabilizando a família pelo não cumprimento do seu dever enquanto provedora e mantenedora de seus membros e em outras vezes responsabilizando-a como geradora de proteção social através dos laços de amizade e confiança mutua como a família extensa e vizinhança. Fazendo uma análise dessa retração das políticas sociais e o declínio do Estado Social, Solange Maria Teixeira (2013), aponta:

Essa sobrecarga das funções da família na proteção social é verificada com mais intensidade na contemporaneidade, pós-crise do Estado de Bem-Estar Social, na década de 1970, com a difusão de políticas neoliberais, que defendem os provedores

informais de bem-estar, como a família, a vizinhança, os grupos de amigos, a comunidade, ao lado do chamado ‘terceiro setor’, e do mercado como fontes naturais de bem-estar que devem ser impulsionados para reduzir as demandas do Estado. (TEIXEIRA, S. M., 2013, p. 29).

De acordo com Sarti (2010), entre as famílias pobres, os laços comunitários entre a vizinhança são mais fortes, pois se constituem apoio e ajuda mútua.

Se, em toda sociedade brasileira, a família é um valor alto, entre os pobres, sua importância é central, e não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social. A família para eles vai além; constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar. (SARTI, 2010, p. 33-34).

Pereira (2010) compartilha a mesma visão de Sarti, pois considera a família como um agente de proteção social. Por isso, a necessidade de se fortalecer a família para que ela consiga desenvolver sua função protetiva. É claro que com o aporte do Estado. Nesse sentido, esta autora aponta que:

Desde a crise econômica mundial dos fins dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social. Em vista disso, quase todas as agendas governamentais preveem, de uma forma ou de outra, medidas de apoio familiar, particularmente as dirigidas às crianças, [...]. (PEREIRA, 2010, p. 26).

Em consonância com o pensamento de Pereira (2010), Sawaia (2010, p. 41) afirma que a família “[...] continua sendo, para o bem ou para o mal, a mediação entre indivíduo e sociedade. E mais, assiste-se hoje um enaltecimento dessa instituição, que é festejada e está em evidência nas políticas públicas, e é desejada pelos jovens.”

De fato, com as incertezas do modelo econômico neoliberal, a proteção social como um todo vem se esfacelando há algumas décadas, os direitos sociais estão flexibilizados e as garantias sociais estão se tornando cada vez mais mínimas, num ciclo cada vez mais perverso do capital. Nesse contexto de desmonte das políticas públicas, infere-se que:

[...] o Estado isentando-se dos deveres de prover o cuidado dos cidadãos, sobrecarrega a família, conclamando-a a ser parceira da escola e das políticas públicas, e a sociedade, atônita, na ausência de “lugares com calor”, elege-a como o lugar da proteção social e psicológica. (SAWAIA, 2010, p. 42).

Solange Maria Teixeira (2013) também comunga da premissa de que o Estado conclama a família a ser sua parceira, pois o mesmo não consegue prover as necessidades mínimas de sobrevivência das famílias.

No debate contemporâneo sobre a relação família e políticas públicas, vem-se

apontando que a família sempre desempenhou papel significativo na conformação da proteção social, constituindo-se ‘parceira’ do Estado, principalmente nos países de origem católica, em que o princípio da subsidiariedade da intervenção do Estado é aplicado, devendo este intervir apenas quando se exaurirem as capacidades protetivas da família; em outros casos, a família é a única possibilidade de proteção, dada a baixa cobertura da intervenção do Estado e da reduzida mercantilização da força de trabalho, como em alguns países latino-americanos. (TEIXEIRA, S. M., 2013, p. 28).

Dessa forma, o Estado se desresponsabiliza pelas políticas sociais. Com relação ao Brasil, este autor demonstra que:

[...] o Brasil chegou ao cenário da crise social e mudanças estruturais no mercado de trabalho da década de 1990, sem ter aprofundado as estruturas básicas do Welfare State, em que se estabelecia um notável equilíbrio entre as forças do mercado e sociedade, e se instauravam políticas sociais pautadas na universalização e equidade dos direitos sociais. (ALENCAR, 2010, p. 72).

O movimento de transferência de responsabilidade do Estado para as famílias é atualmente conhecido como ‘Familismo’. Miotto e Dal Prá (2015, p. 171) definem o conceito de familismo:

[...] como a perspectiva em que a política pública considera – na verdade insiste – que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros (Esping-Andersen, 2000). Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado e uma forte presença do mercado.

Nesse sentido, Solange Maria Teixeira (2013, p. 47) considera que “[...] o ‘familismo’ não pode ser confundido com pró-família, mas aponta haver nesta tendência uma maior responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, incentivado pelas políticas públicas.” A mesma autora aponta alguns avanços em relação ao reconhecimento das famílias com configurações diferenciadas, entretanto, ela confirma que ainda não se rompeu com o estereótipo de família.

Mesmo com os avanços do Código Civil e Constituição Federal de 1988, com o reconhecimento da pluralidade de organizações familiares – inclusive, daquelas denominadas famílias monoparentais femininas; as famílias que não constituem casal com filhos e as famílias cujo ‘chefe’ é uma mulher -, intensificação que vem contribuindo bastante para enfraquecer os estigmas sociais associados ao divórcio, à maternidade fora do casamento, às uniões livres, transformando muitas organizações familiares em situação de risco, em unidades merecedoras de serem apoiadas pelo estado, ainda assim não se rompe com o padrão de funcionalidade social e econômica esperado dessas famílias, principalmente no tocante aos papéis de proteção social. (TEIXEIRA, S. M., 2013, p. 90).

Em relação aos estereótipos de família, recentemente, foi aprovado pela Câmara dos Deputados de forma conclusiva o Estatuto da Família, Projeto de Lei (PL) n. 6.583/2013



(FERREIRA, A., 2013), que dentre outras alterações, propõe que o conceito de família seja “Art. 2º [...] a entidade familiar formada a partir da união de um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”<sup>8</sup>, fato que demonstra um retrocesso no que se refere à formação e constituição das famílias brasileiras, considerando que as famílias não são constituídas apenas pela união entre um homem e uma mulher. E as maiores prejudicadas são as famílias em situação de vulnerabilidade social. Guimarães e Almeida (2010, p. 129) apontam que “Entre as famílias pobres, as ameaças sempre foram mais presentes e o desemprego muito mais constante; contudo, num mundo de economia globalizada e pobreza regionalizada segundo as especificidades locais, elas são hoje mais duramente atingidas pelo desemprego.” Na mesma direção de análise dos autores acima, Alencar (2010, p. 63-64) informa:

Na ausência dos direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. Dessa forma, as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidade de seus membros. Na maioria das vezes, a responsabilidade recai sobre as mulheres, tornando-as responsáveis pelo cuidado dos filhos menores, dos idosos, doentes e deficientes, sobrecarregando-a ainda mais, considerando-se que grande parte das famílias são chefiadas por mulheres.

Com as transformações ocorridas no mundo contemporâneo, dentro da família, o Estado tem priorizado alguns seguimentos. Neste caso, a autora abaixo se refere às crianças:

Desde a crise econômica mundial que teve lugar em fins dos anos 1970, a família vem sofrendo transformações e sendo reconhecida como um importante agente privado de proteção social. Tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, bem como em boa parte do mundo, a estrutura familiar vem passando por mudanças profundas, é o que podemos chamar de Família Contemporânea. E a partir de tais transformações, começou-se a pensar no atendimento ao grupo mais vulnerável que faz parte da família: as crianças. Com isso, entram em cena as políticas de atendimento ao grupo familiar, como programas de redução da pobreza infantil, políticas de valorização das relações familiares, tentativas de diminuição dos riscos e desagregação familiar, dentre outras medidas de caráter preventivo e corretivo. (SARTORI, 2012, p. 210-211).

Ao priorizar apenas um segmento da família, as políticas fragmentam a oferta de serviços à família. José Filho (2002, p. 32), assim menciona:

A família ideal faz parte dos padrões culturais da nossa sociedade, pois envolve valores, normas e práticas que se manifestam mediante objetivo e formas de agir e de pensar, sendo estes transmitidos de geração em geração. E como um padrão

---

<sup>8</sup> Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 6.583, de 2013 (Apenso o PL nº 6.584/13). Substitutivo ao Projeto de Lei n. 6.583, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Autor: Deputado Anderson Ferreira. Relator: Deputado Diego Garcia. Tramitação: 1 set. 2015. p. 54.

cultural, faz com que as pessoas façam valer as normas estabelecidas e aqueles que não se enquadram dentro das normas são punidos por mecanismos disciplinares (comentários maliciosos, fofocas e outros) que agridem a individualidade, o respeito, a honra e a dignidade das pessoas.

Já Miotto (2010, p. 54) corrobora com a visão de José Filho ao afirmar:

Diante disso, pode-se afirmar que não é apenas por uma questão semântica que o termo “famílias desestruturadas” continua sendo de uso corrente. Cada vez mais ele é utilizado para nomear as famílias que falharam no desempenho de suas funções de cuidado e proteção dos seus membros e trazem dentro de si as expressões de seus fracassos, como alcoolismo, violências e abandonos. Assim, se ratifica a tendência de soluções residuais aos problemas familiares.

Outro fato marcante é que grande parte das famílias vulnerabilizadas são chefiadas por mulheres, haja vista a preferência dos programas sociais em colocar a mulher como referência da família, pois acredita-se que as mulheres podem fazer melhor uso do recurso financeiro do que os homens, sendo este apenas um dos argumentos. Para as autoras Moreira, Passos e Pereira (2012, p. 39), “Nas famílias monoparentais femininas, as mulheres buscam nas políticas públicas e nos programas sociais parceria e apoio material e simbólico para que possam realizar as tarefas de provedoras e de cuidadoras de suas crianças e adolescentes.”

No decorrer da história, as famílias sempre foram responsabilizadas pela provisão material, cuidado e proteção de seus membros, independente de não ter condições para isso. Nesse sentido, Miotto (2010, p. 51) coloca que pode haver uma diferenciação entre as famílias capazes e as incapazes, sendo que este último estereótipo de família quase sempre é alvo da intervenção do poder público. Para Yamamoto (2010, p. 265), “A capacidade da família prover as necessidades de seus membros encontra-se estreitamente dependente da posição que ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho.” Nesse ínterim, afirma-se que as famílias com menor escolaridade e qualificação tendem a ter mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e quando se inserem, a inserção se dá de forma precária, exercendo trabalhos informais ou ocupando subempregos.

Na ausência de um verdadeiro Sistema de Proteção Social é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. A partir da grave crise econômica estabelecida no início dos anos 1990, expressa no desemprego crescente, rebaixamento de salários, precarização das condições e relações de trabalho, desregulamentação de direitos sociais, observa-se uma fragilidade da família em dar conta dessa ampla gama de demandas sociais. O Estado, com isso, não pode simplesmente sobrecarregar as famílias, mas sim fornecer as condições mínimas para a sua sobrevivência, reputando-lhes papel central na elaboração de políticas públicas eficazes, ao torna-las alvo de políticas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país. (SARTORI, 2012, p. 250-251).

Nesse sentido, a formação da família brasileira sofreu muitas mudanças no decorrer da história, ganhando novas configurações, passando de um modelo de família nuclear para modelos mais abertos tais como famílias monoparentais, homoafetivas, chefiadas por mulheres, tendo como principais provedores do lar os/as avós, entre outros. Para Pereira (2010, p. 39), “As famílias, a partir dos anos de 1990, tornaram-se efêmeras e heterogêneas. Assumiram uma variedade de formas e arranjos, e exigiram revolucionárias mudanças conceituais e jurídicas.” Assim, o perfil das famílias brasileiras se encontra em profundas mudanças que ocorrem em relação ao lugar e ao tempo. Nesse sentido, a própria Política de Assistência Social deverá acompanhar as mudanças nas famílias para que o trabalho social possa ter sucesso em sua realização.

A mudança nas configurações familiares não está em evidência apenas no Brasil, segundo informação de Pereira (2010, p. 26):

Alguns países dão especial suporte material às famílias monoparentais com crianças e dependentes adultos. Outros incentivam a reinserção da mãe trabalhadora no tradicional papel de “dona-de-casa”, com o chamativo apelo da importância do cuidado direto materno na criação saudável dos filhos.

Como mencionado anteriormente, há uma tendência, principalmente, no que tange os programas de transferência de renda brasileiros de considerar as mulheres como a responsável familiar, pois consideram que as mulheres sabem gerir melhor o benefício, o que se confirma com a análise de Pereira (2010, p. 29),

Todos os Estados de Bem-Estar estiveram baseados em um modelo familiar, no qual as formas de proteção eram asseguradas por duas vias: uma, mediante a participação (principalmente masculina) do chefe da família no mercado de trabalho e a sua inserção no sistema previdenciário; outra, pela participação (em sua maioria feminina) dos membros da unidade familiar nas tarefas de apoio aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas.

Na realidade atual, tanto as mulheres casadas quanto as solteiras, participam ativamente do mercado de trabalho, estando presentes em inúmeras profissões. Porém, as mulheres possuem jornada ampliada no sentido que ao chegar em casa devem dedicar-se às tarefas domésticas e à criação dos filhos.

A visão idealizada da família acarreta uma sobrecarga de tarefas e expectativas sobre as mulheres e uma desresponsabilização dos homens, especialmente quando houve uma ruptura com o laço conjugal. Por outro lado, a visão idealizada da família produz uma desqualificação da família real, tratada como ‘desestruturada’, bem como uma culpabilização, especialmente das mães, pela situação das crianças e adolescentes. A família que vive em condição de vulnerabilidade é desqualificada e torna-se objeto de tutela e controle social. Nesse sentido, a política para a família deixa de ter efeito emancipatório, de promoção de autonomia e de cidadania, e gera

dependência e perpetuação de práticas assistencialistas. (MOREIRA; PASSOS; PEREIRA, 2012, p. 40).

Atualmente, outra configuração familiar bastante frequente são os/as avós chefes de família, as avós, principalmente, acabam assumindo o cuidado dos netos quando a família não se encontra em condições de manter a subsistência ou ainda em casos de divórcio, no qual a mulher acaba retornando para a casa dos pais. Para Vitale (2010, p. 96), “[...] o aumento do número de crianças que vivem com os avós é fato. A pobreza, o desemprego, o aumento da desigualdade social, a insuficiência das políticas públicas e sociais podem ter levado ao aumento de sua contribuição na rede familiar.”

Outro fato importante a destacar quando se fala de famílias que possuem o idoso como chefe da família é a questão do envelhecimento ativo. Atualmente, os idosos têm uma maior expectativa de vida e por isso tendem a assumir mais responsabilidades na família. Vitale (2010, p. 99), aponta: “[...], com o alargamento da expectativa de vida, pode-se passar boa parte da vida adulta na condição de avós, tios-avós e bisavós.”

Com relação à junção de famílias, quando estas voltam a morar juntas significa que estão em busca de proteção e também uma estratégia de sobrevivência. E ainda segundo essa mesma autora:

As novas dimensões da vida familiar – tais como as mudanças nas relações de casamento e monoparentalidade – parecem também colocar em evidência muito mais os laços intergeracionais e destacar a presença de avós nas cenas familiares. Nas famílias pobres, isto se aguça: a vulnerabilidade vivida pela família impede, tanto para os membros mais jovens como para os idosos, movimentos na direção de maior autonomia. Por sua vez, essas famílias, desprovidas de proteção social, têm necessidade de incrementar as trocas intergeracionais para responder às exigências dos diversos momentos de seu ciclo de vida. Os avós, como já apontado, participam ativamente dessas trocas. (VITALE, 2010, p. 100).

José Filho (2002) considera que uma das funções principais desenvolvidas pelas famílias é a função reprodutora das relações sociais, ou seja, é por meio dela que o indivíduo conseguirá estabelecer relações dentro da sociedade.

Para entendermos o grupo familiar é de suma relevância considera-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve. Uma consideração importante é que independente de sua forma, a família constitui-se em torno de uma necessidade material: a reprodução biológica ela promove também a reprodução social: é na família que os indivíduos são educados para que venham a continuar, biológica e socialmente, a estrutura familiar. É por isso que ela ensina aos seus membros como se comportar fora das relações familiares em toda e qualquer situação. A família é pois, “construtora” do cidadão. (JOSÉ FILHO, 2002, p. 26).

Diante das transformações que a família brasileira vivencia, considerando os

rebatimentos da precarização do trabalho na vida delas e ainda o baixo investimento nas políticas públicas, as famílias vêm sofrendo cada vez mais por não conseguirem manter sua função protetiva e prover as necessidades mínimas aos seus membros.

Essa tendência se acirra e se legitima no Brasil a partir da chegada da concepção conservadora, encampada pelo ideário neoliberal na Europa e nos Estados Unidos, a qual afirmava que a sociedade e a família teriam, desde então, papéis decisivos na redução das desigualdades sociais e ao Estado caberia os ‘mínimos sociais’. Com a crise do modelo de Welfare State a partir dos anos 1980, essa situação se torna cada vez mais comum em países como o Brasil. Com isso, o governo Collor de Mello inaugura, juntamente com a abertura econômica, a entrada do neoliberalismo na agenda social brasileira e seu sucessor reafirma ainda mais tais ideais, ao deixar a cargo do Estado somente as questões sociais básicas, como foi o caso da criação do Bolsa-Escola, dentre outros programas sociais, no referente período. (SARTORI, 2012, p. 213).

Foi neste cenário complexo que a política de assistência social nasceu, porém, teve quase uma década de adormecimento, executando apenas programas focalizados. É claro que muito tem-se para avançar no trato com as famílias dentro dos serviços de assistência social, pois, ao priorizá-la também se corre o risco de culpabilizá-la. Para Solange Maria Teixeira (2013, p. 111),

Sem dúvida, há uma perspectiva de avanço nessa inserção das famílias na política de Assistência Social, uma vez que não há apenas uma responsabilização, mas oferece uma contrapartida pública em programas, projetos, benefícios e serviços que visam fornecer os meios necessários, inclusive renda e serviços socioeducativos e assistenciais, para que esta desempenhe seu papel, ou execute melhor esses papéis. Contudo, parte-se sempre do pressuposto de um papel ideal e universal da família, aquele protetivo (das funções especializadas na formação da personalidade, educação e socialização, tal como definidas por Parsons, como típicas da família nuclear) que deve ser incentivado e cumprido pelas famílias. Portanto, uma imagem idílica e romântica.

Nesse sentido, é possível o empoderamento dessas famílias através de um profícuo trabalho social com famílias, visto que, nos dizeres de Solange Maria Teixeira (2013, p. 85) “[...] o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção.” Porém, o trabalho social numa perspectiva emancipatória se encontra na contracorrente, pois é contrário ao que é pregado e instituído pelo capital, mas não é impossível de ser realizado. Nesse sentido, desvendar este cenário às famílias se faz urgente.

Couto, Yazbek e Raichelis (2012) apontam algumas questões que precisam ser revisitadas e melhor trabalhadas pelos profissionais, são elas: romper com os estereótipos de modelo de família; atendimento das necessidades sociais básicas para que as famílias possam exercer a função protetiva e garantir desenvolvimento pleno a seus membros; romper com o

caráter moralizador e disciplinador, próprio do padrão burguês, no trabalho social com famílias; e por fim, necessidade de compreender as famílias como pertencentes a uma classe social. Os profissionais também devem considerar:

A noção de autonomia das famílias não se restringe à busca de respostas e soluções dos problemas por si mesmas, em especial mediante recursos internos, implica no desenvolvimento da capacidade de discernir as mudanças possíveis de serem realizadas no âmbito dos grupos familiares e de suas redes daquelas que exigem o engajamento deles, organizados em coletivos, em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações mais gerais e a efetivação de direitos. Assim, envolve capacidade de opinar, escolher, decidir e agir intencionalmente, mediante suportes oferecidos, capacidades construídas, situações refletidas, informadas, debatidas, devendo ser esses os objetivos da educação que visam a emancipação. (TEIXEIRA, S. M., 2013, p. 181).

De acordo com o exposto, as famílias se tornaram no decorrer das décadas do século XX e XXI, público prioritário das políticas públicas. O movimento de se voltar à família foi não só reforçado como também imposto pelo Estado devido ao desmonte dos direitos sociais e em decorrência das políticas públicas que no Brasil nunca chegaram a se efetivar na íntegra de fato. Dessa forma, as famílias se veem como responsáveis pelo provimento de seus membros, seja como promotora da educação, seja como promotora de saúde, emprego, entre tantos outros fatores.

A política de assistência social está imbricada nesse contexto, devido ao seu objetivo de proteger e promover as famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, a política de assistência social enfrenta um momento desfavorável para se afirmar na defesa dos direitos sociais e das famílias, pois a lógica do mercado em parceria com o Estado é de desmonte. Nesse sentido, priorizar as famílias na política de assistência social requer ir além do simples acompanhamento e inclusão em programas de transferência de renda, requer priorizá-las no sentido da emancipação social.

Dessa forma, o maior desafio é tornar as famílias realmente como sujeitos de direitos e cidadãs de fato. Entretanto, não é tarefa fácil, assim, nos dizeres de José Filho (2002, p. 76):

A educação para a formação da cidadania é um processo lento e profundo que poderá levar gerações para se perpetuar concretamente dentro do espaço social. A dimensão de construção é muito ampla e longa, pois trata-se de construir “gente”, além de meros trabalhadores treinados e alienados, estamos falando de construir “pessoas” informadas e conscientes de sua situação e condição dentro da sociedade a qual lhe atribui direitos e deveres sociais.

É neste sentido que o assistente social poderá contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária, visando alargar os direitos sociais dentro do capitalismo que se

configura como um movimento na contra-mão do que está posto e a política de assistência social poderá contribuir nesse processo.

## **CAPÍTULO 3 A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

*“Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” Paulo Freire*

O capítulo que se inicia buscará refletir sobre a dimensão socioeducativa do trabalho profissional e suas interfaces na contemporaneidade, trazendo para a discussão desta dimensão a metodologia de educação popular como ferramenta de grande importância para o trabalho com a classe trabalhadora, como forma de aproximação da realidade vivida pela classe subalternizada. Outro tema de grande importância que se buscou trabalhar de forma sintética, devido aos limites desse trabalho e por não ser o objeto da pesquisa, é a materialização do projeto ético-político do Serviço Social que trouxe contribuições relevantes para se pensar a dimensão socioeducativa e os valores nela embutidos.

### **3.1 O processo educativo como base do trabalho profissional: a dimensão socioeducativa em evidência**

O trabalho socioeducativo se configura como uma das possibilidades do trabalho profissional e a dimensão socioeducativa pode perpassar todo o fazer profissional em suas diversas dimensões: técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. Buscar-se-á discorrer sobre os diversos tipos de trabalho educativo presentes no cotidiano profissional no decorrer da criação da profissão. Assim, será abordada a função pedagógica exercida pelos assistentes sociais tanto a de matriz conservadora, ainda presente no cotidiano profissional, e também a de matriz emancipatória de clara influência e inspiração marxistas que é hegemônica na profissão, visto que ampara o Projeto Ético-Político (PEP). Nesse sentido, Yazbek (2009, p. 69) aponta:

As ações profissionais dos assistentes sociais apresentam duas dimensões: a prestação de serviços assistenciais e o trabalho socioeducativo, sendo que há uma tendência histórica a hierarquizar a ação educativa em face do serviço concreto. Na realidade, é pela mediação da prestação de serviços sociais que fazem parte do cotidiano de sua ‘clientela’. Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão educativa (e política/ideológica) da profissão, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o ‘cliente’ em termos de sua forma de inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas. Neste sentido, a dimensão socioeducativa ‘não é algo que seja exterior à prestação de serviços materiais, mas sim algo que lhe é inerente e que lhe dá sentido e direção’ (Batistoni, 1989: 7).



Mioto (2006 apud LIMA, 2006, p. 47) aponta três processos interventivos fundamentais dentro do Serviço Social e dentro destes se encontra a dimensão educativa profissional, visto que essa perpassa todos os momentos de atuação profissional, como afirmou Yazbek (2009).

Em primeiro lugar, mas não necessariamente sendo o mais importante, estão os processos político-organizativos. Estes correspondem ao conjunto de ações profissionais como a mobilização e assessoria que objetivam a participação política e a organização da sociedade civil, visando a garantia de direitos e o exercício do controle social (MIOTO, 2006 apud LIMA, 2006, p. 47). Para Gadotti (2001, p. 156),

A tarefa do educador é motivar para a participação, é criar canais de participação e de comunicação. Isso porque o regime educou (domesticou) grande parte da população para a não-participação. Arvorando-se em único intérprete dos interesses da sociedade, marginalizou sistematicamente toda a população das decisões.

No segundo momento, a autora apresenta os processos de planejamento e gestão que se referem às ações profissionais enquanto ocupantes de cargos gerenciais e administrativos no âmbito das políticas sociais, instituições e empresas. Essas ações envolvem o planejamento e gestão do Serviço Social e também seus processos interventivos (MIOTO, 2006 apud LIMA, 2006, p. 47).

E por fim, a autora considera os processos socioassistenciais que se relacionam com o conjunto de ações profissionais direcionadas à intervenção direta com os usuários dentro das instituições (MIOTO, 2006 apud LIMA, 2006, p. 47). Esses últimos são os mais requisitados profissionalmente pelos demandantes do trabalho do assistente social. Ambos processos estão permeados pela dimensão socioeducativa, pois esta dimensão se faz presente em todos os momentos do fazer profissional.

Historicamente, o Serviço Social foi marcado por dois tipos de práticas educativas. A primeira remonta à concepção conservadora do Serviço Social, pautada nas elaborações de Mary Richmond com a proposta de “ajuda psicossocial individualizada” com vistas ao ajustamento do indivíduo à sociedade. Dentro desta primeira vertente, tem-se também a influência da Igreja Católica com a filosofia neotomista. Ambas trouxeram profundas marcas ao Serviço Social brasileiro. A segunda relaciona-se à participação popular marcada pela resistência política ao regime ditatorial (ABREU; CARDOSO, 2009).

Em relação à primeira concepção de prática educativa, além da influência de Mary Richmond com a proposta de ajuda psicossocial que considerava as expressões da Questão

Social como problema individual, houve experiências anteriores na Europa, especialmente na Inglaterra, visando a educação familiar que abrangia questões de higiene e saúde (MARTINELLI, 2005), o que era extremamente invasivo na vida das famílias pobres, pois objetivava-se que as famílias tivessem um único padrão de organização e este padrão era o exercido pela classe dominante<sup>1</sup>. Para Abreu (2004, p. 46),

Entende-se que a função pedagógica da prática do assistente social, na sociedade capitalista, vinculada aos processos político-culturais na luta pela hegemonia, objetiva-se a partir de estratégias educativas, aqui identificadas como propostas subalternizantes envolvendo a pedagogia da “ajuda” e da “participação” e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.

Esse padrão de organização das famílias teve seu aporte na doutrina do americanismo, com fortes traços tayloristas. A organização da produção das fábricas passou a influenciar sobremaneira o convívio mais íntimo das famílias, com forte apelo ao controle dos comportamentos, tais como o consumo de álcool, por exemplo, pois precisava de empregados que pudessem render o máximo de lucro ao capital e estando sob o efeito do álcool isso não aconteceria. Em outras palavras, Abreu (2004, p. 50) orienta:

O Serviço social institucionaliza-se como parte constitutiva das estratégias de controle social, via racionalização da assistência social, nos moldes tayloristas, integrado aos processos de reorganização e difusão do americanismo como cultura e hegemonia. Deste modo, essa profissão inscreve-se em diferentes processos de trabalho, submetida ao campo de influência da racionalização taylorista, ao mesmo tempo em que, como partícipe do processo de racionalização e tecnificação da assistência social, contribui para difundir esse modo de organização e disciplinamento das relações sociais no âmbito da reprodução social.

Uma das marcas do americanismo como doutrina foi a criação do Estado de Bem-Estar Social que se expandiu após o término da Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Para Abreu (2004, p. 50), “[...], o Serviço Social desenvolve-se como profissão de cunho eminentemente educativo, sustentada, principalmente, nas influências pedagógicas do taylorismo e da filosofia neotomista.” O taylorismo associado ao neotomismo forma a base de justificação teórico-ideológica da função pedagógica do assistente social e de todo o seu arcabouço técnico-operativo (ABREU, 2004). Para a referida autora, o taylorismo assume as seguintes características:

---

<sup>1</sup> As terminologias classe dominante, classe subalterna, intelectual orgânico, hegemonia e dominação utilizadas no decorrer deste trabalho estão embasadas na perspectiva gramsciana. Antonio Gramsci foi um intelectual italiano que pesquisou o Estado numa perspectiva ampliada (envolvimento de vários atores) e devido a isso é bastante utilizado no Serviço Social quando se refere ao trabalho educativo das classes, envolvendo a categoria hegemonia, pois toda hegemonia supõe dominação e um tipo de educação dela decorrente.

[...] cooperação entre patrões e trabalhadores; máxima produtividade como garantia de prosperidade para patrões e trabalhadores; aceitação pelo trabalhador da elevação do tempo e ritmo de trabalho como única possibilidade de melhoria das condições de vida; máximo empenho e desempenho individual, como primado na composição do processo coletivo de trabalho. (ABREU, 2004, p. 51).

Dentro da visão de mundo taylorista, cuja influência se manteve por muitos anos dentro das empresas, desenvolveu-se uma forma própria de hegemonia. O Serviço Social, principalmente no Brasil, institucionalizou-se prestando uma determinada assistência educativa, baseada nos princípios tayloristas citados acima. Para tanto, de acordo com Abreu (2004), a pedagogia da ajuda e da participação perpassaram o Serviço Social no decorrer dos anos.

A pedagogia da “ajuda” e da “participação” respondem resumidamente a formas de ideologização da assistência como “assistência educativa”, tendendo a fetichização desta modalidade interventiva. Tais estratégias pedagógicas tendem a dissimular as formas de reprodução do trabalhador nos limites precários da política social, portanto deslocadas das relações salariais, limites esses impostos pelas necessidades de reprodução do capital e do seu controle sobre o trabalho e, conseqüentemente, da manutenção deste mesmo trabalhador e sua família em permanente estado de necessidade em relação aos meios de sua subsistência física. (ABREU, 2004, p. 52).

De acordo com Abreu (2004), os perfis pedagógicos subalternizante e emancipatório tem sido tensionados a partir dos anos de 1990, devido ao enfrentamento da crise mundial do capital com o neoliberalismo. Essa crise do capital provocou mudanças significativas na função pedagógica do assistente social na organização/reorganização da cultura. No que se refere às classes subalternas, de acordo com Yazbek (2009, p. 26):

A subalternidade diz respeito à ausência ‘de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção’ (Almeida, B., 1990:35). A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

Conforme apontado pela autora acima, na sociedade capitalista, predominam os interesses da classe dominante, visto que esta detém o poder. Nesse sentido,

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experimentam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade. (YAZBEK, 2009, p. 27).

Por isso, a classe subalterna tem grande aceitação aos novos projetos da classe dominante e buscam se adaptar a eles como se fossem legítimos e necessários à sua sobrevivência. À crise ora mencionada (crise do Estado de Bem-Estar e em consequência do taylorismo) foi dado como resposta a implantação do toyotismo/ohnismo como forma de racionalização da produção e de trabalho em detrimento do taylorismo. A nova racionalização tem como característica o investimento em disputa entre os trabalhadores, exacerbando o individualismo, ou seja, cada um defendendo o seu espaço de trabalho, contribuindo para a perda da dimensão coletiva da luta geral dos trabalhadores. Como os assistentes sociais também são trabalhadores, isso afeta diretamente o trabalho profissional como trabalhador e como intelectual orgânico.

Em relação a categoria intelectual orgânico, cuja raiz se encontra em Antonio Gramsci, o qual afirma que “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1968, p. 7). O autor pondera que dentro de cada classe social existem vários intelectuais que dominam determinada atividade seja econômica, social ou política e estes criam ou capacitam estes intelectuais, por isso serem considerados orgânicos. De acordo com o autor,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens; deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (GRAMSCI, 1968, p. 3-4).

O empresário, representante da classe dominante, deve possuir capacidade técnica para organizar a produção ou ao menos deve saber escolher homens que vão organizar a produção de acordo com sua forma de pensar e refletir a produção na sociedade, que na verdade é o acúmulo de riqueza. Gramsci (1968) continua sua explicitação.

Cada grupo social ‘essencial’, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais

complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 1968, p. 5).

Dentro da categoria intelectual, tem-se o intelectual orgânico abordado acima e o intelectual tradicional. Para Silva e Poltronieri (2015, p. 69),

O intelectual tradicional apresenta-se como um ser dotado de relativa autonomia em relação às principais classes de dada sociedade, uma vez que consegue sobreviver mesmo quando o modelo de produção vigente é superado e ultrapassado por outro. Tal intelectual possui uma grande tradição cultural e caracteriza-se por suas posturas conservadoras. Dentre os tipos mais conhecidos dos intelectuais tradicionais, podemos citar os professores, os clérigos, os padres, os administradores.

A classe dos eclesiásticos ou clérigos é um dos grupos sociais considerados essenciais que não se modificou nem mesmo com a mudança de sistema de produção do feudalismo para capitalismo, pois até os dias atuais são considerados como membros da elite econômica. Em suma, na visão de Giaqueto (2015, p. 23),

O intelectual em Gramsci é, portanto, a figura que tem por função realizar o movimento entre concepção de mundo e contexto histórico-social, procurando estimular formas organizativas que permitam que a ação se desenvolva. O intelectual orgânico é, na perspectiva gramsciana, qualquer pessoa que possui uma capacidade técnica especial e conhece os elementos de organização e do pensamento de uma classe social.

Para Iamamoto e Carvalho (2004, p. 88), “Na atividade intelectual podem-se distinguir diferentes graus: ‘os criadores de valores, das ciências, artes e filosofia’ e os ‘administradores e divulgadores da riqueza intelectual existente, tradicionalmente acumulada’.” De acordo com a autora, são dois grupos distintos de intelectuais, os que criam e os que divulgam a criação, os valores e a cultura acumulada.

Iamamoto e Carvalho (2004) entendem que os profissionais do Serviço Social exercem a função de intelectuais, pertencentes ao segundo grupo que trabalharia no sentido de difusão do acúmulo intelectual e cultural produzido pela sociedade.

Trata-se do ‘organizador, dirigente e técnico’ que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado. Posto que se expressa uma identidade pela consciência e pela prática com essas classes, são orgânicos, organicidade que é tanto maior quanto mais íntima a conexão com uma classe fundamental (burguesia ou proletariado). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 87).

De forma mais aprofundada, a autora aborda os instrumentos básicos utilizados pelo assistente social para realizar o trabalho social como intelectual, mas não no sentido de produzir conhecimento científico.

O Assistente Social, que na sua qualidade de intelectual tem como instrumento básico de trabalho a linguagem, poderia ser caracterizado nesse segundo grupo. Historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a intervenção na realidade, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-se à realidade social para subsidiar sua prática. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 88).

Entretanto, apesar da constituição histórica do Serviço Social como profissão estar voltada a intervenção na realidade embasada em conhecimentos produzidos por outras categorias, no decorrer dos últimos anos a produção do conhecimento no Serviço Social tem aumentado significativamente. Os assistentes sociais podem ser ou não intelectuais orgânicos. Conforme as autoras a seguir,

[...] não podemos generalizar ao ponto de afirmarmos que todos os Assistentes Sociais são intelectuais orgânicos. Pois não são todos os profissionais que atuam de modo a organizar, direcionar e dirigir seus usuários. Temos aqueles que são passíveis e messiânicos, não articulam de modo a contribuir na tomada de consciência da população atendida e ainda cooperam na veracidade do senso comum. É importante ressaltar que o intelectual orgânico não é aquele que atua em benefício da população dominada, o intelectual orgânico é aquele que independente do seu espaço institucional ou de sua profissão, atua na defesa de uma ideologia. (SILVA; POLTRONIERI, 2015, p. 82).

Independente do espaço de atuação do assistente social, ele é chamado a exercer uma atividade educativa, seja de caráter conservador ou emancipatório, dependendo da orientação de cada profissional.

Nesta discussão apreende-se o Serviço Social na dinâmica da sociedade, como uma profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora. (ABREU, 2004, p. 44).

Corroborando com a visão de Abreu (2004), Giaqueto (2015, p. 17) afirma que “Qualquer que seja o espaço de atuação do assistente social, ele é um profissional que tem um papel essencial visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa, atuando com as classes trabalhadoras.”

Outra categoria muito presente nas elaborações gramscianas é a hegemonia. Quando se fala em hegemonia, supõe-se dominação, ou seja, algo ou alguma coisa é dominante ou hegemônico sobre outra. Entretanto, para Abreu (2004, p. 45),

Hegemonia na análise gramsciana refere-se não apenas à função de domínio, mas, fundamentalmente, à função de direção intelectual e moral que uma classe ou frações de classe imprime ao conjunto da sociedade, mediante processos coercitivos

e persuasivos, em que a ideologia (como concepção de mundo) é elemento central. A construção da direção intelectual e moral materializa-se em cultura, na medida em que ocorre a transformação de ideologias em ações vitais, mediante formação de subjetividades e normas de conduta individual e coletiva – aqui entendidas como componentes moleculares da cultura. Assim, na luta pela hegemonia, distinguem-se processos contraditórios de organização/reorganização da cultura em permanente confronto.

Assim, na luta pela hegemonia, os assistentes sociais estão envolvidos em processos que organizam a cultura. Para tanto, utilizam-se da função pedagógica da profissão que pode estar voltada à pedagogia da ajuda e da participação ou visando a construção de uma pedagogia emancipatória.

A pedagogia da “ajuda” e da “participação” respondem resumidamente a formas de ideologização da assistência como “assistência educativa”, tendendo a fetichização desta modalidade interventiva. Tais estratégias pedagógicas tendem a dissimular as formas de reprodução do trabalhador nos limites precários da política social, portanto deslocadas das relações salariais, limites esses impostos pelas necessidades de reprodução do capital e do seu controle sobre o trabalhador e sua família em permanente estado de necessidade em relação aos meios de subsistência física. (ABREU, 2004, p. 52).

Quanto à questão da pedagogia da emancipação que iniciou seu percurso de legitimação na profissão com o Movimento de Reconceituação, principalmente com a perspectiva Intenção de Ruptura, Abreu (2004) aponta duas dimensões acerca de uma pedagogia emancipatória.

A primeira refere-se ao horizonte da cultura do bem-estar. Nessa primeira tendência, a autora destaca as propostas de fortalecimento do usuário, mediante a relação sujeito/recurso e não nas relações de poder numa perspectiva de classe. Visam a politização do usuário em relação a sua realidade de vida, bem como a publicização quanto aos recursos institucionais, ou seja, relaciona-se aos pressupostos da cidadania regulada, apoiada na intervenção estatal com fortes traços do Estado de Bem-Estar Social como modelo ideal de cidadania (ABREU, 2004).

Já a segunda dimensão que é a superação da ordem capitalista, está vinculada às lutas emancipatórias, nas quais a autora menciona como exemplos os orçamentos participativos e o protagonismo dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (ABREU, 2004). Esta segunda vertente, tem sido encampada por grande parte da categoria profissional, inclusive dando base à construção do Projeto Ético-Político profissional, como será visto no item 3 do presente capítulo.

A intervenção do assistente social na realidade está baseada na conquista e manutenção de direitos dentro da ordem social estabelecida, é claro, com vistas à

emancipação humana, porém, buscando fortalecer espaços de legítima participação social, contribuindo para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. O termo cidadania é utilizado com frequência por várias correntes filosóficas, para a teoria liberal (Kant, Hobbes, Rousseau, etc) e também pela esquerda democrática. Para a primeira corrente, nos dizeres de Tonet (2005, p. 472), “[...] os homens são iguais e livres por natureza. As desigualdades seriam apenas o desdobramento da igualdade e da liberdade naturais.” Ou seja, a desigualdade é algo natural e ainda conta com o Estado como forma de mantê-la, em nome da ordem. Para a esquerda democrática, “[...] a cidadania é sinônimo de socialidade e de que as formas concretas da cidadania seriam apenas manifestações datadas daquela 'condição humana' essencial.” (TONET, 2005, p. 474). Em ambas as concepções, não se faz referência à superação da ordem vigente, ou seja, a superação do capitalismo e o trabalho assalariado.

Para Tonet (2005, p. 474), “No caso concreto da sociabilidade capitalista, existe, na perspectiva marxiana, uma relação indissolúvel entre sociedade civil (o momento das relações econômicas) e a emancipação política (o momento jurídico-político), da qual fazem parte a democracia e a cidadania.” Ainda de acordo com o mesmo autor, “[...] cidadão é, por sua natureza, sempre homem parcial. O homem em sua plenitude está necessariamente para além da cidadania.” (TONET, 2005, p. 475).

Dessa forma, a intervenção do assistente social nesse processo de ampliação da cidadania, entendendo a cidadania de forma limitada, buscará fortalecer espaços para a discussão das diversas políticas públicas, visando a melhoria das condições de vida dentro da sociabilidade capitalista. Para Iamamoto (2007b, p. 122), “[...] a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade.” A autora coloca:

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (IAMAMOTO, 2007b, p. 40).

O trabalho do assistente social se pauta no conhecimento da realidade e gera um tipo de intervenção que deve priorizar a ação socioeducativa com vistas à emancipação do ser humano, pois, os usuários do Serviço Social, em sua maioria, não têm seus direitos sociais garantidos devido ao desconhecimento deles que os impede de acessá-los, são fragilizados



pela apropriação indevida, pela classe dominante de parte dos direitos que deveriam ser de acesso de todos os cidadãos, por isso, a própria educação em alguns momentos funciona como forma de alienação, na medida em que está voltada para a manutenção da ordem. Nesse sentido, Maria Lúcia Silva (1999, p. 114) aponta: “Os usuários do serviço social em geral não tem acesso ou domínio do conhecimento sobre os seus direitos (civis, políticos e sociais), a lógica a partir da qual esses se estruturam e os meios de exercê-los. O resultado é que não acessam, nem usufruem desses direitos.”

Na visão de Yamamoto (2010, p. 277), complementando a citação de Maria Lúcia Silva, a autora informa:

Para um compromisso com o usuário, é necessário romper as rotinas e a burocracia estéreis; potencializar as coletas de informações nos atendimentos, pensar a reorganização dos planos de trabalho, tendo em vista as reais condições de vida dos usuários; e articular as ações profissionais com as formas de representação coletivas dos usuários e com os recursos institucionais disponíveis.

De acordo com Torres (2009, p. 204), “A origem do Serviço Social é marcadamente histórica, e sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho está intrinsecamente articulada às formas assumidas pelos embates da classe social subalterna com o bloco do poder no enfrentamento da questão social.” É nesse sentido que o assistente social deve reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora, embasados no Projeto Ético-Político (PEP).

O assistente social deve conduzir o usuário de seus serviços a um caminho próprio, rumo a sua emancipação social e política. Investir no trabalho socioeducativo é dar oportunidade ao usuário de crescer e se desenvolver, reconhecendo-se como ser social inserido numa realidade carregada de inúmeras determinações.

É na tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e contraditórios, dos quais não é possível abstrair ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 268).

Dentro do trabalho socioeducativo, o usuário não é mero receptor das ações e sim, o protagonista das intervenções realizadas. Este trabalho caracteriza-se pela visão de educação popular, na qual o profissional atua como facilitador das ações realizadas. Cabe ao assistente social instrumentalizar as ações dos usuários, democratizando informações para melhor prepará-los para tomar decisões em todos os momentos como cidadão. Para Sarreta (2009, p. 61), “[...] a prática educativa é inerente à atividade profissional do assistente social, que acumula experiências na dinamização de ambientes coletivos, na realização de grupos, na

democratização dos espaços institucionais [...].”

É importante ressaltar que existe também a ação educativa que visa a manutenção da subalternização da classe trabalhadora e esta é uma característica de governos autoritários. Por isso, deve-se pensar:

[...] os nossos cidadãos em situação de vulnerabilidade social possuem precário ou mesmo nulo acesso aos serviços públicos que as políticas públicas ofertam no campo da saúde, habitação, educação, cultura etc., são privados também do desenvolvimento de suas capacidades substantivas. São destituídos igualmente de frequentar os espaços e fóruns públicos de interlocução política, o que também os impede do uso real de suas liberdades substantivas (SEM, 2000). Não possuem voz e vez na expressão política de seus interesses e demandas. Há uma redução de oportunidades para acumular capital social e cívico. (CARVALHO, M. C. B., 2014, p. 25).

O assistente social pode utilizar da dimensão socioeducativa, por meio da Educação Popular em todos os tipos de intervenções, seja individual ou grupal, seja dentro da instituição em que trabalha ou em visita domiciliar, pautando-se sempre nos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional: liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2005).

Para Torres (2009, p. 222), a prática da educação popular

Requer do assistente social uma leitura fundamentada do projeto ético-político, da realidade social constitutiva do exercício profissional. [...]. Essa abordagem estabelece a necessidade do assistente social reconhecer as demandas postas para o atendimento social e a formulação e a construção das respostas profissionais de caráter crítico-analítico, articuladas as condições objetivas de vida do usuário e a realidade social.

Na abordagem individual, quando o profissional se utiliza da perspectiva socioeducativa, ele trata as múltiplas situações colocadas pelos indivíduos como espaço de reflexão da realidade social, procurando analisá-las num contexto mais amplo de sociedade dentro do atual momento histórico. Para Maria Lúcia Lopes da Silva (1999, p. 114), “[...] a informação transmitida possibilita ao usuário sua identificação com classes e grupos sociais existentes na sociedade, estimulando-o participar dos processos e ações coletivos em defesa de seus interesses.” A democratização das informações referentes aos direitos sociais faz com que os assistentes sociais desenvolvam um trabalho diferenciado, é como se “retirasse a venda dos olhos dos usuários”, proporcionando a eles acesso básico aos direitos de cidadania. Nessa compreensão, para Maria do Carmo Carvalho (2014, p. 25),

[...] o trabalho social se compõe de um conjunto de processos e estratégias de informação, mobilização, advocacia social, organização e participação da população, articulado a um conjunto de metas e ações que promovam tanto resultados e ganhos

de inclusão via acesso a serviços básicos fundamentais, como também o desenvolvimento de capacidades substantivas dos sujeitos.

Quanto à abordagem grupal, de atuação mais ampla, permite maior interação entre os indivíduos, contribui para a discussão de ideias e traz a noção de coletividade. Entretanto, este tipo de trabalho muitas vezes não é requisitado e/ou apoiado pela instituição, pois não é interessante que os indivíduos sejam orientados em relação aos seus direitos e que eles se unam e se reconheçam enquanto classe trabalhadora, o que seria o ideal. Com os indivíduos mais esclarecidos sobre seus direitos, eles se tornarão mais críticos diante dos serviços prestados pelas políticas sociais públicas e poderão lutar por melhorias de condições de vida e quiçá pela emancipação humana. Para Martinelli (2005, p. 151),

Assumindo sua dimensão social e despojando-se de pensamentos corporativistas, a prática social emancipada, livre da alienação, deve fortalecer-se cada vez mais, não só através da maior coesão da categoria profissional, mas também através de sólidas e consistentes alianças com as classes populares, com outras categorias profissionais e com todos os segmentos sociais cuja prática contenha um firme desejo revolucionário e uma convicção de que as pessoas são capazes de transformar a realidade, como seres históricos-sociais e membros de uma classe articulada.

Torres (2009) aponta que o assistente social pode criar espaços de intervenção no sentido de valorizar a participação dos usuários. Assim, “[...] ao mesmo tempo em que a organização determina o que é atribuição do assistente social, o profissional pode também propor alternativas interventivas com base na análise das condições objetivas de vida do usuário, no conhecimento da realidade social.” (TORRES, 2009, p. 217).

Para finalizar este item, o Serviço Social se inscreve na divisão sociotécnica do trabalho como uma profissão de caráter educativo. A dimensão educativa da profissão volta-se para a defesa e a orientação das classes subalternas que são espoliadas de seus direitos e deveres, pois a classe dominante detém o poder fazendo com que um direito se torne um favor. Esta classe busca manter-se no poder para continuar a exploração do trabalhador e extrair o lucro de seu trabalho. Dessa forma, se os trabalhadores são submissos e alienados de seus direitos, os serviços prestados à população podem continuar a ser precarizados e as políticas sociais em geral podem continuar a ser desmontadas sem ao menos que os trabalhadores saibam.

O trabalho do assistente social na dimensão socioeducativa se fortalece na medida em que o projeto ético-político se materializa dentro da categoria profissional e espraia pelo cotidiano do/a assistente social, fortalecendo projetos societários voltados para a transformação social com vistas à emancipação dos indivíduos. Dessa forma, a Educação

Popular contribui com as propostas do projeto ético-político, favorece e qualifica a intervenção profissional na direção do trabalho social com famílias.

### **3.2 Contribuições da educação popular para o trabalho profissional**

O Serviço Social é uma profissão que tem como foco de intervenção as expressões da questão social. No trato dessas expressões é que o seu trabalho incide sobre a ótica da formação da cultura, ou seja, o modo de viver das pessoas em sociedade ou em família. Sob esse aspecto, o trabalho profissional pode ter intervenções positivas ou negativas, pensando sempre para qual formação está contribuindo.

Antes de adentrar mais especificamente nas contribuições da educação popular para se trabalhar com a população usuária do Serviço Social, os trabalhadores (as) subalternizados (as), será realizada uma reflexão sobre a formação humana integral. Nesse sentido, considera-se a educação popular como propulsora de atividades humanas emancipatórias dentro do sistema de produção capitalista. De acordo com Tonet (2005, p. 478), a essência da atividade educativa consiste em:

[...] em propiciar ao indivíduo e apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade, contribuindo, assim, para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir face ao novo de um modo que contribua para a reprodução do ser social, que se apresenta sempre sob uma determinada forma particular.

De acordo com Freire (1981), todos os homens têm algum tipo de saber, porém, relativo a algo, valorizar este saber e aprofundá-lo se torna urgente na sociedade atual.

O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber e nem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância. (FREIRE, 1981, p. 15).

Para Tonet (2005), existem alguns requisitos para a prática de atividade educativa emancipadora. O primeiro deles é o conhecimento sólido e profundo da natureza da emancipação humana. Para o referido autor, “É preciso ter clara a distinção entre cidadania e emancipação humana e argumentos sólidos que permitam sustentar uma convicção profunda de que este último constitui um fim possível (não apenas desejável) e superior.” (TONET, 2005, p. 479).

O segundo requisito refere-se ao processo histórico real, a importância de conhecer a sociedade como um todo e as formas de funcionamento do capital que gera uma forma específica de sociabilidade. Segundo o autor, “É preciso conhecer, pelo menos em linhas gerais, o processo histórico humano e especialmente a realidade do mundo atual (capitalista), a lógica do capital que o preside e a natureza da crise em que está mergulhado o mundo hoje.” (TONET, 2005, p. 480). De acordo com Abreu (2004, p. 45),

Em tese, sob o ponto de vista do capital coloca-se a necessidade de manutenção de sua hegemonia a qualquer custo, alicerçada numa concepção de mundo mistificada/mistificadora da realidade, tendendo a ocultar as desigualdades e antagonismos de classes, na tentativa de dissimular a realidade, mas, sobretudo, esta necessidade se manifesta em decorrência das ameaças ao sistema, colocadas pelas constantes crises econômicas.

Como terceiro requisito para uma atividade educativa emancipadora, o autor considera o conhecimento específico da educação para se evitar atribuições que não são competência da educação, como exemplo, a transformação do mundo, ou reduzi-la demais, diminuindo seu papel na sociedade (TONET, 2005).

Para Tonet (2005), o quarto requisito está atrelado ao conhecimento específico próprio de cada área do saber. Pois, sem o domínio de tal conhecimento, “[...] de nada adiantaria, para as classes populares, que o educador tivesse uma posição política favorável a elas, pois a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnica produzidos até hoje.” (TONET, 2005, p. 481).

O quinto e último requisito apresentado pelo autor refere-se à importância da articulação da atividade educativa com a luta mais ampla da classe trabalhadora subalternizada. O autor alerta que a educação não tem a função de liderar a construção de uma nova sociedade, mas pode contribuir para o despertar das consciências (TONET, 2005, p. 481). Em outras palavras, mas na mesma direção de análise, Paulo Freire (1989, p. 24), infere que “Quanto mais conscientemente se faça sua História, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem a enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente de sua libertação.”

É em relação ao despertar das consciências e a aproximação com o desvelar da realidade que a educação popular pode contribuir com a emancipação política da classe trabalhadora.

Pode-se dizer que existe uma grande aproximação do Serviço Social com a educação popular, por ela poder proporcionar várias experiências de se trabalhar a realidade da classe trabalhadora subalternizada. Nesse sentido, o Serviço Social poderá utilizar-se dessa teoria,

como uma alternativa, para ampliar a realização de seu trabalho com os usuários dos diversos serviços sociais.

A Educação Popular pode ser um caminho para a construção da atuação profissional nessa perspectiva, visando a “libertação” das famílias e em decorrência desta, um empoderamento que poderá desmistificar a realidade social e contribuir para a transformação societária. No tocante à educação, Gramsci (2000, p. 37) faz uma crítica à educação hegemônica, dizendo que:

[...] o nível inicial da escola elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções ‘instrumentais’ da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver sobretudo a parte relativa aos ‘direitos e deveres’, atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções de Estado e sociedade, enquanto elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas.

Nessa direção, Gramsci (2000) considera a educação não formal como espaço para aproximação dessa discussão, utilizando da Educação Popular e as várias experiências advindas dela para o desenvolvimento do trabalho social com famílias. Dessa forma, faz-se necessário retomar alguns apontamentos da história da Educação Popular no Brasil. Antes, porém, é válido, mencionar:

Falar pois do papel do trabalhador social implica na análise da mudança da estabilidade como expressões da forma de ser da estrutura social. Estrutura social que lhe oferece como campo de seu quefazer. Desse modo, o trabalhador social que atua numa sociedade, a qual, mudando, permanece para mudar novamente, precisa saber que, como homem, somente pode entender ou explicar a si mesmo como um ser em relação com esta realidade; que seu quefazer nesta realidade se dá com outros homens, tão condicionados como ele pela realidade dialeticamente permanente e mutável e que, finalmente, precisa conhecer a realidade na qual atua com outros homens. (FREIRE, 1981, p. 26).

No Brasil, a Educação Popular teve como seu principal expoente Paulo Freire. O mesmo foi o catalisador de experiências pedagógicas ‘libertadoras’, tanto no período que esteve no exílio, quanto em suas experiências educativas pelo Brasil. A Pedagogia do Oprimido foi o marco inicial para as discussões e elaborações a cerca da Educação Popular e sua difusão se deu em parte devido aos trabalhos realizados junto às Comunidades Eclesiais de Base (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004).

De acordo com Abreu (2004), fazendo uma crítica à pedagogia desenvolvida por Paulo Freire, a autora infere:

[...] as formulações pedagógicas de Paulo Freire influenciaram processos interventivos desencadeados em toda a América Latina, em contraposição à estrutura de exploração e dominação imposta pelos governantes militares, intensificados nos anos de 1970 e 1980. Apesar de sua aproximação do pensamento idealista humanista cristão, é inegável a contribuição desse referencial na instrumentalização de iniciativas pedagógicas direcionadas para uma politização de segmentos populares a partir de uma visão crítica de suas condições de vida. (ABREU, 2004, p. 56).

Vasconcelos (1999, p. 13) destaca a educação popular como uma das formas de se realizar práticas educativas com famílias. Para ele, “[...] a metodologia de educação popular inova na medida em que não separa as dimensões materiais dos problemas sociais da cultura e do saber ao buscar relacionar problemas específicos com o contexto político e econômico geral.”

Nessa mesma direção de análise, Barreiro (1980) aponta que a educação popular pode desenvolver a consciência crítica dos indivíduos, sendo um bom instrumento para se refletir sobre a ação. Esse autor assim se expressa:

A Educação Popular pode ser, concretamente, um instrumento de desenvolvimento da consciência crítica popular, na medida em que aporta instrumentos para que os agentes populares de transformação sejam capazes de viver, ao longo de sua ação, essa dinâmica do concreto na relação ação-reflexão. (BARREIRO, 1980, p. 21).

Para o mesmo autor, a Educação Popular é uma experiência para formação e organização do povo, contribui como forma de ação transformadora da realidade na medida em que faz a interlocução com a realidade existente e a ação necessária, e ainda, congrega pessoas que se empenham coletivamente na transformação do mundo (BARREIRO, 1980).

Os usuários dos serviços sociais públicos, em sua maioria, são advindos das classes subalternizadas e estão apartados da participação social por desconhecer os mecanismos de decisões da política pública. No Brasil, ainda perpetua uma educação que não contribui para a emancipação política dos indivíduos, adota-se uma forma de ensinar verticalizada que exclui o saber e conhecimento popular, além de não se ter o estímulo à participação política desde os primeiros anos da infância. Na visão de Yamamoto (2010, p. 272),

As configurações assumidas pela ‘questão social’, são condicionadas pela formação política brasileira, em que os trabalhadores foram historicamente tratados como súditos receptores de benefícios e favores, e não como cidadãos portadores de direitos [...]. O assistente social não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que se constituem na vida em sociedade e condensam em si a vida social.

Outra questão fundamental, é que as pessoas não estão preparadas para exercer a cidadania de forma integral, pois o currículo da educação básica, fundamental e médio está

mais voltado ao aprendizado de disciplinas, visando o vestibular e emprego, não preparando os indivíduos para o exercício da cidadania, principalmente a participação política aqui entendida como “[...] um dever moral de todos os indivíduos e uma necessidade fundamental da natureza humana. A participação intensa e constante de muitos é necessária para impedir que alguns imponham uma ordem injusta, que sempre acaba sendo prejudicial para todos.” (DALLARI, 1984, p. 36).

Contribuindo para a crítica do sistema escolar como está organizado e a forma como privilegia a classe dominante, Paulo Freire (1981, p. 18) assim se expressa:

A sociedade fechada se caracteriza pela conservação do status ou privilégio e por desenvolver todo um sistema educacional para manter este status. Estas sociedades não são tecnológicas, são servis. Há uma dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual. Nestas sociedades nenhum pai gostaria que seus filhos fossem mecânicos se pudessem ser médicos, mesmo que tivessem vocação de mecânicos. Consideram o trabalho manual degradante; os intelectuais são dignos e os que trabalham com as mãos são indignos. Por isso, as escolas técnicas se enchem de filhos das classes populares e não das elites.

Dessa forma, sendo as várias experiências de educação popular um instrumento para a comunicação dialógica entre indivíduos, ela favorece a transformação da realidade, pois busca orientá-los sobre o exercício da cidadania (mesmo que limitada pela sociedade capitalista) e ainda sobre seus direitos e deveres perante a sociedade, partindo sempre do conhecimento do usuário sobre a realidade.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação portanto implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém. (FREIRE, 1981, p. 14).

É nesse contexto que o assistente social se integra como um profissional com formação generalista para atuar nas diversas formas da expressão da Questão Social. O assistente social poderá contribuir neste processo de orientação social à população usuária dos serviços sociais públicos, fazendo uso das inúmeras experiências de educação popular.

Os usuários do Serviço Social tem conhecimento de suas realidades, ou seja, eles têm sempre algo a ensinar e também a aprender e nessa relação dialógica, entre educando e educador que se constrói os pilares da Educação Popular. Segundo Gadotti (2004, p. 50), a educação popular tem o objetivo de apoiar “[...] a passagem do saber popular ao saber orgânico, ou seja, do saber da comunidade ao saber de classe na comunidade.” Em resumo, assistente social e usuário podem se unir para criar conhecimentos sobre a realidade, numa



relação dialógica.

Paulo Freire trabalha com a ideia de conscientização, que é contrária à concepção de alienação. Dessa forma, para ele, “Tentar a conscientização dos indivíduos com quem se trabalha, enquanto com eles também se conscientizam, este e não outro nos parece ser o papel do trabalhador social que optou pela mudança.” (FREIRE, 1981, p. 34). Entretanto, é necessário que se entenda o processo de alienação que é fruto da sociedade capitalista.

É preciso ter presente que o processo de estrutura simbólica do real das classes subalternizadas ocorre sob o signo da pobreza, da dominação e, muitas vezes, da ignorância e da alienação. A alienação dos subalternos aparece como uma resultante do controle e da subordinação do homem à trama de relações constitutivas da ordem capitalista e se expressa no não reconhecimento dos indivíduos em um mundo que eles mesmos criam. Assim sendo, a alienação reduz o indivíduo a um objeto que confere a outros decisões sobre sua própria vida. Heller afirma que as sociedades capitalistas estimulam o individualismo e criatividade do homem. Para ela, a alienação é sempre em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade (Heller, 1977). (YAZBEK, 2009, p. 92).

Quanto à alienação, a autora continua com a reflexão e afirma:

Assim, a alienação existe quando as possibilidades de desenvolvimento e emancipação dos indivíduos não alcançam as objetivações do desenvolvimento do humano genérico. Trata-se de uma alienação que assume formas e graus diferenciados, extrapolando os limites das atividades produtivas, inserindo-se em outras esferas da vida do homem, penetrando sua consciência, desfigurando suas representações e sua fala. (YAZBEK, 2009, p. 93).

Parafraseando Gadotti (2004) que diz, professor e aluno são entes inacabados, pode-se dizer que assistente social e usuário também são seres inacabados, em constante aprendizado, carregados de conhecimento e experiência de vida que se traduzem no saber sobre determinada realidade social na qual estão envolvidos. A troca de saberes deve ser de forma dialógica, sem sobreposição de ideias, deve pautar-se na valorização do conhecimento e da experiência por cada um apresentada. Nesse sentido, a dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social deve valorizar os diversos tipos de saberes: advindos de experiências de luta, de resistência e de vida.

Por isso um trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente a permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança destes caminhos. O trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência. (FREIRE, 1981, p. 26).

Para se realizar um profícuo trabalho social com a classe trabalhadora é necessário que a postura profissional não seja neutra. A neutralidade impede a mudança, a neutralidade implica no 'tanto faz' ou no 'tudo pode ser' e isso impede que a sociedade se mova e aceite tudo passivamente, o que contribui para a permanência da ordem social estabelecida pela burguesia.

A partir deste momento, falar da impossível neutralidade da educação não nos assusta ou intimida. É que o fato de não ser o educador um agente neutro não significa, necessariamente, que deve ser um manipulador. A opção realmente libertadora nem se realiza através de uma prática manipuladora nem tão pouco por meio de uma prática espontaneísta. (FREIRE, 1989, p. 16).

Como foi dito acima, a burguesia quer uma sociedade neutra, pois atende em plenitude aos seus preceitos. Assim, de acordo com Freire (1989, p. 16),

Não foi, por exemplo - como costume dizer - , a educação burguesa a que criou ou enformou a burguesia, mas a burguesia que, chegando ao poder, teve o poder de sistematizar a educação. Os burgueses, antes da tomada do poder, simplesmente não poderiam esperar da aristocracia no poder que pusesse em prática a educação que lhes interessava. A educação burguesa, por outro lado, começou a constituir, historicamente, muito antes mesmo da tomada de poder pela burguesia. Sua sistematização e generalização é que só foram viáveis com a burguesia como classe dominante e não mais contestatória.

Não se deve entender a dimensão educativa do trabalho profissional como tábua de salvação, mas é preciso situá-la, com sua devida importância para a realização do trabalho social. O assistente social, como bem afirmou Iamamoto (2007b) não pode ser nem fatalista e nem mesmo messiânico, mas executar seu trabalho dentro da realidade. Nesse sentido, Freire (1981, p. 10) aponta

Não devo julgar-me, como profissional, 'habitante' de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos 'ignorantes e incapazes'. Habitantes de um gueto de onde saio messianicamente para salvar os 'perdidos', que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno.

De acordo com as experiências de educação popular, a população com a qual se trabalha deve escolher uma palavra geradora ou um tema gerador, que deverá ser coisas que façam parte da vida de suas vidas e sempre estão carregados de sentido. A escolha do tema gerador é importante para que os indivíduos possam falar sobre seus interesses. Entretanto, não se faz necessário se reunir em roda para que a educação popular esteja presente. Faz

necessário estar aberto ao diálogo, à desconstrução e construção de ideias que possam provocar alguma mudança na vida dos indivíduos, inclusive a do próprio trabalhador dirigente da ação. No caso da alfabetização, a palavra geradora além de fazer sentido para as pessoas deve gerar outras palavras, assim, pensa-se nas sílabas e as palavras que podem surgir da separação delas, gerando assim, outras palavras.

Trazendo esta reflexão para o campo da educação popular enquanto estratégia para a realização de ações educativas ou nos dizeres de Tonet, atividades educativas emancipadoras, pode-se pensar como seria a apropriação pelo Serviço Social. Dessa forma, pensar a ação educativa com a classe trabalhadora, ou seja, com a população usuária do Serviço Social, implica trabalhar com a dimensão da cultura, pois, “Que cultura é a poesia dos poetas letrados de seu País, como também a poesia de seu cancionero popular. Que cultura é toda criação humana.” (FREIRE, 1987, p. 109). O mesmo autor complementa ao dizer que o povo “[...] Descobriria que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador.” (FREIRE, 1987, p. 109). Em outro momento, o autor infere: “Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo pois tem uma consciência capaz de captar o mundo e recriá-lo.” (FREIRE, 1981, p. 16).

Além de proporcionar a oportunidade da alfabetização, a educação popular proporciona às pessoas o conhecimento e reflexão da realidade em que se encontram inseridas. A educação popular leva as pessoas a se engajarem na sociedade, buscar formas de intervenção visando a mudança de vida e de sociedade. De acordo com Freire (1981, p. 7), “A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” e ainda coloca: “Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade.” (FREIRE, 1981, p. 8).

A função de todo trabalhador que desenvolva ações educativas não pode deixar de considerar que:

Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo, e com os outros. Viver ou encarnar esta contestação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros – não importa se alfabetizando ou participantes de cursos universitários; se alunos de escolas do primeiro grau ou se membros de uma assembleia popular – o direito de dizer a sua palavra. (FREIRE, 1989, p. 17).

Cabe a cada um transformar a realidade em que está inserido, entendendo que está se falando de estratégias possíveis dentro da realidade imposta pelo sistema capitalista, porém, caminhar no sentido de vislumbrar outros horizontes dentro da realidade posta, nos possibilita aproximar de um futuro melhor, visando uma nova sociedade que não seja pautada na exploração do homem pelo homem, mas que o valorize e prime pela sua condição de humano. Segundo Freire (1981, p. 9),

Pois bem, se nos interessa analisar o compromisso do profissional com a sociedade, teremos que reconhecer que ele, antes de ser profissional, é homem. Deve ser comprometido por si mesmo.

Como homem, que não pode estar fora de um contexto histórico social cujas inter-relações constrói seu eu, é um ser autenticamente comprometido, falsamente 'comprometido' ou impedido de se comprometer verdadeiramente.

O autor continua alertando os profissionais que se dizem críticos para que possam verdadeiramente ter uma prática consistente e não mera falácia. Para ele, “A questão da coerência entre a opção proclamada e da prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que não é o discurso que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso.” (FREIRE, 1989, p. 16). O autor complementa com a importância da educação e contribuição diante da realidade: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob a pena de ser uma farsa.” (FREIRE, 1987, p. 96).

Em outro momento, Gadotti (2001) aponta o compromisso político dos profissionais com a classe trabalhadora como essencial ao processo educativo e nesse sentido os assistentes sociais têm por princípio a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Para ele, “É preciso que a competência técnica esteja fundamentada num compromisso político. Porque a competência depende de um ponto de vista de classe. Não somos competentes ‘em geral’, mas somos competentes para uma classe e não somos para outra.” (GADOTTI, 2001, p. 14).

De acordo com este mesmo autor, “Para Marx, educador e educando educam-se juntos na ‘práxis revolucionária’, por intermédio do mundo que transformam. Essa práxis deve ser entendida como ‘trabalho social’ ou simplesmente ‘trabalho’.”<sup>2</sup> (GADOTTI, 2001, p. 45). Considera-se a dimensão socioeducativa do assistente social uma forma de práxis, que busca incessantemente transformar uma dada realidade, seja na particularidade de cada intervenção, seja na elucidação em vista de uma nova forma de sociedade.

---

<sup>2</sup> Este tema, do trabalho social, foi amplamente discutido no capítulo 1, por isso, não será aqui retomado. Este tema, do trabalho social, foi amplamente discutido no capítulo 1, por isso, não será aqui retomado.

O assistente social apreende em sua formação profissional que ele poderá agir em prol da classe trabalhadora, desde que se identifique com suas lutas, porém, muitas vezes, existem posturas conservadoras, o que não é exclusivo do Serviço Social. Para Gadotti (2001, p. 150), “Desenvolvendo nele [educador] os instrumentos que uma visão social e política lhe dará, poderá ele ser um agente cultural, um mobilizador da população e não, como vem acontecendo muitas vezes, um desmobilizador social, um policial da educação.” Mobilizar a classe trabalhadora para a participação não é algo simples, é preciso desmistificar uma realidade na qual estão envolvidos com uma passividade intensa que é desmobilizadora. Assim, propiciar o confronto de ideias e ideais e o confronto de opiniões é função do trabalhador que se diz intelectual orgânico envolvido com a emancipação humana.

[...], que o ato educativo não pode prescindir da autoridade, que ele está presente mesmo que o educador ou o educando não a queiram. A ausência de autoridade é uma forma de repressão. Muitos companheiros de classe, não suportando o ‘vazio de poder’ quando não agrediam o grupo violentamente, acabavam propondo transformá-lo em grupo de terapia. Aprendemos então, na prática, que uma filosofia da libertação deveria correr o risco do confronto de posições, da discussão, enfim, do conflito, ela deveria ser necessariamente uma filosofia do conflito e não da ausência de poder. (GADOTTI, 2001, p. 106).

Assim, os desafios do trabalho social dentro da sociedade capitalista são contraditórios e extremamente difíceis, pois requer adesão que para tê-la deve estar próximo da situação em que a classe trabalhadora está inserida. Dentro do trabalho socioeducativo ou ações socioeducativas desenvolvidas pelo assistente social, “Educar, portanto, seria uma atividade voltada, sob as mais variadas formas, para a preparação dos indivíduos para a vida social, entendendo por vida social a vida nos marcos, ainda que sempre em processo, desta forma de sociabilidade.” (TONET, 2012b, p. 18). Entretanto, preparar os indivíduos para a vida social, significar não enquadrar nos padrões de sociabilidade proposto pelo capital, mas a verdadeira vida que o trabalhador deve ter.

É evidente que uma educação voltada para a construção de uma sociedade que tenha por horizonte a emancipação da humanidade terá que ser norteada por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquela voltada para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital. (TONET, 2012b, p. 23).

Nesse sentido de preparar os indivíduos para a vida social que o Serviço Social, como afirmado anteriormente, intervém no âmbito da cultura e dos saberes das pessoas, passando por dimensões objetivas e subjetivas da vida dos indivíduos e a educação popular contribui nesse processo de aproximação e desvelamento da realidade aos usuários. Por isso, “[...] o

trabalho educativo é essencialmente político – e é o político que é transformador.” (GADOTTI, 2001, p. 172).

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. Neste sentido é que todo partido político é sempre educador e, como tal, sua proposta política vai ganhando cerne ou não na relação entre os atos de denunciar e de anunciar. Mas é nesse sentido também que, tanto no caso do processo educativo quanto no do ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, fazemos a educação e de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. Entendemos, então, facilmente, não ser possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder. (FREIRE, 1989, p. 15-16).

Assim como o processo educativo não é esvaziado de sentido, pois educar implica em apresentar uma visão de mundo, sendo assim, essencialmente um ato político e ético, pois está carregado de valores, o próximo item abordará o PEP do Serviço Social, pois falar de valores e no homem como um ser político, requer que seja abordado um projeto de sociedade no qual o PEP está incluído.

### **3.3 A materialização do projeto ético-político do Serviço Social e sua interface com a dimensão socioeducativa**

O projeto ético-político do Serviço Social (PEP) comumente é questionado sobre onde se encontra escrito. Entretanto, o PEP é fruto de elaborações que vem sendo construídas no decorrer do amadurecimento da categoria profissional, quando do seu esforço por romper com a matriz conservadora que embasava e dava sustentação ao trabalho profissional até então.

Assim, a ‘nova ética profissional’ do Serviço Social teve sua origem atrelada à participação política nas décadas de 1960 e 1970 que, segundo Barroco (2005, p. 143), esteve expressa em um “ethos militante” que subordinava a ética à opção política. Para a autora, esse período marca a primeira etapa de construção de um projeto profissional de ruptura que adentrou a década de 1980 e o início da década de 1990, períodos que marcaram a segunda etapa, na qual a profissão consolidou a hegemonia de um projeto profissional de cunho ético-político em um cenário de lutas pelo reconhecimento, pela garantia e pela efetivação dos Direitos em sua totalidade. (LIMA, 2006, p. 31).

O PEP tem como bases de sustentação a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 8662/93, o Código de Ética Profissional (1993) (CFESS, 2012) e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996 (ABEPSS, 1996), que se configuram como a dimensão jurídico-política da profissão. Outros componentes são as elaborações teóricas construídas pelo Serviço Social, ou seja, a produção do conhecimento. E, as instâncias político-organizativas da profissão como um terceiro elemento, ressaltando as lutas desenvolvidas pelo conjunto Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

O PEP se configura como um projeto profissional, porém, não se encontra desvinculado de um projeto societário mais amplo que abrange toda a classe trabalhadora. Dessa forma, algumas diferenças precisam ser apontadas, tais como o que é um projeto societário e o projeto coletivo, para melhor compreensão do PEP. Teixeira e Braz (2009, p. 186) entendem que “[...] tanto os projetos societários quanto os projetos coletivos vinculam-se a práticas e atividades variadas da sociedade.” Ambos os projetos estão orientados por uma perspectiva de classe social. Cabem aqui algumas definições. Em primeiro lugar, os projetos societários são projetos coletivos, mas de acordo com Paulo Netto (1999, p. 94), suas peculiaridades consistem em “[...] constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade.” Já os projetos profissionais, que também são considerados como coletivos,

[...] apresentam a auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas de comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (PAULO NETO, 1999, p. 95).

Já para Teixeira e Braz (2009, p. 189), corroborando com o autor anterior, infere que são considerados projetos societários aqueles que

[...] podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele.

Segundo Forti e Coelho (2015, p. 20), os projetos societários não são convergentes, mas contrastantes e antagônicos.

Nas sociedades de classes, os diferentes interesses, individuais e/ou de grupos sociais, suscitam projetos sociais diversos – contrastantes e até antagônicos. São projetos que contêm diferentes concepções de sociedade e, portanto, de homem, de Estado e de finalidade dos sujeitos coletivos, engendrando posicionamentos distintos em busca da concretização de ideias que, em última instância e com diferentes matizes, vinculam-se à manutenção ou não da ordem social.

Lima (2006, p. 31) citando Iamamoto (1999), considera que os projetos profissionais possuem duas dimensões a macro-societária e profissional.

Nesse sentido, os projetos profissionais correspondem, segundo Iamamoto (1999), a uma articulação entre: a dimensão macro-societária – reconhecimento do terreno sócio-histórico sobre o qual a profissão se movimenta considerando seus limites e possibilidades – e; a dimensão profissional – as respostas técnico-profissionais dos Assistentes Sociais que informam como estão sendo apropriadas e redefinidas, pela categoria profissional, a realidade e as imposições macro-societárias. Nesses termos, ‘a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais nesse contexto, articuladas em torno do projeto profissional de caráter ético-político’ comprometido com a cidadania, pois prima pela defesa dos Direitos na sua totalidade, pela sua ampliação legal e pela sua consolidação material onde os indivíduos passam a ser ‘reconhecidos como sujeitos de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas’ (IAMAMOTO, 1999, pp. 20 – 78).

Os projetos profissionais são orientadores de uma práxis profissional. Por meio dele, através de seus pressupostos e princípios, os profissionais desenvolvem o trabalho no cotidiano profissional. Assim, os homens que objetiva e subjetivamente agem sob determinada sociedade estão realizando uma forma de práxis. De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 187) são duas as formas de práxis, a primeira voltada ao controle e a exploração da natureza e a segunda, voltada para influir no comportamento e na ação dos homens. Esta segunda daria peculiaridade à práxis profissional. As diversas formas de práxis profissional trazem consigo projeções e interesses pessoais e coletivos. De acordo com a autora a seguir,

A práxis pressupõe uma ação conjunta, onde o papel do intelectual é contribuir para a formação de uma consciência crítica; pressupõe a participação consciente e crítica dos homens, onde usuários e profissionais procedem dialeticamente com a realidade a ser conhecida e transformada; onde a decisão é conjunta e responsável. (GIAQUETO, 2015, p. 22).

Complementando a visão anterior, Guerra (2015, p. 59) infere: “[...] a práxis não é atividade contraposta à teoria, mas capacidade humana de elaborar a realidade, atividade que



recupera a unidade homem/mundo (indivíduo/sociedade, teoria/prática, ética/política) cujo resultado é a criação humana da realidade humano-social.” Nesse mesmo sentido, Freire (1981, p. 10) aponta:

Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade -, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade. Se o compromisso só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundado cientificamente.

A práxis não é apenas objetiva, mas também subjetiva, para o indivíduo realiza-la precisa, antes de tudo, concebê-la em seu pensamento que é a capacidade teleológica, que todo indivíduo dispõe.

A práxis é sempre atividade material, mas é simultaneamente subjetiva e objetiva, ou seja, orienta-se é uma atividade refletida e orientada pelas finalidades e meios contidos no projeto. Se, de um lado, a práxis sem projeto é aleatória, casual, imediata, o projeto sem a práxis é mera quimera, mera projeção no âmbito ideal da intencionalidade e da maneira mais adequada de realiza-la. A atividade material transformadora e revolucionária é o fundamento e a finalidade do projeto. (GUERRA, 2015, p. 56).

Não se tem práxis idealmente, esta é baseada no material, no trabalho realizado.

Nessa totalidade, o que une primordialmente os homens é a busca dos meios próprios para garantir a sua existência. Sua práxis é, portanto, eminentemente histórica e a maneira pela qual os homens se relacionam e buscam preservar a espécie é o trabalho. É pelo trabalho que o homem se descobre como ser da práxis, ser individual e coletivo (unidade de contrários). (GADOTTI, 2001, p. 46).

Em suma, a práxis não é mera ideia. De acordo com o autor, “[...], Marx constata que este ser não se define pela espiritualidade, mas pela práxis. Ora, esta última é exatamente uma síntese de espírito e matéria, de subjetividade e objetividade, de interioridade e a exterioridade no ser social.” (TONET, 2012b, p. 76).

Trazer a discussão da práxis para dentro do PEP é de suma importância, pois o PEP é materializado no cotidiano do trabalho profissional, por seus agentes e não apenas um receituário de princípios desconectados da realidade social mais ampla. Assim, para a autora abaixo são duas as dificuldades enfrentadas para a realização do PEP.

[...] considero que as dificuldades de realização do PEP são de duas ordens. A primeira, de natureza material-concreta: o mundo burguês e seu modo de ser, sua estrutura e dinâmica; a lógica que o conforma e sua sociabilidade, a ideologia dominante e a correlação de forças sociais que, em geral, limita ou impede iniciativas que confrontem com sua reprodução social. A segunda, de ordem teórico-intelectual, necessitando o desvelamento da ideologia dominante e a formação de

um sujeito que seja capaz de interpretar adequadamente os princípios, valores e direção estratégica deste projeto e, ainda, de saber intervir na realidade em direção da sua transformação, combinando seus princípios com formas de operacionalizá-los. (GUERRA, 2015, p. 64).

De acordo com a autora abaixo, são muitos os desafios para a materialização do PEP, sendo que

[...] a vitalidade desse projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências e contra-tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissionais na concretização dos rumos perseguidos. (IAMAMOTO, 2005, p. 114).

A mesma autora continua com a reflexão ao mencionar: “A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade.” (IAMAMOTO, 2005, p. 141).

No caso do Serviço Social, os profissionais buscam dar direção ao trabalho que realizam embasados em uma perspectiva de classe, voltada eminentemente ao que seria melhor para a classe trabalhadora de forma geral.

Por sua vez, os projetos profissionais não são construídos independentemente dos projetos sociais, pois neles existem fundamentos que lhes prestam referências e lhes servem de direção em busca do alcance de metas, objetivos e finalidades profissionais. Pode-se afirmar que os projetos profissionais relacionam-se tanto com a estrutura macrossocietária quanto com os aspectos particulares da profissão, ou seja, com a História, o desenvolvimento histórico da profissão e com as expressões teórico-prática e ético-política da profissão. (FORTI; COELHO, 2015, p. 20).

Assim, por se tratar de interesse de uma classe como um todo que o PEP do Serviço Social só pode estar vinculado a um projeto societário. Para Teixeira e Braz (2009, p. 189),

Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social.

Para que o PEP possa ser efetivado, não se pode prescindir do trabalho no cotidiano profissional, pois é assim que ganha materialidade e consistência.

Avaliamos, portanto, que um projeto profissional que se assenta em fundamentos ontológicos da tradição marxista não caberia a suposição de hierarquia entre a teoria e a prática, pois constituem uma unidade, não obstante as diferenças; tampouco caberia demérito em face dos diversos aspectos que implicam suas referências valorativas e a sua finalidade. Esse é um projeto profissional que assegura valores

que se dirigem aos interesses da classe trabalhadora e assim, apesar de permitir vislumbrarmos a possibilidade de construção de uma nova ordem societária – uma ordem cuja lógica não seja a contradição entre gênero humano e o indivíduo e que não se assenta na mercantilização da vida social -, não prescinde da relação que nos cabe profissionalmente com os usuários das instituições em que trabalhamos como assalariados. (FORTI; COELHO, 2015, p. 25).

Entretanto, não se constitui tarefa fácil a efetivação de princípios éticos e políticos no cotidiano de trabalho, haja vista as requisições profissionais estarem repletas de interesses da classe dominante.

Evidentemente, o projeto crítico não se esgota no cotidiano do exercício profissional, pois no seu horizonte há contribuição em face da possibilidade de projetos societários, trata-se de projeto profissional cuja contribuição no sentido dessa construção depende de recursos objetivos e subjetivos, ou seja, das condições de trabalho, da competência profissional e da direção social assumida na realização das atividades cotidianas. (FORTI; COELHO, 2015, p. 28).

Resistir diante dessas incursões da ótica capitalista e encontrar estratégias para a materialização dos princípios preconizados por este projeto é um dos grandes desafios do profissional que se encontra comprometido com a classe trabalhadora.

No desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 95).

Para a autora, a opção pela defesa dos direitos da classe trabalhadora não é hegemônica no Serviço Social, podendo o profissional estar a serviço da burguesia ou da classe trabalhadora. De fato, se a prática profissional não for refletida e se caracterizar somente pela repetição de ações, o profissional facilmente poderá reproduzir posturas conservadoras.

O profissional, em sua prática de campo, interfere, em graus diversos de intensidade, na vida das pessoas com quem trabalha, invadindo de certa forma sua privacidade. Explicita-se, aí, a importância do compromisso social do Assistente Social, orientado no sentido de solidarizar-se com o projeto de vida do trabalhador ou de usar esse acesso à sua vida particular para objetivos que lhe são estranhos. Esta atuação é marcada pelo caráter pessoal da relação, na qual os sujeitos são tratados pelo Assistente Social como seres particulares. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 115-116).

As demandas apresentadas pelos usuários aos profissionais no cotidiano de trabalho requerem na maioria das vezes uma intervenção imediata. O usuário sedento de ver sua demanda solucionada, deposita no profissional toda a sua esperança.

No cotidiano do exercício profissional, dada a necessidade imediata de resolução de determinadas situações num sentido utilitário, porque a própria prática proporciona um repertório de soluções baseadas no critério da utilidade, algumas atividades de conteúdo teórico e ético-políticas (que não produzem modificações da situação imediata) aparecem como atividades desnecessárias, havendo um menosprezo em relação a elas, dispensando qualquer solução teórica ou pressuposto valorativo. (GUERRA, 2015, p. 48).

Nesse mesmo sentido, considera-se que a intervenção profissional, mesmo diante de atividades que parecem desnecessárias, se tornam ponto chave para o trabalho profissional. Assim, Iamamoto e Carvalho (2004, p. 115) inferem:

O Assistente Social, através da prática direta junto aos setores populares, dispõe de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais.

Os assistentes sociais devem comprometer-se com o desenvolvimento da sociedade no sentido do ser para si, voltado à coletividade e não ao individualismo, tão comum na sociedade atual. Para a autora, “Nesta linha de raciocínio, se o projeto ético-político preconiza a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a dimensão socioeducativa deve se pautar em ações que possibilitem a efetivação desses princípios.” (GIAQUETO, 2015, p. 25). De acordo com Giaqueto (2015, p. 24) citando Cardoso e Maciel (2000, p. 144), a função educativa dos assistentes sociais contida em seu projeto ético-político profissional

[...] concretiza-se fundamentalmente, através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento as necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica.

A aproximação e recorrência aos princípios do Código de Ética, bem como o aparato teórico-crítico construído pelo Serviço Social no decorrer dos anos, contribui para que o

profissional se mantenha crítico e buscando evitar a alienação. Deve-se sempre recorrer aos princípios do Código de Ética profissional: liberdade como valor ético-central, defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo e respeito pelas correntes democráticas, projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem societária, articulação com outros movimentos de outras categorias que partilhem dos princípios deste código, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população usuária e exercício do Serviço Social sem discriminar ou ser discriminado (CFESS, 2012).

Para Iamamoto (2005, p. 141),

Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos.

O princípio da autonomia é contrário a qualquer impedimento à liberdade e também a posturas conservadoras. Freire (2007, p. 59) menciona que “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

De acordo com Tonet (2012b, p. 34), tem-se em vista que estes princípios estão baseados numa sociedade capitalista e não se pode perder de vista que “[...] cidadania, por mais plena que seja, jamais será sinônimo de liberdade plena.” O autor ainda complementa: “[...] toda atividade educativa, teórica e prática, que pretenda contribuir para formar pessoas que caminhem no sentido de uma autêntica comunidade humana, deve nortear-se pela perspectiva da emancipação humana e não pela perspectiva da construção de um mundo cidadão.” (TONET, 2012b, p. 37).

Nessa perspectiva da emancipação humana que a categoria hegemonia precisa ser discutida como parte integrante do PEP, pois se este projeto societário que se acredita é hegemônico no meio profissional, seus princípios precisam ser constitutivos de uma nova sociabilidade. Para Gadotti (2001, p. 70),

A hegemonia é ao mesmo tempo ideologia da classe dirigente, concepção do mundo difundida em todas as camadas sociais e direção ideológica da sociedade. A hegemonia da classe dominante supõe que esta classe produza seus intelectuais, cuja função é garantir o consenso da sociedade.

Por falar em ideologia, de acordo com Guerra (2015, p. 57), “[...] toda causalidade é resultado de decisões teleológicas, as ideias e representações são emanções da estrutura da realidade, as quais correspondem mais ou menos à forma e conteúdo da própria realidade, que recebe o nome de ideologia.”

Voltando à discussão da categoria hegemonia, nos dizeres do autor

É através da sociedade civil que a classe dominante exercerá sua hegemonia sobre as classes subalternas a fim de obter o seu consentimento, sua adesão e seu apoio. Para tornar-se dirigente e não apenas dominante, a classe economicamente dominante deve convencer o conjunto da sociedade de que ela é a mais apta, a mais preparada para exercer o poder, que ela representa os interesses de toda a sociedade. Essa hegemonia será exercida pela cultura e pela ideologia. Para se manter no poder não poderá recorrer apenas à força, mas à moral. (GADOTTI, 2001, p. 71).

No mesmo sentido expresso pelo autor acima, Tonet (2012b, p. 54) afirma:

No caso da sociedade burguesa, a hegemonia desta classe impõe que a educação tenha dois objetivos fundamentais: a formação para o trabalho (mão-de-obra para o capital) e a educação para a cidadania e a democracia (a estruturação de uma concepção de mundo, de ideias, de valores adequados para a reprodução desta ordem social).

Percebe-se que dessa forma, os princípios da classe dominante são introjetados no universo da classe trabalhadora por meio da educação. Para Gadotti (2001, p. 66), “Assim como Marx institui o trabalho como princípio do processo educativo, Gramsci institui a hegemonia como essência da relação pedagógica.”

Na verdade, os princípios e valores são os mesmos, porém, eles têm seus sentidos transmutados, estando a favor da classe dominante e esta, através de seus intelectuais coloca em prática sua visão de sociedade. Dessa forma, o autor a seguir coloca:

O desenvolvimento do homem na sua totalidade só se dará com a supressão da alienação, com a superação do antagonismo de classes. Enquanto persistirem relações de produção baseadas na propriedade dos meios de produção, o homem se encontrará ainda na sua própria ‘pré-história’. (GADOTTI, 2001, p. 45).

Trazendo a discussão para o âmbito do Serviço Social, considera-se que a junção ética e política se faz necessária, para dar sentido à proposta política, necessita-se da ética e vice-versa.

Sem a política, a ética vira uma abstração. Na política reside o campo de possibilidade de realização de valores, pois nele se situa a luta de classes. É ela que funda o campo de possibilidades. Sem uma análise crítica dos fundamentos conservadores da profissão, acabamos nos tornando reféns deles. (GUERRA, 2015, p. 49).

Para elucidar a necessidade da junção de ambas categorias (ética e política), Gadotti assim se expressa:

Por isso Gramsci entende que a forma da superestrutura é “ético-política”. É ética porque difunde uma visão de mundo que inclui hábitos e costumes. É política porque a classe dominante, para neutralizar os grupos sociais hostis, precisará estabelecer alianças com outros grupos, dividindo, principalmente, as classes subalternas, tornando-as internamente inimigas. (GADOTTI, 2001, p. 72).

A título de encerramento do capítulo, porém, de forma alguma encerrando a discussão, visto que o PEP necessita permanentemente ser revisitado para dar consistência à atuação profissional e aos enfrentamentos diários do cotidiano, Freire (2007, p. 68) aponta que “A questão que se coloca, obviamente, não é parar de lutar mas, reconhecendo-se que a luta é uma categoria histórica, reinventar a forma também histórica de lutar.”

## CAPÍTULO 4 DESVELANDO O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL SOB A ÓTICA DO USUÁRIO: o sentido da luta emancipatória

*“A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”*  
Paracelso

### 4.1 Percurso metodológico

A metodologia desta pesquisa terá como método de análise da realidade o materialista histórico-dialético para pautar as reflexões sobre a realidade a ser estudada, pois toda realidade social é rica de elementos e indivíduos que podem transformá-la. Nesse sentido, Triviños (1987, p. 51) coloca que “[...] o materialismo dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza a passagem das formas inferiores às superiores” e ainda “O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, de sua execução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade.” Dessa forma, será utilizado este método para analisar a realidade na qual se dará a pesquisa.

A pesquisa está composta por três momentos: pesquisa documental (dados colhidos junto ao sistema de gestão da assistência social municipal), bibliográfica com revisão da literatura e pesquisa de campo, caracterizada como pesquisa participante. Opta-se pela pesquisa participante, pois a pesquisadora investigou o próprio local de trabalho, portanto, sendo partícipe do processo investigatório. Nesse sentido, difere-se em relação à pesquisa-ação, pois não se atua sobre um problema levantado pela comunidade, mas sim pelas pesquisadoras. Barbier exemplifica o papel do pesquisador na pesquisa-ação.

O pesquisador em pesquisa-ação não é nem um agente de uma instituição, nem um ator de uma organização, nem um indivíduo sem atribuição social; ao contrário, ele aceita eventualmente esses diferentes papéis em certos momentos de sua ação e reflexão. Ele é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um ator de sua prática e de seu discurso. (BARBIER, 2007, p. 19).

Já para Demo (2008, p. 111) que estuda a pesquisa participante,

No fundo, PP [pesquisa participante] pode ser vista como participação baseada na pesquisa. Trata-se de fundamentação científica da opção histórica política. É imprescindível, pois, que compareçam tanto fundamentação científica, na condição de instrumento, quanto participação comunitária, na condição de fim.



E ainda, para o mesmo autor, a pesquisa participante

[...] produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido de rigores metodológicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados. (DEMO, 2008, p. 8).

Demo (2008, p. 28) afirma que a pesquisa é um momento de aprendizagem da realidade e concorda-se com o que ele expõe ao mencionar:

Ao aceitarmos que a pesquisa não é só atividade básica da ciência, mas sobretudo ‘ambiente da aprendizagem’ (DEMO, 2002d), sugerimos que o pesquisador não só fabrica conhecimento, como sobretudo se forma, educa, constrói como sujeito capaz de história própria (CALAZANS, 1999).

Optou-se pela pesquisa qualitativa, com ênfase no trabalho com famílias na política de assistência social e a inserção do assistente social neste contexto, com o intuito de desvelar a dimensão socioeducativa do trabalho profissional sob a ótica do usuário da referida política. Entende-se a pesquisa qualitativa como algo que pertence a um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2004, p. 21-22).

O universo de pesquisa é o CRAS do município de Guaxupé/MG (o município conta com apenas um CRAS), tendo como objeto de estudo a materialização do trabalho do assistente social na vida das famílias desta instituição, especialmente as famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF).

Atualmente, no decorrer de cada mês, são realizadas três reuniões com grupos de famílias distintas inseridas no PAIF, sendo que, cada família em acompanhamento pelo CRAS participa de apenas uma reunião. Duas reuniões por mês (a primeira e a terceira) são destinadas a famílias cujos filhos sejam crianças e adolescentes; a segunda reunião é destinada a famílias que tenham filhos adultos, famílias unipessoais e/ou pessoas idosas que residem sozinhas ou com filhos adultos.

A pesquisa busca a partir da visão do usuário, desvelar a dimensão socioeducativa do trabalho com famílias, para tanto, realizar-se-á a recolha dos dados, a partir do grupo focal, por entender que os usuários poderão expor suas ideias e opiniões e até mesmo trocá-las, de forma que se acredita na possibilidade de criação do grupo em dar respostas ao problema levantado. Para Gondim (2003, p. 153), “A associação dos grupos focais com a observação participante, [...], permite igualmente comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes

em seu ambiente natural.” Dessa forma, de acordo com a autora acima, justifica-se a opção pelo grupo focal como possibilidade metodológica para a recolha dos dados.

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. (GATTI, 2012, p. 11).

Nessa mesma visão apresentada por Gatti (2012, p. 151), Morgan (1997) considera que o grupo focal é uma técnica de pesquisa que permite a interação grupal.

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga & Gondim, 2001).

Como possibilidade de riscos para a execução da pesquisa, considera-se a recusa de participação dos sujeitos. Os participantes frequentam o CRAS como forma de condicionalidade para acessar o Programa de Benefícios Eventuais/ Segurança alimentar do município. Dessa forma, ao frequentarem as reuniões socioeducativas, estão cumprindo uma condicionalidade. No final do ano de 2015, foi realizada uma avaliação geral dos serviços ofertados pelo CRAS e obteve-se boa participação dos usuários. Estes não se sentiram intimidados para falar de suas preferências e o que precisaria mudar e, em sua maior parte, são unânimes ao dizer sobre a importância da reunião, como será visto na fala dos participantes da pesquisa.

Durante as reuniões do mês de junho/ 2016, os usuários foram convidados para participarem do grupo focal, sendo pelo menos dois membros de cada reunião, no período que compõe o primeiro semestre de 2016. Os critérios para a seleção das famílias foram: estar incluída no PAIF há pelo menos seis meses e ter participado de pelo menos três reuniões com famílias.

A amostra foi não-probabilística, pois qualquer família, desde que seja acompanhada pelo serviço, que comparecesse à reunião, poderia participar da pesquisa. As técnicas utilizadas serão o grupo focal, ou seja, pretende-se realizar uma reunião grupal com os seis sujeitos juntos, em um mesmo dia, e a observação participante dos encontros realizados no local de pesquisa. A pesquisa proposta está de acordo com Gatti (2012, p. 22), pois a autora considera que “Em geral para projetos de pesquisa, o ideal é não trabalhar com mais de dez

participantes. Grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e também registros.”

Acredita-se que o grupo focal e a observação participante proporcionarão conhecimento aprofundado da realidade pesquisada, para Triviños (1987, p. 62), “[...] o trabalho e a linguagem estão intimamente ligados ao desenvolvimento desta propriedade do cérebro humano, a consciência, de refletir a realidade objetiva.” Em relação às técnicas de pesquisa, concorda-se com Gatti (2012, p. 29) que o grupo focal

[...] não se caracteriza como entrevista coletiva mas, sim, como proposta de troca efetiva entre os participantes. O moderador deve explicitar seu papel, que é o de introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir, procurando garantir, de um lado, que os participantes não se afastem muito do tema e, do outro, que todos tenham a oportunidade de se expressar, de participar.

Para a análise e a interpretação de dados optou-se pela categorização das questões levantadas, que se expressa através do agrupamento de ideias semelhantes, que para Gomes (1994, p. 70), “[...] a palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”, e posteriormente, interpretação dos resultados será por meio do que Minayo (1992 apud GOMES, 1994, p. 77) chama de “proposta dialética para análise de dados.” A operacionalização dessa proposta se dará por meio de três etapas, quais sejam: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final. A devolutiva aos sujeitos será dada através das reuniões que já são realizadas no CRAS de Guaxupé/MG, após a defesa da dissertação de mestrado.

No mês de realização da pesquisa, junho de 2016, noventa e sete famílias estavam representadas e participaram das reuniões promovidas pelo CRAS. Para fins desta pesquisa, utilizar-se-á a expressão responsáveis familiares<sup>3</sup>. A pesquisa foi explicada aos participantes da reunião de forma introdutória com o intuito de mobilizar as pessoas para a participação, deixando claro o caráter voluntário e a mesma não estaria vinculada ao recebimento de benefícios eventuais no âmbito do SUAS. Ao convidar os participantes, agendou-se a realização da pesquisa, por meio do grupo focal para o dia 01/07/16 no horário das 9 horas da manhã.

Na primeira reunião, realizada em 08/06/16, compareceram vinte e dois responsáveis familiares, destes, quinze atendiam aos critérios determinados para a participação na pesquisa, sendo eles: a família estar incluída no PAIF há pelo menos seis meses e ter participado de no

---

<sup>3</sup> O termo responsável familiar tem sido utilizado na Política de Assistência Social há vários anos para se cadastrar alguma família, seja no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), seja para cadastro no CRAS. Dessa forma, entende-se por responsável familiar aquela pessoa que se considera responsável pela família. Entretanto, no ato do cadastro da família, há uma priorização da mulher em detrimento do homem, conforme orientação do Governo Federal.

mínimo três reuniões. Entretanto, das quinze famílias aptas, apenas cinco se dispuseram a participar, outras pessoas presentes na reunião manifestaram interesse em participar, porém, apenas duas atendiam aos critérios. Outras que atendiam aos critérios justificaram não poder participar devido a compromissos anteriormente assumidos, tais como diária como faxineira e cuidado com crianças que estudam no período da tarde.

Na segunda reunião, ocorrida em 15/06/16, compareceram trinta e cinco responsáveis familiares, destes, dezessete atenderam aos critérios delimitados pela pesquisa, entretanto, apenas três se dispuseram a participar. Igualmente ocorrido na reunião anterior, vários responsáveis familiares gostariam de participar, mas no dia agendado, já haviam marcado compromisso.

Na terceira e última reunião do mês de junho, acontecida em 22/06/16, realizada junto às famílias em acompanhamento pelo PAIF, compareceram quarenta responsáveis familiares, sendo que destes, vinte e seis atendiam aos critérios da pesquisa mencionados anteriormente. Porém, apenas dois responsáveis familiares expressaram interesse em participar da pesquisa. Observa-se que nenhum outro responsável familiar manifestou interesse ou justificou o porquê não poderia participar da pesquisa. Esta situação chamou muito atenção, pois sendo a pesquisa de participação voluntária, não conseguiu mobilizar as pessoas para aderirem.

Outro fato marcante neste processo da construção da pesquisa, refere-se à mudança de sede do CRAS. Muitos usuários, apesar de serem avisados da mudança de local, não conseguiram localizar o local e/ou foram até a antiga sede para participar das reuniões, o que impossibilitou a participação dos mesmos. Atualmente, a sede está localizada no bairro Jardim Recreio e a antiga sede passou a ser a Unidade II, onde funcionam as oficinas de convivência e fortalecimento de vínculos.

Devido à distância entre a realização das reuniões e a data agendada para a coleta dos dados da pesquisa, foi realizado contato por telefone no dia anterior para os sete responsáveis familiares que se dispuseram a participar da pesquisa. Dentre os sete, obteve-se sucesso na ligação com apenas duas pessoas, pois os demais o número chamado estava indisponível ou fora de área de cobertura ou ainda, não atenderam ao telefone.

No dia agendado, dia 01/07, realizou-se novamente contato por telefone para aquelas pessoas que não atenderam ao telefonema anteriormente, conseguiu-se falar com três, sendo que estas haviam assumido compromisso e se esqueceram da pesquisa. Os compromissos assumidos foram: realização de faxina, levar criança à escola e consulta médica. Assim, compareceram apenas duas pessoas, sendo que uma compareceu no horário combinado e a outra cerca de quarenta minutos após, o que impossibilitou a realização da pesquisa.

Dessa forma, ficou combinado com as duas pessoas que estiveram presentes e também

com outra que se esqueceu, mas manteve o interesse em participar, que a pesquisa será realizada no dia 06/07/16 no horário das catorze horas (horário que ocorre a reunião com as famílias). Agendou-se neste horário e dia para abarcar outras pessoas para a participação na pesquisa, visto que não precisariam deslocar novamente de suas casas para participar. Assim, neste dia, a reunião foi conduzida por outro profissional, enquanto é realizada a recolha dos dados da pesquisa.

Na data agendada, 06/07/16, compareceu para a reunião com famílias do CRAS vinte e dois responsáveis familiares. Destes, cinco atendiam aos critérios para participação na pesquisa, pois estavam incluídos e em acompanhamento pelo PAIF por no mínimo seis meses e haviam participado de no mínimo três reuniões.

## **4.2 Universo da pesquisa**

### 4.2.1 Apresentando o município pesquisado: “Guaxupé: uma terra tão catita”<sup>4</sup>

O município de Guaxupé localiza-se no sudoeste de Minas Gerais, possui uma área de 286 km<sup>2</sup>. Compõe um dos municípios que pertencem à microrregião da Baixa Mogiana, limitando-se com os municípios de Tapiratiba, Estado de São Paulo, e São Pedro da União, Juruáia, Muzambinho e Guaranésia, sendo estes pertencentes ao Estado de Minas Gerais. O município está localizado numa área privilegiada de fácil acesso a grandes centros.

Segundo o historiador Marcos David, o Jornal Diário de São Paulo de 16/06/62 noticiou sobre a cidade de Guaxupé. Guaxupé foi fundada em 30 de maio de 1853, através da Lei n. 623, e emancipada em 30 de agosto de 1911, pela Lei Estadual nº 556, tendo sido desmembrada do município de Muzambinho. A nova comuna foi instalada em 1º de junho de 1912, data em que se comemora a emancipação política do município (SILVA, L. A., 2010).

A primeira Câmara Municipal do Município foi instalada em 1º de junho de 1912, tendo como presidente o Coronel. Antônio Costa Monteiro, que era o agente executivo. A Lei Estadual n. 663, de 18 de setembro de 1915, concedeu foros de cidade à sede de Guaxupé. A comarca de Guaxupé foi criada somente em 24 de janeiro de 1925 pela Lei n. 879.

Atualmente, o município de Guaxupé conta com uma população de 52.108 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE para o ano de 2016, estão divididos entre 24.619 homens e 24.811 mulheres, sendo que 46.480 pessoas residem na zona urbana e 2.950 na zona rural,

---

<sup>4</sup> Referência à parte do Hino à Guaxupé.

caracterizando uma concentração populacional na zona urbana. Atualmente, 16.157 pessoas se encontram ocupadas, dentre estas, 13.241 são assalariadas, o salário médio no município é de 2,2 salários mínimos, de acordo com dados do IBGE para o ano de 2014.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice do Desenvolvimento Humano do município (IDHM) no ano de 2010 é de 0,751. O IDH é avaliado pelos escores de 0 a 1, os municípios que se aproximam de 0 são os que têm pior desenvolvimento humano e os que se aproximam de 1 são os que melhor se desenvolveram. Para tanto, são considerados dados da educação, longevidade e renda per capita.

Quanto aos aspectos econômicos, Guaxupé possui uma economia basicamente agropecuária, contando com mais de 400 propriedades rurais, sendo o café o principal produto de cultivo. A produção de café no município corresponde a 10% de toda a produção de café do país. Em relação à pecuária, o que predomina é a criação de gado bovino leiteiro, não descartando a criação de rebanhos suínos, equinos e galináceos.

No setor industrial, três seguimentos se destacam: calçadista (pequenos produtores), eletromagnético (empresas que estão entre as cinco maiores do Brasil) e têxtil (empresa multinacional). Quanto às atividades comerciais, Guaxupé atrai grande parte dos municípios vizinhos, pois possui estabelecimentos comerciais variados, caracterizando-se como importante polo microrregional.

Na área de saúde, o município conta com a oferta de serviços em várias unidades de saúde, sendo cinco unidades de Saúde da Família que juntas atendem menos de 50% da população, um centro de especialidades, duas unidades básicas de saúde, uma unidade de atendimento à saúde da mulher, uma unidade atendimento à saúde da criança, um centro de saúde mental e um centro de atenção psicossocial (CAPS I). Na área de odontologia, as unidades de saúde da família, de saúde da mulher e uma unidade volante (trailer) ofertam este tipo de atendimento. O município conta ainda com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e um hospital credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Na área da educação, o município conta com cinco escolas que ofertam o ensino fundamental I<sup>5</sup> na zona urbana e duas que ofertam na zona rural. Quanto à oferta de educação infantil, são sete centros de educação infantil que atendem crianças entre 6 meses e 3 anos de idade. Entre 4 e 5 anos, são 3 escolas, ofertando o primeiro e segundo períodos. Entre as escolas estaduais, duas ofertam o ensino fundamental I e II, uma oferta apenas o fundamental II e duas ofertam o fundamental II e o ensino médio. Também é ofertado a Educação de

---

<sup>5</sup> É considerado ensino fundamental I, o que oferta entre o primeiro e o quinto anos. O fundamental II oferta de sexto e ao nono anos. O ensino médio oferta o primeiro, segundo e terceiro colegial.

Jovens e Adultos (EJA), ficando a cargo do município o ensino fundamental I e os demais são ofertados pelo Estado em duas escolas.

Com relação à Política de Assistência Social, o município de Guaxupé (2011) possui legislação própria (Lei n. 2.119, de 26/12/2011) que versa sobre a organização da Política de Assistência Social. Esta legislação se encontra adequada à Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n. 8.742 de 1993, considerada a Lei do SUAS, pois foi atualizada pela Lei n. 12.435 de 2011 (BRASIL, 1993, 2011). São três os equipamentos públicos que prestam serviço através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS possui uma unidade na qual realiza a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fora da sede do CRAS. O Sistema Único de Assistência Social no município é composto ainda pelas instituições não-governamentais que prestam serviços de proteção social básica e especial.

Atualmente, encontram-se certificadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) nove instituições, sendo três vinculadas à proteção social básica, ofertando SCFV e seis ofertando serviços de média e alta complexidades. Os serviços ofertados estão de acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Na proteção social básica, o CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além do Programa Bolsa Família, que possui um ponto de atendimento dentro do CRAS. O Programa Bolsa Família e o Programa de Benefícios Eventuais encontram-se vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social, porém, durante a realização da pesquisa, os benefícios eventuais estavam alocados no CRAS. Já na proteção especial, o CREAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, Serviço especializado para pessoas em situação de rua, pertencentes à média complexidade; serviço de acolhimento institucional: acolhimento institucional e casa de passagem, pertencentes à alta complexidade. No próximo item, será apresentado o CRAS do município e os serviços ofertados, dando especial ênfase no PAIF.

#### 4.2.2 O CRAS de Guaxupé em permanente construção

Para melhor compreensão da realidade do município de Guaxupé, considera-se importante mencionar as características gerais dos CRASs, como equipamento público da área da política de assistência social. De acordo com a classificação dos municípios

propostas pela PNAS (2004) que está em consonância com a definição do IBGE, o município de Guaxupé é considerado com estimativa de população de 52 mil habitantes, sendo classificado como município de médio porte<sup>6</sup> que abrange municípios que possuem população entre 50.001 e 100.000 habitantes, cerca de 10.000 a 25.000 famílias. O quadro abaixo traz informações sobre a obrigatoriedade de atendimento nos CRAS considerando o porte do município, os profissionais necessários e a capacidade de atendimento anual.

Quadro 1- Quantidade de CRAS por porte dos municípios

<b>Porte do Município</b>	<b>Quantidade de CRAS</b>	<b>Nº de Famílias Referenciadas</b>	<b>Profissionais de Nível Médio</b>	<b>Profissionais de Nível Superior</b>	<b>Capacidade de atendimento anual</b>
Pequeno Porte I	1	2500	2	2, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo	500 famílias
Pequeno Porte II	1	3500	3	3, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente psicólogo	750 famílias
Médio Porte	2	5000	4	4, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS	1000 famílias
Grande Porte	4	5000	4	4, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS	1000 famílias
Metrópole	8	5000	4	4, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS	1000 famílias

Fonte: Elaborado por Soraya Oliveira, baseado em Brasil (2005), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009 e 2012).

<sup>6</sup> O IBGE define a classificação dos municípios como pequeno porte I, pequeno porte II, médio, grande porte e metrópoles. Estes devem possuir população de até 20000, entre 20001 e 50000, entre 50001 e 100000, entre 100001 e 900000, e acima de 900001 habitantes, respectivamente (BRASIL, 2005).



O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal, descentralizada da Política da Assistência Social, sendo responsável pela oferta e organização da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS foi instituído no município de Guaxupé em setembro de 2007, na gestão do prefeito Abrão Calil Filho, quando estava localizado em um galpão do Parque de Exposição “Dr. Geraldo de Souza Ribeiro”. No ano de 2008, o CRAS mudou sua sede para as dependências da Escola Profissional Nossa Senhora Aparecida. Em 2011, o CRAS recebeu nova sede e passou a desenvolver seus trabalhos no Centro Integrado de Educação de Guaxupé (CIEG). Após vários anos buscando uma sede própria, desde dezembro de 2014, o CRAS passou a contar com sede própria que está localizada no bairro Santa Cruz, por onde permaneceu até junho de 2016. Atualmente, o CRAS possui sede própria, construída de acordo com as especificações do Governo Federal e está localizado no bairro Jardim Recreio.

O CRAS oferta serviço de proteção social básica e deve executar duas funções básicas, quais sejam: ofertar o PAIF e fazer a gestão da proteção social básica no território de abrangência. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009, p. 20),

As duas funções do CRAS são complementares e interdependentes, [...]. a oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços (no CRAS ou no território) e disponibiliza informações – sobre demanda a serem respondidas, potencialidades a serem fortalecidas – que contribuem para a definição de serviços socioassistenciais necessários. Por outro lado, a gestão da proteção básica no território assegura que a ação com a família, exercida por meio do PAIF, seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade.

A gestão territorial da proteção básica é composta pelas seguintes ações: articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, promoção da articulação intersetorial e busca ativa. A primeira ação busca definir fluxos de acesso e articulação entre os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. Já a articulação intersetorial busca aproximar-se de serviços de outras políticas públicas existentes no território, priorizando o acesso das famílias em situação de maior vulnerabilidade. Por fim, a busca ativa tem a função de identificar as vulnerabilidades e potencialidades do território, com o intuito de melhor conhecer a realidade local (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

Atualmente, a gestão do território é realizada de forma precária, visto que não dispõe de funcionários para a execução dos serviços, como por exemplo, um coordenador do CRAS.

Dessa forma, o serviço fica prejudicado devido à grande demanda, pois atende todo o território do município, impedindo de conhecer melhor a realidade do território e das famílias que habitam nele. Assim, o município já possui porte para ter dois CRAS.

O CRAS desenvolve dois serviços, sendo o primeiro, considerado mais importante, que é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Este trabalha exclusivamente com a prevenção das violações de direito, atendendo como público prioritário famílias que estejam cadastradas em programas de transferência de renda e em vulnerabilidade social e econômica. Nos dias atuais, são cerca de 4000 famílias cadastradas e 575 em acompanhamento familiar. De acordo com a PNAS (2004), o objetivo deste serviço é

[...] prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros), e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais ou de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). (BRASIL, 2005, p. 33).

Dentro desse serviço que são realizadas as reuniões com as famílias em acompanhamento pelo CRAS. As famílias participam sugerindo temas para serem abordados nas reuniões. Devido ao grande número de participantes, as reuniões não tem o formato de oficina, mas costuma-se trabalhar o tema com vídeos/ filmes de curta duração, músicas e palestras. Além da participação dos usuários, os temas também são indicados pela equipe técnica, de acordo com alguma data comemorativa ou algo que esteja sendo recorrentemente veiculado na mídia.

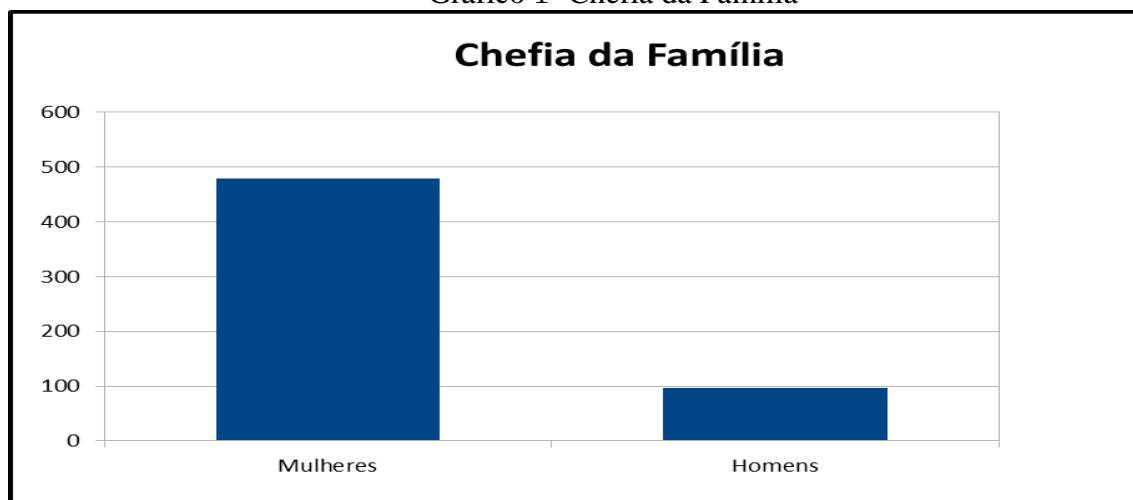
O segundo serviço, complementar às ações desenvolvidas pelo PAIF, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Este pode ser ofertado para diversas faixas etárias: para crianças de 4 a 6 anos, adolescentes de 12 a 17 anos e idosos acima de 60 anos. Atualmente, o CRAS de Guaxupé atende 6 crianças de 4 a 6 anos, 80 adolescentes de 12 a 17 anos e 60 idosos. Este público participa de oficinas de convivência e de fortalecimento de vínculos, que são desenvolvidas de segunda a sexta-feira na Unidade II do CRAS. São elas: artesanato, dança, hip hop, teatro, fanfarra e percussão, grupo socioeducativo, circo, cantocoral e capoeira. Para crianças de 4 a 6 anos, oferta-se exclusivamente trabalho psicossocial na brinquedoteca. Quanto a este serviço, verifica-se sua importância como complemento ao trabalho realizado com famílias. Para melhor desenvolvimento das atividades, o SCFV deveria contar com equipe própria de profissionais para que o PAIF não fique prejudicado, conforme as Orientações Técnicas.

Além dos serviços mencionados anteriormente, o CRAS incentiva a capacitação profissional das famílias cadastradas nos serviços. Entre os anos de 2013 e 2015, foram realizados mais de 20 cursos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em parceria com o Instituto Federal de Muzambinho (IF Sul de Minas, campus Muzambinho) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), capacitando mais de 400 pessoas. Através da parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), via Sindicato dos Produtores Rurais de Guaxupé, o CRAS capacitou mais de 200 pessoas, o que demonstra a necessidade das famílias terem formação continuada e demonstrarem interesse por isso. Entretanto, o desafio que se coloca, que não é um desafio individual, mas devido ao próprio sistema capitalista de produção, é a questão do emprego, pois mesmo melhorando a formação profissional, muitos não conseguem se inserir ou reinserir no mercado de trabalho, o que demonstra a necessidade do capital em manter o exército industrial de reserva, nos dizeres de Marx.

Para melhor apreensão da realidade, buscou-se conhecer o perfil das famílias que são atendidas e acompanhadas pelo CRAS. Até agosto de 2016, eram 575 famílias em acompanhamento pelo CRAS. É válido mencionar que este acompanhamento também se encontra prejudicado, visto que, o CRAS faz as avaliações socioeconômicas para deferimento dos benefícios eventuais que são a cesta básica, o leite integral, leites especiais e fralda geriátrica, estes dois últimos pertencem à política de saúde, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 39 de 9 de dezembro de 2010 que dispõe sobre o reordenamento dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

Na área da Assistência Social, a chefia da família é denominada como responsável familiar e dá-se prioridade para que seja a mulher, visto que existem pesquisas que comprovam que a mulher emprega melhor os benefícios recebidos em prol da família em relação ao homem. Mas, pode-se considerar uma forma de valorização da mulher.

Gráfico 1- Chefia da Família



Fonte: Elaborado por Soraya Oliveira.

Percebe-se com o gráfico acima que há uma nítida relação de gênero presente no acesso à Política de Assistência Social, qual seja, a maior parte dos responsáveis familiares são mulheres. Assim, a conceituação de gênero se relaciona diretamente com as construções históricas, sociais e culturais da sociedade, ou seja, gênero não é algo imutável, mas algo construído pelos homens. Para Maria Eulina Carvalho (2004, p. 1), gênero “[...] é definido como a construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo”. Já para Scott (1995, p. 86), gênero “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Maria Eulina Carvalho citando Bourdieu também considera que as relações de gênero também implicam uma relação de poder, na qual a mulher é inferiorizada em relação ao homem. Para a autora, “Gênero é um conceito relacional” e uma estrutura de dominação simbólica: os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação e as relações de gênero são relações de poder em que “[...] o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.” (BORDIEU apud CARVALHO, M. E. P., 2004, p. 1-2). Cisne (2015, p. 59) aponta que as relações de gênero são construídas socialmente, dessa forma,

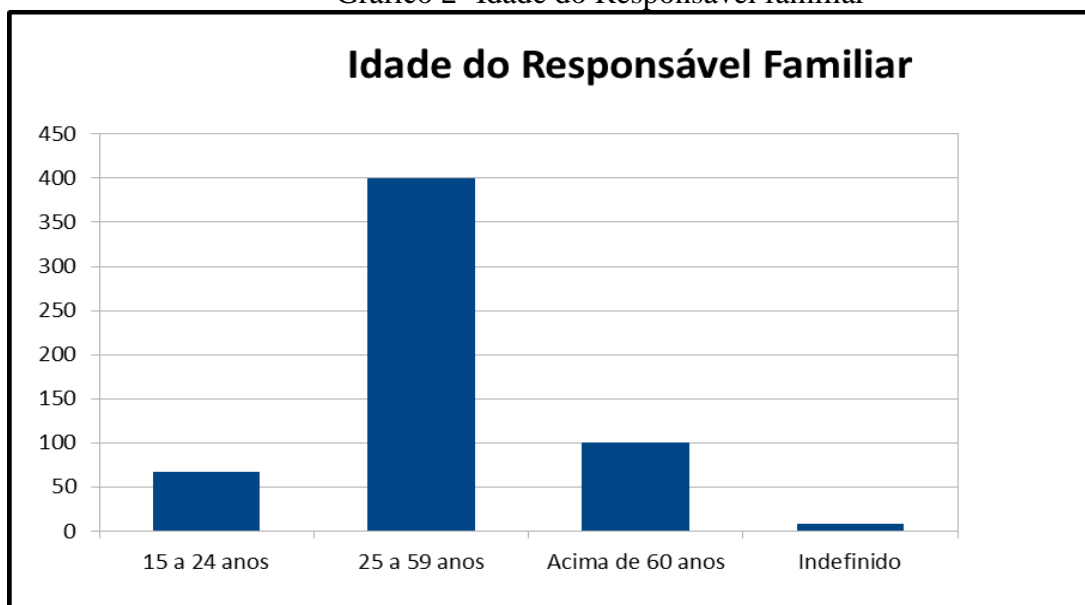
O conceito de gênero e de relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas naturalmente atribuídas às mulheres e aos homens, gestadores das desigualdades de gênero. É importante perceber que, sendo, fundamentalmente, resultado de uma construção social, essas relações são mutáveis.

A desigualdade entre homens e mulheres é advinda da divisão do trabalho, pois na sociedade capitalista, determinou-se o que deveria ser trabalho feminino e o que deveria ser trabalho masculino. Para Henriques et al. (2007, p. 17), “A posição social inferior da mulher na sociedade mantém fortes nexos com a divisão sexual do trabalho. Essa divisão resulta de uma correlação de forças antagônicas entre homens e mulheres e dos valores diferentemente atribuídos ao trabalho feminino e masculino” e que “[...] a perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica e, não de uma essência natural feminina.” (CISNE, 2015, p. 30). Dessa forma, considerando o histórico de subalternidade da política de assistência social em relação às demais e ainda a questão de que o indivíduo deve se expor para solicitar um auxílio da assistência social e esse papel normalmente é ocupado pela mulher, pois o homem se ocupa do trabalho fora do espaço doméstico, porém, é uma realidade que está mudando, visto que, as mulheres começaram a ocupar seu espaço fora do lar por requisição do próprio capital. Mas ainda são as que mais acessam a política de Assistência Social.

Outra questão que se buscou apontar é a idade do responsável familiar. Dentre as famílias pesquisadas, observa-se a predominância de famílias com responsáveis familiares entre os 25 e 59 anos, ou seja, a predominância da população adulta. Porém, não se pode desconsiderar que a população idosa também assume a responsabilidade sobre a família. De acordo com Vitale (2010, p. 96),

A pesquisa Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílio no Brasil (IBGE – Censo 2000) aponta que as pessoas com 60 anos ou mais constituem 8,6% da população. O estudo revela que os idosos chefes de família passaram de 60,4% em 1991, para 62,4%, em 2000. Desse universo, 54,5% vivem com os filhos e são a principal fonte no sustento deles. No entanto, sua renda é menor que a dos chefes de família do resto do país.

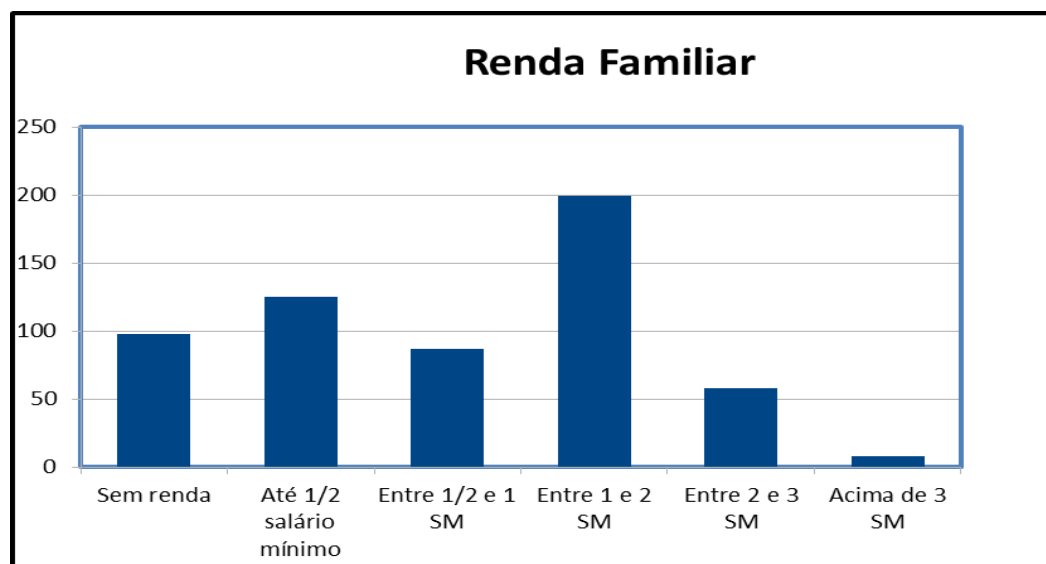
Gráfico 2- Idade do Responsável familiar



Fonte: Elaborado por Soraya Oliveira.<sup>7</sup>

Sabe-se que a renda familiar ainda é um parâmetro para acesso aos benefícios e serviços da Política de Assistência Social. Devido a isso, considera-se importante mencionar o perfil de renda das famílias que estão acompanhadas pelo CRAS.

Gráfico 3 – Renda Familiar



Fonte: Elaborado por Soraya Oliveira.

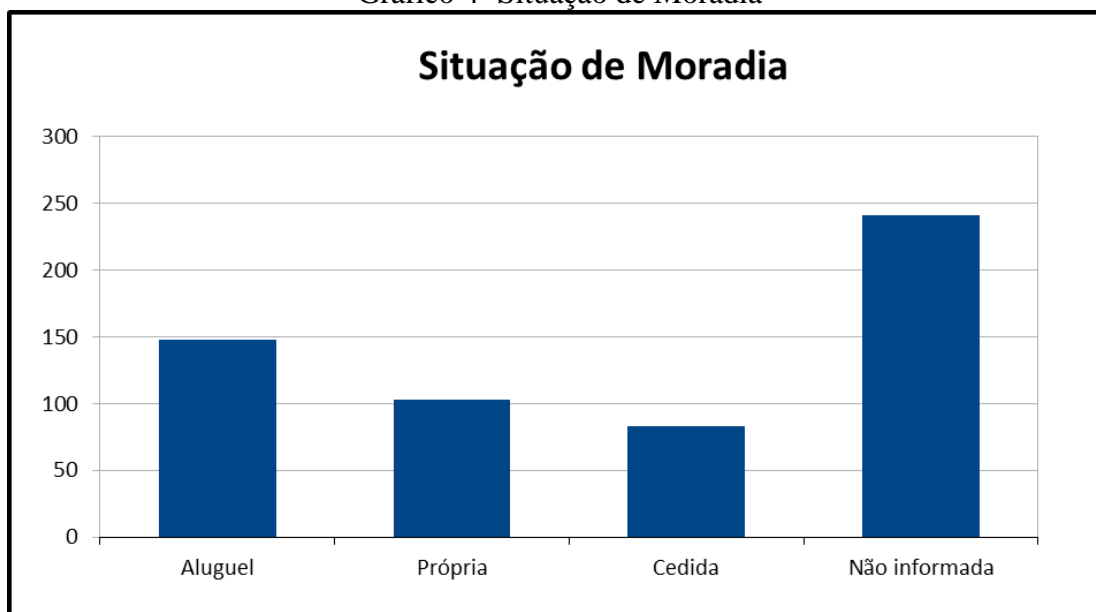
De acordo com o gráfico acima, verifica-se que a maior parte das famílias usuárias do CRAS encontram-se com renda familiar até dois salários mínimos, o que demonstra a

<sup>7</sup> Como os dados foram retirados do Sistema Gestor de Assistência Social, no qual constam os prontuários das famílias em acompanhamento pelo CRAS, alguns dados não foram preenchidos pelos profissionais, por isso a informação de indefinido.

situação de pobreza e extrema pobreza que essas famílias se encontram. Não se pode desconsiderar que uma parte considerável das famílias se encontram sem renda, o que identifica as famílias em extrema pobreza que são os principais públicos a serem atendidos pelos serviços e programas sociais.

Em relação à situação de moradia das famílias pesquisadas, observa-se que entre os dados colhidos, desconsiderando as famílias que não tem informação, a maior parte das famílias pagam aluguel o que onera sobremaneira a precária renda percebida. Muitas famílias solicitam o benefício eventual de cesta básica para complementar o orçamento familiar, visto que a renda que possuem é empregada para o pagamento do aluguel. Assim, o benefício não se configura como segurança alimentar ou situação emergencial, mas como complemento do orçamento por falta de acesso a política de habitação e por não ter o direito à moradia garantido.

Gráfico 4- Situação de Moradia



**Fonte:** Elaborado por Soraya Oliveira.

De acordo com os gráficos acima, observa-se que as famílias em acompanhamento pelo CRAS se configuram como famílias de baixa renda familiar, devido à inserção precária, informal ou nula no mercado de trabalho; a responsabilidade familiar é em sua maior parte exercida pelas mulheres, pois são essas que frequentam os serviços da política de assistência social, sendo a maior parte das famílias constituídas por responsáveis familiares adultos. A situação de moradia impacta diretamente nas estratégias de sobrevivência das famílias, pois as casas de aluguel, própria ou cedida são em sua maioria precárias, residindo em cortiços, co-habitação e/ou casas de fundo.

#### 4.2.3 As famílias participantes: quem são

Conforme critério adotado para a realização da pesquisa, todos os participantes estão cadastrados e em acompanhamento pelo CRAS há mais de seis meses e já participaram de pelo menos três reuniões. Dentro do CRAS são realizadas três reuniões por mês, sendo duas voltadas às famílias com filhos e outra voltada às pessoas solteiras, adultos e idosos, visando adotar temas que estejam mais próximos da realidade delas, conforme mencionado acima. Entretanto, algumas pessoas perdiam o dia agendado para a reunião e acabavam participando de outra data, conforme a disponibilidade de cada um. É válido lembrar que alguns responsáveis familiares por estarem trabalhando no horário do acontecimento da reunião, enviavam algum outro membro da família, desde adolescentes (geralmente filhos) até idosos (pais dos responsáveis familiares). Porém, para a realização do grupo focal, adotou-se somente a participação de responsáveis familiares que tivessem participado de pelo menos três reuniões. O tempo de acompanhamento das famílias pesquisadas variou entre 9 meses a 5 anos aproximadamente.

Quanto ao tema das reuniões, a equipe do CRAS buscou sugestões das próprias famílias e também observando o calendário de lutas sociais ou datas comemorativas para explanar sobre determinado assunto. Dessa forma, alguns dos temas trabalhados durante o ano são: planejamento orçamentário e financeiro das famílias, dia internacional das mulheres e seus significados, campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, dia da consciência negra, família e suas múltiplas configurações, direitos sociais, impeachment da presidenta Dilma, campanha outubro rosa e novembro azul (em parceria com a Secretaria de Saúde), o trabalho e sua importância, voto consciente, entre outros. A última reunião do ano, ocorrida no mês de dezembro, está reservada à avaliação do trabalho e os serviços ofertados pelo CRAS. No mês de janeiro, não se desenvolvem reuniões, pois como é período de férias escolares, as famílias não têm com quem deixar as crianças e como o CRAS não dispõe de funcionários suficientes e capacitados para cuidar das crianças no período da reunião, optou-se por não realizar reuniões no período de férias escolares.

Dos cinco participantes da pesquisa, quatro eram mulheres e um homem. Entre as mulheres, apenas uma estava casada e o marido quem provia as despesas da casa. Duas mulheres provinham à sobrevivência da família sozinhas, sustentando filhos e netos com trabalho informal, pensão alimentícia, programa Bolsa Família (este presente em todas as famílias que participaram da pesquisa) e/ou benefício previdenciário.



Com a Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, tem-se o marco da saída das mulheres do espaço doméstico para adentrar no espaço público, devido ao novo modelo de produção que requisitou vasta mão de obra para compor o trabalho nas fábricas, além de ser uma questão de manutenção da sobrevivência das famílias operárias. Assim, no capitalismo industrial ainda houve predominância do homem como único provedor. Já no capitalismo flexível, temos dois provedores: o homem e a mulher, mesmo que esta última seja considerada força de trabalho secundária.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor adicionado (políticos, econômicos, militares etc.). (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599 apud GAMA, 2014, p. 38).

Segundo dados do IPEA (PINHEIRO, 2016), em 1970, 18,5% das mulheres eram economicamente ativas; em 2010, eram 50%. Outro dado bastante relevante para considerarmos a relação da saída da mulher do espaço doméstico para assumir atividades no espaço público é que em cada dez mulheres, quatro não conseguem se colocar disponíveis para o mercado de trabalho, devido às responsabilidades familiares que implicam no trabalho doméstico não-remunerado. Este mesmo instituto aponta que há um esgotamento da participação das mulheres em atividade no mercado de trabalho, sendo que na série histórica, em 2005, houve 59% de mulheres ocupadas no mercado de trabalho. Já em 2014, este percentual não passou de 57%, apontando o seu esgotamento.

Em conformidade com os dados acima, Gama (2014, p. 55) aponta que as mulheres ainda nos dias atuais são consideradas força de trabalho secundária, afirmando ser o homem o principal provedor. Entretanto, com o dismantelamento das políticas sociais, as mulheres não podem permanecer dependentes dos homens – maridos, pois os mesmos já não podem sustentá-las como antes faziam. A ideia do homem como provedor principal se solidificou com o Estado de Bem-Estar Social.

O Estado de Bem-Estar Social se desenvolveu de forma específica em cada país. Mas de forma geral, pode-se elencar algumas características principais: em primeiro lugar, primazia da responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, através da regulação da economia, mantendo o ‘pleno emprego’; oferta de serviços sociais como educação, segurança, assistência médica e habitação; em segundo, a universalidade dos

serviços sociais; e em terceiro, a implantação de serviços de assistência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nota-se que as políticas sociais definidas na Constituição Federal Brasileira de 1988, principalmente, a Seguridade Social brasileira, composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, são de inspiração do Plano Beveridge, que definiu o sistema inglês de proteção social. Behring e Boschetti (2011, p. 95), citando Marshall, apontam algumas ações do Plano Beveridge.

[...] o Plano Beveridge consistiu em fazer uma fusão das medidas esparsas já existentes, ampliar e consolidar os vários planos de seguro social, padronizar os benefícios e incluir novos benefícios como seguro acidente de trabalho, abono familiar ou salário-família, seguro-desemprego e outros seis auxílios sociais: auxílio funeral, auxílio-maternidade, abono nupcial, benefícios para esposas abandonadas, assistência às dona de casa enfermas e auxílio-treinamento para que os trabalhavam por conta própria.

Dentro das características mencionadas anteriormente que compõem o Estado de Bem-Estar Social, é notório o foco nas famílias como beneficiárias dos serviços sociais públicos. Nesse sentido, as famílias se tornaram um dos pilares de sustentação do Welfare State. Conforme aponta Gama (2014, p. 74),

Beveridge, o arquiteto do Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra, podia argumentar que sua proposta de proteger as mulheres através de seus maridos constituía um justo reconhecimento do valor de seu trabalho de cuidado (Beveridge, 1942). O problema é que tais políticas colocavam as mulheres sob a dependência econômica dos homens.

Assim, as políticas públicas criadas com o *Welfare State* são voltadas à garantia de direito dos trabalhadores, por meio da seguridade social, e também reforçam o homem como principal provedor da família, haja vista, o pagamento do abono família, aumentando a renda familiar de acordo com o número de filhos. Dessa forma, as políticas consideradas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares, não foram criadas especificamente para isso.

Quanto ao trabalho do cuidado, realizado predominantemente pelas mulheres, a literatura dispõe de dois modelos principais, são eles: o familista e o desfamilizador. Segundo Gama (2014, p. 76), embasada nos estudos de Sarraceno (1995), Knijn e Ungerson (1997) e Sainsbury (2001), o regime familista se configura como “[...] a responsabilidade principal do bem-estar está a cargo das famílias e das mulheres nas redes de parentesco. Mesmo que as mulheres trabalhem de forma remunerada são elas, eminentemente, que irão desenvolver

estratégias para articular trabalho e família.” Algumas características se configuram como principais nesse modelo, são elas: a centralidade do casamento, a divisão sexual do trabalho, caráter subsidiário das intervenções públicas, admissão de benefícios por necessidade, não remuneração do trabalho do cuidado e foco na família (GAMA, 2014). Com relação ao regime desfamilizador, a mesma autora (2014) aponta como características desse regime a separação público-privado, admissão de direitos pela via da cidadania, o trabalho do cuidado é remunerado e o foco se encontra no indivíduo.

Em relação ao abandono do mercado de trabalho para assumir os cuidados domésticos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua Convenção de número 156 de 1981 trata sobre a Igualdade de Oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. Os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres, faz-se necessário modificar o papel tradicional dos homens e mulheres na sociedade e na família (OIT, 2009). A referida Convenção aponta em seu Artigo 8º que “[...] as responsabilidades familiares não devem constituir, como tais, motivo válido para o término de uma relação de trabalho.” (OIT, 2009, p. 10). O Brasil não é signatário desta Convenção, o que implica nas mulheres continuarem assumindo as responsabilidades domésticas, ou seja, a reprodução e os homens, a produção.

Outra consequência de não ser signatário é que o Brasil não teria responsabilidade de promover e desenvolver políticas públicas para os trabalhadores com responsabilidades familiares. Atualmente, a política pública mais conhecida que procura conciliar trabalho e família é a educação infantil, que, por meio da inclusão de crianças em creches e pré-escolas, facilitam a entrada ou volta das mulheres ao mercado de trabalho. Para Sorj e Fontes (2010, p. 70), “O impacto da creche no aumento da participação das mães no mercado de trabalho e na qualidade dessa inserção é mais forte entre os mais pobres, mas ocorre em todas as camadas sociais”, ou seja, a inclusão de crianças na educação infantil contribui não só para a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas também para sua qualificação profissional.

Para Bruschini e Ricoldi (2009, p. 112) a educação infantil se constitui como importante política de conciliação entre trabalho e família e ainda aponta suas contribuições.

As creches e as escolas de educação infantil têm sido vistas, desde meados da década de 1980, como um direito das crianças, e não só das mães trabalhadoras. Foi a partir da década de 1980 que o número de creches teve importante crescimento, porém, nunca chegou a um patamar satisfatório em relação à demanda. A política pública de educação infantil, no entanto, ainda é um importante fator para o ingresso das mães no mercado de trabalho, além de contribuir para a elevação da renda familiar e dos salários femininos dos domicílios com crianças atendidas por creches.

Sorj e Fontes (2010) também avaliaram o impacto do Programa Bolsa Família para a conciliação entre trabalho e família em pesquisa realizada comparando dados da região Sudeste e Nordeste. Para as referidas autoras, o Bolsa Família desempenha papel negativo quanto à quantidade e qualidade do trabalho das mulheres. Entretanto, as autoras mencionam a efetividade do Programa no combate à fome e à saída de milhões de pessoa da extrema pobreza.

Apreende-se, assim, que o efeito negativo do Bolsa Família na quantidade e na qualidade do trabalho das mulheres é maior no Nordeste do que no Sudeste, podendo estar relacionado ao fato de a Bolsa, que é sempre a mesma, valer menos no Sudeste do que no Nordeste, uma vez que o custo de vida nesta região é mais baixo. Nesses termos, o impacto do Bolsa Família pode estar desencorajando a busca por trabalhos de melhor qualidade no Nordeste. (SORJ; FONTES, 2010, p. 61).

De acordo com a pesquisa realizada, Bruschini e Ricoldi (2009) apontam algumas outras políticas que favorecem esta conciliação, além da educação infantil, são elas: o transporte escolar, a jornada ampliada na escola, oferta de atividades de lazer, esportivas e culturais no contra-turno escolar, a licença maternidade e a amamentação.

Voltando ao perfil das famílias participantes da pesquisa, uma das mulheres é idosa, não tem renda e não recebe nenhum benefício previdenciário, sobrevivendo da ajuda dos filhos, visto que, não tem idade para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O único homem a participar da pesquisa reside sozinho e sobrevive do Programa Bolsa Família e do benefício eventual de cesta básica, visto que, se encontra impossibilitado de trabalhar devido a problemas de saúde e não recebe nenhum benefício previdenciário por não ter contribuído para a previdência social.

Em relação à escolaridade dos participantes, todos concluíram o ensino fundamental I que compreende os anos de 1º ao 5º, exceto uma que cursou apenas o primeiro ano. Apenas uma participante terminou o ensino fundamental II (até o 9º ano). Quanto à idade dos participantes, todos são considerados adultos, entre 25 e 59 anos, exceto uma que é idosa.

#### 4.2.4 Desvelando as vozes dos participantes

Para melhor captar as vozes dos participantes da pesquisa, optou-se pelo grupo focal como possibilidade de interação entre os participantes, pois o grupo proporciona a troca de vivências e experiências de vida, proporcionando reflexão entre os participantes. Após as tentativas de realizar o grupo focal, finalmente, foi realizado no dia 06/07/16 às 14 horas na sede do CRAS, localizado à Avenida Prefeito Walmor Álvaro Toledo Russo, nº 351, bairro

Jardim Recreio.

Como forma de análise dos dados, adotou-se a categorização dos dados e o método materialista histórico-dialético. O interesse pela pesquisa surgiu por querer saber como os usuários da política de assistência social percebem o trabalho socioeducativo realizado no CRAS. Dessa forma, adotou-se as seguintes categorias: Motivo das reuniões do CRAS, Temas das reuniões, trabalho da equipe e sugestões para o CRAS. Com o intuito de manter o sigilo quanto à fala dos participantes, nomeou-os como participante 1, participante 2, participante 3, participante 4 e participante 5. Para tal designação, levou-se em consideração a ordem das falas dos usuários.

Buscou-se apreender a visão do usuário quanto ao motivo das reuniões serem realizadas no CRAS, três dos participantes afirmaram que é para verificar quem precisa ou não do benefício eventual. Os benefícios eventuais de cesta básica, leite integral, leites especiais (para recém-nascidos) e fralda geriátrica estão alocados no CRAS e a participação nas reuniões está condicionada ao recebimento dos benefícios. Entretanto, considera-se o impedimento da família de não participar da reunião, desde que seja informado ao profissional. Os maiores impedimentos estão relacionados ao trabalho informal eventual e à tratamento médico. Dois participantes mencionaram que o motivo de realização das reuniões está vinculado ao benefício eventual.

É para eles esclarecer, ter certeza de que a pessoa realmente está precisando.  
(PARTICIPANTE 2).

Se necessita ou não necessita, porque fazer a reunião para saber quem precisa e quem não precisa, então é bem organizado. Eu acho que é importante ter [a reunião].  
(PARTICIPANTE 5).

Outros participantes concordaram que é para verificar quem precisa ou não do benefício, mas também é para trazer informação sobre determinado assunto. Quando o usuário começa a entender a importância de se trabalhar temas durante as reuniões, que estes vão além da condicionalidade para obter o benefício, entende-se que a dimensão educativa está sendo observada dentro do trabalho profissional pelos usuários da assistência social.

Não, eu acho que a reunião é assim, cada mês, cada reunião que a gente vai, eles abordam, eles informam a gente cada mês o que está acontecendo. Informa a gente de muita coisa que a gente não tem informação, então, através deles a gente fica sabendo. A gente fica sabendo sobre o que a gente tem direito, o que a gente pode procurar, né? Quais são as formas e os nossos direitos. Eu acho que os motivos da reunião são esses. Certo? Na minha opinião, são esses. (PARTICIPANTE 1).

Uai, eu também acho como ele falou que é para gente saber mais coisa e também pra ver se a gente está precisando ou não do benefício. (PARTICIPANTE 3).

A segunda questão foi sobre o que eles mais gostam na reunião. Alguns mencionaram que gostam dos temas, pois são relevantes para a vida.

Eu gosto também e acho importante que eles explicam pra gente o que faz e como faz e com a informação fica tudo melhor. E a cesta de alimento vai ajudando, tudo fica melhor. (PARTICIPANTE 5).

Este participante mencionou a importância de se ter a informação para saber o que e como fazer. Ele se refere aos serviços ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, pois antes, ele não sabia onde e como acessá-los. O participante deixa clara a importância do benefício eventual de cesta básica, pois suas condições de sobrevivência demonstram a dependência do referido benefício. Percebe-se aqui a importância de se socializar informações aos usuários da política de Assistência Social, pois se não houver este trabalho, muitos não tem acesso aos mínimos direitos.

Bom, eu gosto do tema que eles abordam. As informações que são passadas, que é explicada nos detalhes. As informações, às vezes, um vídeo. Por que as coisas bem explicadinhas pra gente que é leigo, a gente entende. Agora se você não souber explicar, pode explicar dez, duzentas vezes que a gente não vai entender. Então, é bom [a reunião] por causa disso, a gente está atento. Às vezes, as crianças conversam, mas criança não aborrece, criança é criança. Então, a gente tem que prestar atenção, pra gente conscientizar. (PARTICIPANTE 1).

Este participante mencionou a importância das reuniões serem realizadas e também a forma de condução das mesmas, pois o método trabalhado favorece o aprendizado e até mesmo a ‘conscientização’, conforme descrito acima. Este mesmo participante apontou o lanche servido nas reuniões como uma das coisas que mais gosta:

“Eu amo também o cafezinho que é dado na reunião.” (PARTICIPANTE 1).

Observa-se que não basta tratar determinado tema para as famílias, é preciso utilizar de uma metodologia que aproxime da realidade das famílias e façam sentido para elas. Durante o trabalho social realizado no CRAS, busca-se a utilização da metodologia de educação popular, baseada nos preceitos freirianos de apreensão e transformação da realidade.

De acordo com Yazbek (2009, p. 154), apesar dos serviços serem prestados e estarem eminentemente voltados ao fornecimento de subsistência material, a ação socioeducativa está presente.

A assistência tem dupla face: é prestação de serviços e é ação socioeducativa. Assim, a busca de ajuda não se restringe ao plano da subsistência material, [...], na busca de ser ouvido e orientado, embora nas sete narrativas questões relativas ao plano de sobrevivência material estivessem sempre presentes como justificadoras da busca de assistência.

Alguns participantes se sentem motivados e valorizados a participar das reuniões pois a consideram um momento de estar em grupo e encontrar com pessoas. O ser humano precisa estar em grupo para poder desenvolver suas potencialidades, pois sozinho, não consegue desenvolver suas potencialidades e se socializar.

Eu também, o que eu mais gosto é da oportunidade que a gente tem aqui, a gente fica feliz de ter qualquer tipo de oportunidade para poder desenvolver um curso, atividades comuns, né? Pra gente, tudo que é falado aqui, eu gosto. (PARTICIPANTE 2).

É um momento de conhecer, encontrar pessoas diferentes. Tem pessoas aqui que fazia bastante tempo que eu não via, a gente voltou a se comunicar por causa das reuniões. (PARTICIPANTE 3).

Eu, o que eu gosto é ficar no meio das pessoas, ter informação, explica tudo direitinho pra nós. (PARTICIPANTE 4).

Nota-se que os participantes da pesquisa não têm tempo suficiente para rever pessoas queridas e amigos, assim, a reunião foi considerada um espaço para isso: partilhar a vida cotidiana, partilhar experiências e reencontrar pessoas. Essa falta de tempo pode ser considerada por vários motivos, a ocupação em busca do trabalho remunerado, o cuidado com crianças, as consultas médicas e também a falta do lazer como direito garantido presente na vida dessas famílias.

Apareceu na fala de um participante o tratamento dispensado aos usuários pelos funcionários. Os usuários se sentem acolhidos ao participarem do serviço por serem respeitados.

O jeito que a gente é tratado aqui também nossa..., mais o tratamento da gente aqui, mas é muito, muito, eu gosto muito. É maravilhoso o tratamento aqui, de todo mundo, no geral. (PARTICIPANTE 2).

Considera-se como parte da acolhida o tratamento dispensado aos usuários, pois se os usuários são bem recebidos e orientados, cria-se uma referência dentro do território que é o CRAS. A acolhida é uma ação preconizada pela PNAS (2004) e de fundamental importância para a execução dos demais serviços.

A terceira questão trabalhada no grupo focal foi em relação aos temas das reuniões. Vários temas foram retratados na fala dos participantes, tais como relacionados à cultura do Brasil e o folclore local, comemoração do dia internacional das mulheres, violência contra o idoso e o Programa Bolsa Família.

Então, tempo que eu tive na escola, eu não tive a oportunidade de aprender isso. Agora pra você ver, eu já estou velha, então, a gente vem saber, depois de velha, porque nunca é tarde, certo? A gente mesmo depois de velha está informada. É coisa que a gente não soube quando era criança. Então, é importante. (PARTICIPANTE 1).

Este participante mencionou a importância do aprendizado, pois quando era criança não pode apreender, pois não frequentou a escola. Entretanto, o aprendizado repassado parte de algo concreto, ou seja, da realidade dos participantes. Socializar o conhecimento é um dos trabalhos realizados pelo Serviço Social como forma de contribuir para o avanço efetivo da classe trabalhadora, principalmente a que se encontra subalternizada, pois não teve acesso ao conhecimento que pode contribuir com seu protagonismo e avanço enquanto classe na sociedade do capital. Para Yazbek (2009, p. 168),

Muitas vezes ao longo dessas reflexões observamos que a pobreza não se restringe à dimensão material da existência humana, penetrando perversamente na vida espiritual dos que a vivem. Observamos que, na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram.

Este mesmo participante apontou outro tema:

O tema que eu achei importante pra gente, que a gente deve seguir o exemplo é aquele da mulher [Comemoração do Dia Internacional das Mulheres]. Eu ouvi duas vezes, em duas reuniões, no ano passado e neste ano. Eu acho que a mulher não pode deixar, ser submissa ao marido, ela tem que sempre ser igual a ele, certo? Ela tem que lutar, ela nunca pode ser só dependente dele, ela também tem que mostrar que ela também tem o direito e o poder de ser como ele. Eu acho que aquilo lá é verdade. Na minha opinião foi o que mais contribuiu. Pra você ver que precisou tantas mulheres daquela morrer [na fábrica norte-americana], pra outras mulheres virem para ter direito. Para você ver, hoje, já está evoluindo bastante, você não viu a Luiza Brunet? Com um homem poderoso, rico, ela foi e denunciou, entendeu? Então, hoje isso [denunciar] não é coisa só de pobre, as mulheres agora estão tendo coragem para avançar, entendeu? E se as mulheres não fizerem isso, vão morrer tudo. (PARTICIPANTE 1).



Como observado, esta participante frequenta por vários anos as atividades do CRAS e se sente empoderada e igual aos homens e acha que todas as mulheres devem adotar essa postura de igualdade. Outra participante também concordou com a anterior sobre o tema do dia internacional das mulheres.

Eu me lembro desse que ela falou, das mulheres, porque o período que eu morei na roça, eu não vim e não vi os outros temas pra trás. Eu gosto de tudo, de curso, de reunião. (PARTICIPANTE 4).

Outro tema relevante para os participantes do grupo focal foi sobre a cultura que apareceu em duas falas. Muitas vezes, acham que as manifestações culturais presentes não são cultura, pois nunca ouviram falar sobre o que é cultura.

Sobre a atividade da cidade, sobre o folclore, muita coisa que a gente não sabia, a gente ficou sabendo naquele dia, sobre a cultura, sobre as companhias de reis, sobre muitas coisas que a gente não sabia que é importante pra gente. (PARTICIPANTE 2).

É igualzinho a gente já conversou, já discuti sobre a origem das danças, de onde vem as comidas, entendeu? (PARTICIPANTE 1).

Nesse sentido de valorização da cultura popular que perpassa a subjetividade dos indivíduos, Yazbek (2009, p. 84) aponta:

Há, portanto, uma clara vinculação entre a constituição da individualidade, da subjetividade e a experiência histórica e cultural dos indivíduos. Experiência que envolve sentimentos, valores, consciência e que transita pelo imaginário e pelas representações. Nos marcos da tradição marxista Thompson, ao trabalhar as condições concretas da vida dos trabalhadores, recorre à experiência como categoria capaz de situar a práxis humana, valorizando a esfera dos valores, da cultura, do fazer político dos indivíduos.

Por fim, dois participantes apontaram o tema Bolsa Família como relevante para a vida deles. Ambos apontam que o Programa Bolsa Família<sup>8</sup> contribuiu para a manutenção da sobrevivência das famílias. Este tema tem sido trabalhado no decorrer dos últimos anos visando orientar as famílias sobre as formas de acesso e também as condicionalidades para a permanência no programa. Existem muitas críticas em relação ao Programa Bolsa Família, principalmente, quanto à porta de saída, porém, para algumas famílias, é a única renda percebida.

---

<sup>8</sup> O Programa Bolsa Família foi instituído pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003 e teve como objetivo unificar os programas de transferência de renda: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-alimentação.

O meu [tema] é sobre a Bolsa Família que é bom pra todos nós, o Bolsa Família ajuda muito a gente, a gente que necessita. (PARTICIPANTE 5).

O Bolsa Família acaba sendo o mais importante de tudo, pois tem tanta criança que precisa de um leite ninho, essas coisas. (PARTICIPANTE 2).

De acordo com Silva, Yazbek e Di Giovanni (2006, p. 138),

O Bolsa-Família, que tem coordenação unificada, atribui uma grande ênfase em contrapartidas ou condicionalidades que devem ser assumidas pelas famílias beneficiárias, sob a justificativa de fazer com que o Programa seja capaz de romper com o viés assistencialista que tem marcado as Políticas Sociais brasileiras. Nesse sentido, as contrapartidas indicadas são as seguintes: manutenção de filhos em idade escolar na escola; frequência regular de crianças de 0 a 6 anos de idade aos postos de saúde, com a manutenção do cartão de vacinas atualizado; frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina; retorno de adultos analfabetos à escola, devendo todas as famílias participarem de ações de educação alimentar que devem ser oferecidas pelo governo.

A última categoria pesquisada refere-se à visão do usuário quanto ao trabalho desenvolvido pela equipe de profissionais do CRAS. Percebe-se aqui falta de criticidade por parte do trabalho dos profissionais, pois muitos serviços que poderiam ser ofertados não são devido às condições de trabalho, à falta de profissionais e a presença dos benefícios eventuais dentro do CRAS. Porém, a falta de criticidade sobre os serviços se deve ao desconhecimento dos usuários em relação ao que determina a Política de Assistência Social. Para alguns participantes, basta ser bem acolhido que o trabalho é bem executado.

Pra mim é perfeito. É como a gente estava falando, a gente é bem atendida, a gente tem tanta assistência que a gente precisa, como vocês que estão sempre de braços abertos para acolher bem. Eu estou falando por mim quando eu vejo a reunião cheia de gente, acolhendo todo mundo, então, pra mim é perfeito. Eu não tenho o que falar não. (PARTICIPANTE 2).

Eu a mesma coisa. É, tem me ajudado muito a assistência social, me trata muito bem, tem me ajudado muito a cesta e o Bolsa Família. (PARTICIPANTE 5).

Já este participante, entende a dinâmica de trabalho realizado e considera que é bom para não ‘tumultuar’, visto que são muitos os usuários da assistência social que frequentam o CRAS.

Eu acho muito bom, não tinha que mudar nada, porque as reuniões são feitas em grupo e em partes, em dias diferentes para não tumultuar todo mundo. Eu acho que a palestra no mês é toda igual, o atendimento é bom, certo? É continuar, se tiver como, dentro da ideia de vocês melhorar mais e mais pra nós seria melhor. Os cursos, nossa, foram muito bons, se puder conseguir mais cursos, oferece que a gente agradece, a gente aprende muito, muito mesmo. (PARTICIPANTE 1).

Quando este participante menciona que as reuniões são todas iguais, ele se refere ao tema do mês, pois nas três reuniões realizadas no mês, o tema trabalhado é o mesmo. As reuniões são realizadas utilizando de materiais como palestras, vídeos, músicas e cartazes que possam suscitar a discussão pelos participantes.

Este outro usuário considera que o trabalho dos profissionais do CRAS contribuiu para que ele soubesse o que era uma reunião. Antes do CRAS, ele nunca havia participado de nenhuma reunião e sente-se valorizado por isso. Dessa forma, pode-se dizer que ele se sente cidadão por poder aprender e estar com outras pessoas.

É que nem eu, eu não sabia o que era reunião, o que era nada, depois que eu vim pra cá que eu aprendi. Eu me sinto muito bem participando da reunião. Eu não quero falhar nem um dia, só seu eu for trabalhar. Se eu pudesse trabalhar, eu vinha, porque aqui a gente aprende muita coisa. (PARTICIPANTE 5).

Para Yazbek (2009, p. 176), é fundamental que o trabalho profissional dentro da política de assistência crie possibilidade de participação do sujeito. “[...], criar condições para que os subalternizados caminhem na direção de sua constituição como sujeitos é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva à reiteração da subalternidade de seus usuários.”

Ao final dessa discussão, a participante 1 disse que vindo à reunião estava provando que era agradecida pela ajuda que recebe. Assim, surgiu a discussão sobre se a assistência social seria um direito ou um favor. Alguns mencionaram que é um direito, entretanto, depende de quem o operacionaliza para poder acessá-lo.

É um direito e a boa vontade das pessoas, de todos. Porque não adianta a gente ter o direito e não ter ninguém quem cuide dos nossos direitos. (PARTICIPANTE 1).

Nesse sentido, o assistente social contribui para a efetivação do direito à assistência social, pois é o profissional que está na execução dos serviços, proporcionando o acesso dos usuários. Segundo Yazbek (2009, p. 146), “As ações assistenciais podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo. E, mais ainda, pode ser tudo isso junto.” A mesma autora considera que,

Além de agente privilegiado na operação de programas assistenciais, o assistente social é o profissional demandado para dar conta do mecanismo assistencial que permeia as políticas de corte social, fazendo frente a uma diversificada demanda de ações assistenciais, em geral na condição de técnico subalterno. (YAZBEK, 2009, p. 163).

Os participantes da pesquisa também mencionaram que após o CRAS estar localizado na periferia do município, facilitou o acesso da população aos benefícios eventuais.

A gente vai na prefeitura, na Fepasa, hoje está perto da gente, mais fácil, e a gente fica por dentro das coisas e cada hora um chegava para atender a gente. (PARTICIPANTE 5).

Porque, antigamente, era assim: a gente tinha que ficar esperando quando eles pudessem fazer visita pra depois saber se ia pegar a cesta, se não ia ganhar. Entendeu? (PARTICIPANTE 1).

Depois do CRAS ficou mais fácil o atendimento da gente, antes a gente nem sabia onde ia. (PARTICIPANTE 2).

Percebe-se no relato dos participantes que mesmo o CRAS não sendo territorializado como prevê a PNAS, os usuários criaram um vínculo entre os profissionais e tem esta unidade estatal como referência para busca de informação. A questão do território é de extrema importância dentro da política de assistência social por se conhecer melhor as famílias que ali residem e também para melhor atender determinado público. Entretanto, não se pode querer que o território dê conta de todas as soluções para as demandas apresentadas pelas famílias. Aliás, a política de assistência social não pode querer fazer a transformação social sozinha, visto que ela foi criada para reproduzir a ideologia dominante e fazer o enfrentamento a isso é algo emblemático.

Como o Serviço Social está situado no complexo da ideologia, a lógica que a dimensão socioeducativa segue na política de assistência social é a reprodução da ideologia dominante, assim, romper com esta lógica é algo inovador e precisa saber até que ponto os profissionais estão dispostos a fazer este enfrentamento. De acordo com Solange Maria Teixeira (2013, p. 129) citando Brasil (2008b),

Nessa perspectiva, uma das sugestões do trabalho socioeducativo é auxiliar no desenvolvimento de habilidades do cuidado e socialização das famílias. Visto que o objetivo do trabalho social é 'a potencialização dos recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, sociabilidade e redes informais de apoio para o fortalecimento ou resgate de sua autonomia e a defesa de direitos'.

Dentro da realização do grupo focal, a única crítica ao trabalho realizado no CRAS refere-se ao horário dos cursos promovidos, pois quem trabalha não tem possibilidade de cursá-los, pois ocorrem durante o dia. Dessa forma, sugeriu-se que fosse realizado no período noturno ou em meio-período do dia.

Porque eu queria participar dos cursos mas, cinco dias, uma semana direto e eu não posso ir porque se eu fizer eu ganho, se eu não fizer, eu não ganho. Então, se eu parar de trabalhar uma semana, meu patrão para de mandar serviço pra mim, aí fica ruim pra mim. Aí quando fui fazer a inscrição, eu achei que fosse meio período, se fosse meio período, eu dava conta, mas era o dia inteiro, acabei não indo. (PARTICIPANTE 3).

Percebe-se na fala desse participante que o tipo de trabalho que realiza é informal e se produz recebe, se não produz não recebe salário. Ou seja, tem-se aqui a marca do trabalho precarizados, informal, sem contribuição previdenciária e que a qualquer tempo pode parar, como por exemplo, não pode fazer curso, pois tem que produzir. Se ficar sem produzir, para de receber serviço.

Em todas as falas dos participantes, percebe-se que o assistente social é o intermediador entre os usuários e a satisfação das necessidades, em sua maioria de ordem material, como o acesso a alimentação, mencionado pelos participantes por diversas vezes durante a realização do grupo focal. O assistente social desenvolve seu trabalho em várias políticas sociais, porém, seu reconhecimento profissional se dá nas políticas assistenciais.

A política de assistência social é uma política determinada historicamente e compreender a complexidade do trabalho do assistente social que está na esfera dos serviços sociais é um grande desafio. Trabalhar com uma população que se encontra às margens do mercado de trabalho, expropriada de seus direitos, compondo o exército industrial de reserva é uma oportunidade de contribuir para a emancipação política desses trabalhadores e quiçá sua emancipação humana.

[...], na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho – quer pelas condições que assume o trabalho no capitalismo contemporâneo, quer pelo alto nível de desemprego no qual nos encontramos, ou, ainda, pela orientação da política econômica posta em prática – o Estado amplia o campo de atuação da assistência, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho. Ou seja, em tempos de crise, a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados, os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente considerados inaptos para produzir. Em consequência, limita o acesso, impondo critérios a exemplo da renda, cujo limite é de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e promovendo, como afirmamos anteriormente, as políticas de exceção. Nesta linha poder-se-ia argumentar que a assistência estaria assumindo a condição de política estruturadora das demais políticas sociais, como emprego e renda, qualificação profissional, dentre outras. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p. 189).

Não se pode ter a dimensão socioeducativa como a ‘tábua de salvação’ da profissão, pois sozinha ela não consegue superar a realidade que está dada, apesar de atingir o objetivo em curto prazo. O trabalho profissional necessita das outras dimensões para poder ser efetivo e esta dimensão está em todas as ações profissionais. Pensar a dimensão socioeducativa é

pensar todo o processo de trabalho do assistente social, tendo sempre em vista que esta dimensão dialoga com as demais sem sobreposição, pois todas se complementam entre si.

Para finalizar, Solange Maria Teixeira (2013, p. 130) considera:

Entre as diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e indivíduos, há indicações para a adoção de metodologias participativas e dialógicas de trabalho com famílias, que expressam o resgate de princípios metodológicos de referenciais antagônicos: um fundado, no caso de metodologias dialógicas, no princípio da autodeterminação vinculado, na prática, a uma perspectiva de conscientização através do diálogo, da troca, da reciprocidade, da reflexão propiciada pelos grupos ou por contatos individuais com os profissionais, mediante procedimentos de acolhimento, escuta qualificada como instrumentos de resgate de vínculos familiares e comunitários. Portanto, a metodologia dialógica pode encontrar amplas possibilidades de efetivação, nos CRAS, tal como descrita por Paulo Freire em Pedagogia de Libertação, ou como instrumento de ajuda psicossocial, tal como definida pelo Serviço Social, de fundamentos fenomenológicos, ou ainda, como utilizada nas terapias comunitárias.

Dessa forma, fica a critério do profissional adotar uma metodologia e com ela optar por uma pedagogia emancipatória ou voltada para a ajuda psicossocial que foi superada pelo Serviço Social com o Movimento de Reconceituação, porém, presente e em alguns momentos até resgatada na atuação profissional de alguns/algumas assistentes sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordou-se no decorrer da pesquisa, o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão socio-técnica do trabalho, apesar de sua afirmação enquanto profissão, encontra entraves cotidianos para efetivar seu trabalho. Muitos desses entraves são devidos ao histórico da profissão que ainda a impõe marcas profundas.

Dois aspectos são marcantes. O primeiro é em relação ao próprio cotidiano profissional e as requisições por parte da instituição. O cotidiano impõe o atendimento de demandas imediatistas que requerem soluções pontuais, mas que são necessárias para o atendimento da população. Porém, não se pode deixar que as ações imediatas ocupem ou expressem todo o trabalho profissional.

O segundo aspecto é em relação à autonomia profissional que muitas vezes se atém ao atendimento individualizado. Negociar os projetos profissionais junto à instituição, desenvolver tais estratégias é um grande desafio. Entretanto, o Serviço Social quando é contratado deve atender às demandas institucionais, o que esbarra na autonomia profissional.

Por isso, cabe ao Serviço Social mostrar suas competências profissionais para os empregadores para que seus projetos possam ser aceitos. Faz-se necessário mediatizar as ações para que sejam concretas e mais efetivas, visando a garantia dos direitos dos cidadãos que procuram o Serviço Social.

Como forma de compreensão do processo de trabalho no qual o Serviço Social está inserido na sociedade capitalista, retomou-se elementos da teoria marxista para melhor entendimento do próprio Serviço Social enquanto profissão. Retomar os princípios básicos da teoria marxista sobre o trabalho permitiu aprofundar nas discussões sobre o trabalho na sociedade capitalista e no trabalho do assistente social especificamente. Considerar o Serviço Social como trabalho ou não, não irá implicar na sua atuação profissional nas diversas políticas públicas.

Enquanto trabalho, o Serviço Social não deixa de exercer práticas sociais no campo da ideologia. Em todas as políticas públicas, o Serviço Social insere em seu trabalho uma determinada forma de pensar que pode adotar sentido conservador ou obter a visão de totalidade social. Cabe ao profissional, escolher como se dará seu trabalho e quais são os princípios que o norteiam, visto que o Projeto Ético-Político é dominante em nossa profissão, mas não é hegemônico.

Adotar ou não a teoria marxista como referencial de análise, muda a forma de intervenção na realidade, ter o trabalho como categoria que funda a sociedade humana, faz toda a diferença, pois o trabalho permite ao homem sobreviver e, mediar esta sobrevivência quando se falta o trabalho, tem sido uma das marcas históricas da profissão. Por isso, a necessidade do estudo do mundo do trabalho e suas diversas configurações, desvelá-las se faz necessário, para que se possa entender a sociedade capitalista.

Considera-se que a partir dos estudos realizados, sem a pretensão de esgotar o tema, apesar das profundas modificações vivenciadas no mundo do trabalho, ele continua sendo central para a existência da vida humana, pois é através dele que o homem supre suas necessidades básicas. Porém, nem sempre são básicas, pois o mercado cria e recria novas necessidades todo o tempo e muitas vezes o próprio trabalhador não pode se beneficiar do produto que ele mesmo produziu.

Entretanto, sabe-se que devido às transformações ocorridas no decorrer das últimas décadas, os trabalhadores têm sofrido inúmeras derrotas em relação às garantias e direitos trabalhistas, ou seja, a precarização do trabalho. Os efeitos desta forma de trabalho são a subcontratação, com rebaixamento salarial, informalidade (sem contribuição previdenciária) e exclusão de vários trabalhadores do mercado de trabalho seja pela falta de escolaridade, seja pela perda da saúde por meio de trabalhos insalubres. Sendo que estes últimos não conseguem voltar ao mercado de trabalho.

É com esta população que se encontra excluída do mercado de trabalho que o Serviço Social irá intervir, principalmente, na Política de Assistência Social que trabalha diretamente com indivíduos e famílias que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social.

No decorrer da análise dos dados, percebeu-se que a dimensão socioeducativa do trabalho profissional contribui para a mudança de vida do usuário seja em relação às condições materiais de existência, muito abordadas, pois são o que leva os usuários a procurar o Serviço Social, mas principalmente, a mudança quanto a forma de pensar a sociedade, além de assegurar conhecimentos que muitos não tiveram durante a formação escolar inicial.

A política de Assistência Social muito avançou em relação ao trato com a população usuária, porém, também apresenta retrocessos quando aponta o trabalho com famílias como solução para todos os problemas. Entretanto, por mais que se busque um trabalho com famílias numa perspectiva emancipatória, somente a dimensão socioeducativa do trabalho profissional não conseguirá promover a transformação social, pois esta depende do “grande ausente” que se encontra adormecido, que é a classe trabalhadora, ou seja, o proletariado.



É nesse sentido que se acredita na dimensão socioeducativa do trabalho profissional como uma importante estratégia de trabalho junto a população usuária dos serviços sociais. Seja individual ou coletivamente, esta dimensão é inerente ao fazer profissional. Entretanto, o que a difere é a forma como o profissional conduz esta forma educativa que pode ser tanto conservadora como emancipatória, sendo esta última que se buscou trazer a contribuição para o debate profissional e evidenciar no decorrer da pesquisa apresentada.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Brasília, DF, 1996.

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 43-71, set. 2004.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: rede, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALBUQUERQUE, P. C.; STOTZ, E. N.. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 259-274, mar./ago. 2004.

ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALMEIDA, N. L. T. de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 24-47, dez. 1996.

\_\_\_\_\_.; ALENCAR, M. M. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, R. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

BARREIRO, J. **Educação popular e conscientização**. Trad. Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980.

BATTINI, O. (Org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras; Curitiba: CIPEC, 2007.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de setembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e das outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2011a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm)>. Acesso em: 18 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de revisão n. 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília, DF: Câmara dos Deputados : Edições Câmara, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n<sup>as</sup> 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRAVEMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). **Política social e democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr. 2009.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD : Ed. UnB, 1999.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: CEAD : Ed. UnB, 1999.

CARVALHO, M. C. B. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: rede, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, M. E. P. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 1, p. 1-14, dez. 2004.

CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a assistente social: lei de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. atual. Brasília, DF, 2012.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 35-72, mar. 2000.

COTRIM, V. **Trabalho produtivo em Marx: velhas e novas questões**. São Paulo: Alameda, 2012.

COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, ano 22, p. 41-59, dez. 2005.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: \_\_\_\_\_. et al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2012.

GRESS 6ª REGIÃO. **Contribuições para o exercício profissional de assistente social: coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2013.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DAVID, M. Origens de Guaxupé. **Jornal Diário de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1962. Disponível em: <<http://www.guaxupe.mg.gov.br/cidade/origens-de-guaxupe>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livros, 2008.

DENTZ, M. V.; SILVA, R. R. D. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

ELIAS, W. de F.; OLIVEIRA, C. A. H. S. de. As diferentes configurações da dimensão socioeducativa do serviço social brasileiro na sua trajetória histórica profissional. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 2, p. 61-83, 2008.

FERREIRA, A. Projeto de Lei PL 6583/2013 de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 31 de out. 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

FERREIRA, S. S. **NOB-RH anotada e comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FORTI, V. L.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

\_\_\_\_\_.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: \_\_\_\_\_.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1989. (Polêmicas de nosso tempo, n. 4).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 12. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

GIAQUETO, A. Serviço Social e a ação socioeducativa frente ao contexto sócio-histórico atual. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa; desafios metodológicos. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GUAXUPÉ. Lei n. 2.119, de 26 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Assistência Social no município e dá outras providências. Guaxupé, 2011. Disponível em: <<http://camaraguaxupe.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de Guaxupé**. Guaxupé, 2016. Disponível em: <<http://www.guaxupe.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GUERRA, Y. A. D. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. L.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GUIMARÃES, R. F.; ALMEIDA, S. C. G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: rede, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HEINEN, J. Políticas familiares na Europa do Leste: de uma época a outra. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HENRIQUES, R. et al. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF: SECAD: MEC, 2007 (Cadernos SECAD 4).

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo do capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos Sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

JOSÉ FILHO, M. (Pe). **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2002.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 7-23, dez.1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_.; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, T. C. S. **As ações sócio-educativas e o Projeto Ético-Político do Serviço Social**: tendências da produção bibliográfica. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_.; MIOTO, R. C. T. Ações educativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 21, p. 211-237, jan./ jun. 2011.

MACHADO, A. M. B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O capital**: resultados do processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieiri. São Paulo: Boitempo, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

MICHAELIS. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistências Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 2004. Seção 1.

\_\_\_\_\_. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 39, de 9 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 2010. Seção 1.

\_\_\_\_\_. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jan. 2013. Seção 1.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



MIOTO, R. C. T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015.

\_\_\_\_\_.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da Política Social Brasileira. In: \_\_\_\_\_.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MOREIRA, M. I. C.; PASSOS, A. P. C. P.; PEREIRA, C. de C. A posição da família nas políticas públicas de proteção: oscilações entre o centro e a margem. In: \_\_\_\_\_.; CARELLOS, S. D. M. S. (Org.). **Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir?** Curitiba, CRV, 2012.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, V. M. R. Os serviços e o serviço social: explicações e implicações. **Semina**, Londrina, v. 11, n. 3, p. 160-164, 1990.

OIT. **Convenção nº 156 de 1981**. Dispõe sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/convencao\\_156\\_228.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/convencao_156_228.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

OLIVEIRA, C. A. H. S.; ELIAS, W. F. A dimensão socioeducativa do serviço social: elementos para análise. **Serviço Social & Realidade**, Franca, n. 14, v. 1, p.41-62, 2005.

OLIVEIRA, I. M. Direitos, cultura de direitos e assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 89, p. 5-30, mar. 2007.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD : Ed. UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-1964. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINHEIRO, L. S. et al. **Mulheres e trabalho:** breve análise do período 2004-2014. Brasília, DF: IPEA, 2016 (Nota técnica, n. 4).

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/guaxupe\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guaxupe_mg)>. Acesso em: 7 mar. 2017.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Polis, 1987.

SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARRETA, F. O. **Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS.** 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

\_\_\_\_\_. O direito à saúde: caminhos para a interdisciplinaridade. In: PEREIRA NETTO, J. (Org.). **O trabalho interdisciplinar em busca do acesso à justiça.** Franca: Ed. UNESP-FCHS, 2012.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família:** rede, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTORI, E. **Família e proteção social:** todos sob o mesmo teto. Campinas: Papel Social, 2012.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família:** rede, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, A. D.; POLTRONIERI, C. de F.. O trabalho socioeducativo do assistente social enquanto um intelectual orgânico. In: GIAQUETO, A. (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SILVA, L. A. Curiosidades: história. **Diário de Olímpia.com**, Olímpia, 26 set. 2010. Blog do concon. Disponível em: <<https://leonardoconcon.com.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SILVA, M. L. L. Um novo fazer profissional. In: **CAPACITAÇÃO** em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: CEAD : Ed. UnB, 1999.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SORJ, B.; FONTES, A. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, N.; MORENO, R.. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

SPOSATI, A. O. (Coord.). **Carta-tema: a assistência social no Brasil de 1983 a 1990**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina-PI**. Teresina: EDUFPI, 2013.

TONET, I. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Educação e ontologia marxiana. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, esp., p. 135-145, abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre o socialismo**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Educação contra o capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul./dez. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, E. M. A priorização da família nas políticas de saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família**: rede, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

## **APÉNDICES**

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( )F ( )M  
**Escolaridade:** \_\_\_\_\_ **Tempo que frequenta o CRAS:** \_\_\_\_\_

Questões:

- 1) Você sabe o motivo de serem realizadas as reuniões aqui no CRAS?
- 2) O que você mais gosta nas reuniões?
- 3) Tem algum tema trabalhado que contribui ou já contribuiu para sua vida? Qual?
- 4) Como você vê o trabalho realizado pela equipe de profissionais do CRAS?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: \_\_/\_\_/\_\_. IDADE: \_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DO CRAS DO MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ/MG: UMA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA**. O projeto de pesquisa será conduzido pela mestrandia Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientada pelo Prof (a). Dr(a) Nayara Hakime Dutra Oliveira, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Campus de Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Este trabalho objetivará pesquisar os rebatimentos do trabalho do assistente social na vida do usuário do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) da política de assistência social. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e a não existência de riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Guaxupé, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira

Endereço: Rua Capitão Martimiano Prado, nº 585 Catetos

Tel: (35)99825-4107

E-mail: sorayapelegrini@gmail.com

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª) Nayara Hakime Dutra Oliveira

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, nº 900 Jardim Antônio Petrágli Franca/SP

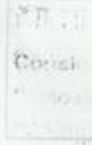

Tel: (16) 3706-8949

E-mail: nayarahakime@gmail.com

## **ANEXOS**



## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

	<b>UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA</b>	
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>		
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>		
<b>Título da Pesquisa:</b> O trabalho social com famílias do CRAS do município de Guaxupé/MG: uma abordagem emancipatória.		
<b>Pesquisador:</b> Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira		
<b>Área Temática:</b>		
<b>Versão:</b> 3		
<b>CAAE:</b> 55199416.3.0000.5408		
<b>Instituição Proponente:</b> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO		
<b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio		
<b>DADOS DO PARECER</b>		
<b>Número do Parecer:</b> 1.532.096		
<b>Apresentação do Projeto:</b> O projeto foi apresentado de acordo com as normas científicas.		
<b>Objetivo da Pesquisa:</b> Estão claros e são exequíveis		
<b>Avaliação dos Riscos e Benefícios:</b> Foram avaliados.		
<b>Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:</b> É um tema bastante relevante.		
<b>Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:</b> Estão de acordo com a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.		
<b>Recomendações:</b> --		
<b>Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:</b> --		
<b>Considerações Finais a critério do CEP:</b> A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.		
<b>Endereço:</b> Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 <b>Bairro:</b> Jd. Antonio Petraglia <b>CEP:</b> 14.409-160 <b>UF:</b> SP <b>Município:</b> FRANCA <b>Telefone:</b> (16)3706-8723 <b>Fax:</b> (16)3706-8724 <b>E-mail:</b> comiteetica@franca.unesp.br		
Página 01 de 02		

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 1.532.096

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_656686.pdf	03/05/2016 10:05:09		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Mestrado completo v2.doc	03/05/2016 10:04:46	Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE assinado.pdf	20/03/2016 18:08:51	Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folharosto assinada.pdf	20/03/2016 18:07:48	Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaoparacomitedeetica.pdf	27/01/2016 17:46:53	Soraya Magalhães Pelegrini de Oliveira	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FRANCA, 05 de Maio de 2016

---

**Assinado por:**  
**Helen Barbosa Raiz Engler**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900  
**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160  
**UF:** SP **Município:** FRANCA  
**Telefone:** (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br